

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –UnB
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

**A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
TERRITORIAIS NO SUDESTE GOIANO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SUSAN EGHRARI MORAES

Brasília

2008

SUSAN EGHARARI MORAES

**A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
TERRITORIAIS NO SUDESTE GOIANO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de Brasília, UnB.

Orientador: Prof. Dr. Otto Toledo Ribas

Brasília

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada e defendida em 30 de junho de 2008 como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, outorgado pela Universidade de Brasília.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Otto Toledo Ribas, FAU – UnB

(Presidente)

Prof^ª Dra. Lúcia Cony Faria Cidade, GEA – UnB

(Membro)

Dr. Sérgio Ulisses Jatobá, GDF

(Membro externo)

Aos meus queridos pais, Djalal e Mahrou, que, de Teerã
aportaram no Rio de Janeiro, minha inspiração e exemplo
de serviço à humanidade.

Agradecimentos

Meu profundo agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para que esta dissertação se realizasse.

O apoio incondicional de minha mãe e sua perseverança em ver minha evolução acadêmica foram fundamentais para que eu ingressasse no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Agradeço muitíssimo a ela e ao meu pai, que partiu cedo deste mundo, mas sempre me incentivou a usar “o óculos do otimismo”.

Agradeço ao meu irmão e à minha cunhada, Iradj e Valéria e às minhas sobrinhas, pela pronta receptividade e carinho ao me receberem durante dois anos em Brasília.

Agradeço a minha irmã Aida, minha grande incentivadora e sempre zelosa pelo meu bem-estar, e aos meus sobrinhos Mestres e minha sobrinha Paloma.

Agradeço aos meus filhos, Naim, Nabil e Kian, pela compreensão, alegria e carinho. Ao Tunico, pelo apoio de 22 anos. Aos meus sogros, Gladis e Alarico.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Otto Ribas, pela sua objetividade, por me mostrar como manter o foco na pesquisa e por suas várias e sábias orientações durante dois anos o que incentivou o desenvolvimento de minhas potencialidades quanto à pesquisa e à conclusão desta dissertação e, me mostram novos caminhos a seguir.

Às professoras Maria do Carmo Bezerra e Lúcia Cony Cidade por passarem seu conhecimento e críticas construtivas no início da elaboração desta dissertação. Ao final desta dissertação, foram fundamentais as contribuições da professora Lúcia Cony Cidade e Sérgio Jatobá, membros da banca examinadora.

Ao CNPq, pela bolsa de um ano, que me permitiu viajar a Brasília semanalmente e dar continuidade à minha pesquisa.

Aos meus colegas de Mestrado, arquitetos, pela grande força que me deram: Sandra Mello, Mônica Blanco, Tatiana Sancevero Batistela, Tatiana Chaer, Silvio Rosa e Anamaria Diniz. Às minhas colegas e amigas da Faculdade de Arquitetura, Renata e Ruth.

À Branca pela revisão do trabalho e apoio. Às minhas grandes amigas de Catalão, Eneuda, Daniela, Tânia, Vera, Neil e Cássia, pela motivação, muito obrigada!

RESUMO

Este estudo apresenta as políticas públicas territoriais presentes nos Planos Plurianuais federal e do estado de Goiás no período 2004/2007. Foi realizado um recorte territorial na Região Sudeste Goiano com o intuito de objetivar e melhor conduzir a pesquisa. Tomando como referência as dimensões da sustentabilidade, tais como a social, a ambiental, a econômica e a político-institucional, procedeu-se a uma análise e avaliação da sustentabilidade das políticas públicas territoriais presentes nos municípios que compõem o recorte territorial Sudeste Goiano. Estas políticas públicas territoriais se referem aos programas e às ações do Plano Plurianual estadual 2004/2007. Foi verificado o grau de sustentabilidade em 13 programas estaduais avaliados por meio de um conjunto de critérios e parâmetros definidos. A avaliação realizada aponta para resultados de baixa sustentabilidade na dimensão político-institucional, média sustentabilidade nas dimensões social e ambiental dos programas avaliados e boa sustentabilidade na dimensão econômica. Além disso, foram analisados quatro marcos instrumentais do Plano Plurianual federal 2004/2007, que, se aplicados no recorte territorial do Sudeste Goiano, podem auxiliar futuros planejadores no equilíbrio sustentável dos programas estaduais atualmente praticados.

Palavras-chave: políticas públicas territoriais; Sudeste Goiano; avaliação de sustentabilidade; programas do Plano Plurianual 2004/2007.

ABSTRACT

This study presents the territorial public policies which are present in the federal and Goiás' State Plurianuals Plans of the 2004/2007 period. A territorial clipping in Southeastern Goiás State was carried through, in order to better focus and conduct this research. Taking as reference the dimensions of sustainability, such as, social, environmental, economic, political and institutional dimensions, an analysis and evaluation on the sustainability of the territorial public policies, acting in a group of municipal districts which make part of territorial clipping in the Southeastern Goiás State, were carried out. These territorial public policies are related to programs and actions of the state Plurianual Plan 2004/2007. The rate of sustainability in 13 state programs were evaluated, by means of a set of criteria and defined parameters. The results of the evaluation indicate low sustainability rate in the political and institutional dimension, average sustainability rate in the social and environmental dimensions and good sustainability rate in the economic dimension. Moreover, four instrumental landmarks of the federal Plurianual Plan of the 2004/2007 period were analyzed, which, if applied in southeastern Goiás territorial clipping, can assist future planners towards a sustainable balance of the state programs currently practiced.

Key words: territorial public policies; Southeastern Goiás; sustainability evaluation; Plurianual Plan programs 2004/2007.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 - Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	76
Figura 2.2 - Os 9 Eixos de Desenvolvimento no PPA 2000/2003	79
Figura 3.1.- As microrregiões no Estado de Goiás	105
Figura 3.2 - A Microrregião de Catalão, n ° 17 –IBGE	106
Figura 3.3.- Divisão do Estado de Goiás pela SEPLAN	108
Figura 3.4 - Região Sudeste Goiano ou Estrada-de-Ferro, região de planejamento	109
Figura 3.5 - As 13 Mesorregiões Diferenciadas	112
Figura 3.6 - A Mesorregião de Águas Emendadas e os 6 municípios que compõem a Microbacia São Marcos	113
Figura 3.7 - Polaridades na Microrregião de Catalão	116
Figura 3.8 - Mapa rodoviário e hidrográfico – Ipameri e Catalão em destaque	118
Figura 3.9 - O Agrupamento Ipameri e o Agrupamento Catalão	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1- Eficácia física dos programas dentro das linhas estratégicas	
– PPA 2004/2007. Exercício de 2006	103
Tabela 3.2 - Dados de municípios da Microrregião de Catalão	107
Tabela 4.1 - Grau de valoração final dos programas	167
Tabela 4.2 - Grau de sustentabilidade dos programas por eixo temático	168
Tabela 6.1 – Temas territoriais, legenda para os Quadros 6.1 e 6.2	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1 - Temas territoriais para classificação de programas do PPA.....	128
Quadro 4.2 - Convênios PPA Federal em Anhangüera	131
Quadro 4.3 - Convênios PPA Federal em Catalão	131
Quadro 4.4 - Convênios PPA Federal em Cumari	132
Quadro 4.5 - Convênios PPA Federal em Davinópolis	133
Quadro 4.6 - Convênios PPA Federal em Goiandira	133
Quadro 4.7 - Convênios PPA Federal em Ouvidor	134
Quadro 4.8 - Convênios PPA Federal em Três Ranchos	134
Quadro 4.9 - Convênios PPA Estadual em Anhangüera	136
Quadro 4.10 - Convênios PPA Estadual em Catalão	137
Quadro 4.11 - Convênios PPA Estadual em Cumari	139
Quadro 4.12 - Convênios PPA Estadual em Davinópolis	140
Quadro 4.13 - Convênios PPA Estadual em Goiandira	141
Quadro 4.14 - Convênios PPA Estadual em Ouvidor	142
Quadro 4.15 - Convênios PPA Estadual em Três Ranchos	143
Quadro 4.16 - Programa Agrofamiliar	146
Quadro 4.17 - Programa Eixos de Desenvolvimento.....	148
Quadro 4.18 - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico	150
Quadro 4.19 - Programa Morada Nova	152
Quadro 4.20 - Programa Gestão, Conservação e Proteção Ambiental	153
Quadro 4.21 - Programa Energia e Telecomunicações.	155
Quadro 4.22 - Programa Goiás Pavimentado.	158

Quadro 4.23 - Programa Implantação/ Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário	160
Quadro 4.24 - Programa Conservação e Segurança da Malha Rodoviária	161
Quadro 4.25 - Programa Goiás com Mais Saúde e Cidadania.	162
Quadro 4.26 - Programa de Construção, Ampliação e Reforma dos Próprios Públicos	163
Quadro 4.27 - Indústria, Comércio e Serviço / Programa de Atração e Promoção Industrial – Industrializa Goiás	164
Quadro 4.28 – Programa Celeiro Novo	166
Quadro 4.29– Os quatro marcos instrumentais do PPA federal 2004/2007.....	170
Quadro 6.1 – Programas do PPA 2004/2007 federal de rebatimento territorial – 80 programas.	195
Quadro 6.2 – Programas do PPA 2004/2007 do governo estadual de Goiás de rebatimento territorial – 30 programas.	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Realização das metas do PPA estadual 2000/2003, exercício 2003.....102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGETOP	Agência Goiana de Transportes e Obras
AGMA	Agência Goiana de Meio Ambiente
AMAB	Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília
APL	Arranjos Produtivos Locais
BASA	Banco da Amazônia
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CESUC	Centro de Ensino Superior de Catalão
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONVIVER	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido
CpQD	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce-
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DF	Distrito Federal
EFG	Estrada de Ferro Goiás
ENIDS	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FBC	Fundação Brasil Central
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza
IUCN	International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources
JK	Juscelino Kubitschek
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MMC	Mitsubishi Motors Corporation
MRG	Microrregião Geográfica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAG	Plano de Ação Governamental
PCG	Programa Grande Carajás
PERGEB	Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.

PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PLANAFORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND-NR	Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Brasil
PPA	Plano Plurianual
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODOESTE	Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PRODUZIR	Organização Produtiva de Comunidades Pobres
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
PROMESO	Promoção e Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PROMOVER	Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agropecuária
PROVALE	Programa Especial para o Vale de São Francisco
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RMV	Rede Mineira de Viação
SEMARH	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN-GO	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
Siderbrás	Siderurgia Brasileira S.A.
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S. A.
UFG/CAC	Universidade Federal de Goiás – Campus Avançado de Catalão
UNICEF	United Nations Children's Fund
ZEE	Programa de Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - Políticas Públicas Territoriais e Sustentabilidade: equilíbrio de forças	24
1.1. Aspectos conceituais das políticas públicas territoriais	27
1.2. Avaliação de Programas das Políticas Públicas	28
1.3. Políticas Públicas e Território	31
1.4. Pacto de Concertamento	32
1.5. Conceitos de sustentabilidade	35
1.6. As dimensões ou pilares da sustentabilidade	39
1.7. Conclusão do capítulo	44
CAPÍTULO 2 -Planejamento e atuação das políticas públicas no Brasil	45
Período 1930 a 1954	46
2.1.A Era Vargas (1930-1945; 1951-1954).....	46
2.2. O Plano SALTE (1950-1951)	50
Período Desenvolvimentista	52
2.3. O Plano de Metas (1956-1961).....	52
2.4 A década de (19)60 – Plano Trienal e Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).....	56
As décadas de (19)70 e (19)80-Os Planos Nacionais de Desenvolvimento ...	59
2.5. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)	59
2.6. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)	63
2.7. O III Plano Nacional de Desenvolvimento e a década de 1980	66

A década de (19)90	69
2.8.Os Planos Plurianuais	69
2.9. PPA 2000/2003 – Programa Avança Brasil	78
2.10. PPA 2004/2007 – Programa Brasil, Um País de Todos	80
2.11 Conclusão do capítulo	84
CAPÍTULO 3 - O Recorte Territorial no Sudeste Goiano	90
3.1.Território, espaço e região	90
3.2 Panorama das políticas públicas territoriais em Goiás	94
3.3 Os Planos Plurianuais - PPAs no Estado de Goiás	101
3.4.Os diversos recortes do Sudeste Goiano	104
3.5.Conclusões sobre os recortes territoriais	114
3.6.Critérios para o recorte territorial	116
CAPÍTULO 4 - Avaliação da Sustentabilidade das Políticas Públicas Territoriais no Sudeste Goiano	126
4.1.Políticas públicas territoriais - PPA federal 2004/2007	127
4.2.Plano Plurianual 2004/2007- Plano Goiás Século XXI “Avançar Mais” ...	128
4.3.Programas de rebatimento territorial do PPA 2004/2007 federal presentes em um ou mais dos sete municípios da Sub-Região São Marcos	130
4.4.Programas de rebatimento territorial do PPA 2004/2007 estadual presentes em um ou mais dos sete municípios da Sub-Região São Marcos.	136
4.5. Análise das dimensões de sustentabilidade dos programas do PPA estadual atuantes na Sub-Região no período 2004/2007	144
4.6. Conclusão da avaliação	167
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
ANEXO	193

INTRODUÇÃO

As políticas públicas que influenciaram o ordenamento territorial no Brasil nas últimas duas décadas tiveram como um dos instrumentos de planejamento impulsor o Plano Plurianual – PPA. A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual como instrumento de planejamento dos governos federal, estadual e municipal, e este passou a ser a principal linha indutora e promotora das diretrizes dos governos, nas respectivas esferas de atuação. A necessidade de descentralização das políticas públicas, sua articulação entre os níveis governamentais e a participação da sociedade na tomada de decisões, são algumas premissas que caracterizam este instrumento de planejamento.

País de dimensão continental, o Brasil tem disparidades regionais no que concerne ao desenvolvimento econômico, à concentração de renda *per capita*, à dotação de infraestrutura, à distribuição da população, à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico dentre outros. Cada região politicamente dividida do país tem um mosaico de sub-regiões, com características e necessidades próprias, de cunho econômico-produtivo, social, cultural, urbano e rural, e com a sua forma de uso e proteção de seus recursos naturais.

Dessa forma, não se pode estabelecer uma medida única de planejamento de dinâmica territorial para os 5.562 municípios como fossem um monólito homogêneo (KOGA; NAKANO, 2005). Segundo os autores Koga e Nakano (2005), é preciso considerar o fato de que esses milhares de municípios possuem realidades muito diferentes entre si, a começar pelo tamanho da população. Destes mais de 5,5 mil municípios, cerca de quatro mil são considerados de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Muitos desses municípios têm grande parte de sua população no meio rural e concentram menos de 20% da população brasileira.

As políticas públicas territoriais para cidades de pequeno porte têm que ter uma formulação e implementação bem diferente do que, por exemplo, para metrópoles de

um milhão de habitantes, incorporando variáveis diferenciadas que dialoguem com as particularidades locais e abranjam uma escala regional.

Assim, torna-se importante o uso de instrumentos de planejamento que contribuam para as particularidades locais nos níveis municipal e regional. Além disso, faz-se necessária uma articulação entre as políticas nacionais, estaduais e municipais, como também o desenvolvimento de políticas regionais integradas, seja dentro de uma microrregião ou entre microrregiões; seja uma mesorregião, um bioma ou uma sub-bacia hidrográfica a unidade de planejamento. Seja qual for o recorte a ser feito, deve-se pensar nas questões que vão além do município como problemas ambientais, uso dos recursos naturais, agropastoris e urbanos, problemas habitacionais, saneamento e sistema viário.

As políticas públicas de rebatimento territorial influenciam a dinâmica do território nos seus diversos aspectos. São elas:

- 1) Urbanização: habitação, sistema viário, saneamento, matriz energética.
- 2) Estímulos fiscais (para a alocação de atividades produtivas): indústrias, agricultura e mineração.
- 3) Proteção (conservação e preservação) e manejo dos recursos naturais: criação de unidades de conservação, implantação de comitês de bacias para a preservação dos recursos hídricos etc.
- 4) Infra-estrutura: construção de estradas, portos, aeroportos, ferrovias, geração e fornecimento de energia etc.

A hipótese desta pesquisa está relacionada às contradições existentes na aplicação das políticas públicas territoriais dos PPAs estadual (de Goiás) e federal do período 2004/2007. As referidas políticas colocadas em ação por meio de seus programas, muitas vezes limitadas, não estão articuladas entre si, e não atendem a realidade social, ambiental, econômica e político-institucional de uma região. Há uma deficiência na integração das políticas de um mesmo PPA, seja estadual ou federal e entre os níveis de PPAs estadual e federal.

No caso do Sudeste Goiano, região escolhida para análise neste trabalho, não existe formalmente uma atuação regional-territorial de políticas públicas, como veremos no desenvolvimento deste trabalho. Serão apresentados, por isso, apenas os planos e programas do PPA 2004/2007 de abordagem territorial, provenientes dos níveis federal e estadual, não apresentando os PPAs municipais.

Portanto, neste trabalho o objeto de análise é a avaliação das políticas públicas territoriais presentes na região do Sudeste Goiano, que têm nos Planos Plurianuais de governos nos níveis federal e estadual no período de 2004/2007, o seu foco. Assim, esta dissertação se propõe a fazer uma análise da relação entre as políticas públicas territoriais em execução nesta Região do Sudeste Goiano pelos governos federal e estadual e as dimensões de sustentabilidade.

O trabalho pretende definir um recorte territorial a partir da análise de recortes pré-existentes, quais sejam:

- a) De microrregião do IBGE: MRG 17 – Sudeste Goiano;
- b) Da divisão regional da Secretaria de Planejamento de Goiás – SEPLAN/GO: Região da Estrada-de-Ferro;
- c) Da divisão de mesorregião do Ministério da Integração Nacional: a Microbacia São Marcos.

O fato de o recorte não visar um município somente baseia-se na necessidade de municípios próximos entre si, como é o caso, terem oportunidade de solucionar problemas que extrapolam os limites do próprio município. Para isto, as políticas públicas de escopo regional podem ser planejadas por este agrupamento de municípios que têm uma identidade regional, o que os fortalecerá quanto à implantação de políticas públicas regionais.

As políticas públicas territoriais em andamento nesta região, por meio de seus programas e projetos, causam impactos de ordem econômica, social, ambiental e político-institucional no território. Devem assegurar uma perspectiva a longo prazo de sustentabilidade nas suas várias dimensões: econômica, ambiental, social, cultural, territorial, político institucional, temporal e ética. Estas dimensões devem ser pensadas

como sistemas articulados entre si, pois cada dimensão tem um inter-relacionamento com a outra. Em Ribas (2003), Sachs (2002), Bezerra e Bursztyn (2000) e Dahl (1996,1997) as dimensões de sustentabilidade são elencadas quanto aos seus propósitos e funções:

- Dimensão econômica – organização da vida material, produtividade e investimentos, no mínimo, iguais à depreciação resumida na viabilidade econômica.
- Dimensão ambiental – recursos naturais e seus potenciais de renovação; capacidade de suporte dos ecossistemas e os limites de absorção da poluição.
- Dimensão social – uma sociedade desenvolvida, caracterizada pela melhoria da qualidade de vida e com um sistema legal que prime pelo princípio da equidade e da distribuição de renda e de bens.
- Dimensão cultural – uma identidade local, regional e nacional por meio da manutenção da diversidade de culturas, valores e práticas existentes.
- Dimensão territorial – relacionado à disposição espacial de recursos, populações e atividades; equanimidade nas relações inter-regionais.
- Dimensão político-institucional – aplicação do princípio de governança; fortalecimento das instituições, articulação entre as diversas instâncias; descentralização.
- Dimensão temporal – rompimento da lógica do curto prazo e estabelecimento do princípio da precaução, bem como da necessidade de planejamento a longo prazo.
- Dimensão ética – uma sociedade efetiva depende de um conjunto de valores ou princípios éticos que definem o que é um comportamento aceitável entre indivíduos e o que motiva as pessoas a trabalharem juntas por um interesse comum. Tais valores são regras básicas para a interação humana e suporte essencial para o desenvolvimento.

As dimensões de sustentabilidade implicam um parâmetro, um valor, uma medida para a análise de um quadro, uma situação. No caso deste trabalho são definidos alguns parâmetros com o intuito de avaliar as políticas públicas existentes na região delimitada, sob o prisma destas dimensões.

Como decorrência, propõe-se uma análise crítica do planejamento, da articulação entre as ações governamentais e sustentabilidade, por meio do estudo das políticas públicas territoriais, discutindo-se os impactos destas políticas no município e no recorte regional, bem como a articulação entre políticas nacionais, estaduais e locais, visando uma perspectiva para a estruturação de políticas públicas de abordagem territorial para a região.

Portanto, como objetivo geral a dissertação irá desenvolver uma metodologia para avaliar o impacto das políticas públicas territoriais do PPA 2004/2007 no Sudeste Goiano, sob o prisma das dimensões de sustentabilidade .

De modo específico, o trabalho irá:

- Apresentar a necessidade de internalização das dimensões da sustentabilidade na formulação das políticas públicas territoriais.
- Discorrer sobre a evolução das políticas públicas brasileiras de rebatimento territorial.
- Definir o espaço territorial, o recorte *Sudeste Goiano* a ser aplicado o trabalho.
- Identificar as políticas públicas territoriais de níveis federal e estadual do PPA 2004/2007 existentes em cada município do recorte regional.
- Identificar as dimensões de sustentabilidade e seus parâmetros para proceder a análise do impacto das políticas públicas territoriais.

Analisar os impactos dos programas e projetos das políticas públicas territoriais presentes na região delimitada e relacioná-los aos parâmetros identificados, visa mostrar se há ou não o equilíbrio destas dimensões em cada programa e projeto, contribuindo assim para a construção de políticas públicas de escopo regional.

Os procedimentos de pesquisa percorreram as seguintes fases:

1. Um referencial teórico do planejamento e ação das políticas públicas no Brasil, desde a década de (19)30.
2. Levantamento das políticas públicas territoriais presentes nos municípios inseridos no recorte do Sudeste Goiano por meio dos PPAs de níveis federal e estadual do período 2004/2007.
3. Identificação de um recorte territorial regional na Região do Sudeste Goiano para fins de análise desta pesquisa.
4. Identificação dos marcos referenciais teóricos quanto às dimensões de sustentabilidade
5. Adoção de parâmetros e critérios para o procedimento da análise através de uma matriz de sustentabilidade.
6. Análise por meio dos parâmetros e critérios adotados, e conseqüente avaliação do grau de sustentabilidade das ações dos programas de políticas públicas territoriais inseridas no PPA federal e no estadual de 2004/2007, a partir da sistematização dos resultados.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além da introdução e conclusão.

O primeiro capítulo, “Políticas Públicas e a Sustentabilidade: equilíbrio de forças”, tem por finalidade relacionar as políticas públicas territoriais às dimensões de sustentabilidade. Na primeira parte são apresentados os aspectos conceituais das políticas públicas, os marcos regulatórios e instrumentais que as norteiam, ao menos em discurso, as experiências concretas de desenvolvimento regional – que são delineadas no PPA 2004/2007. Na segunda parte deste capítulo são identificadas as dimensões da sustentabilidade e a necessidade da internalização destas dimensões na formulação das políticas públicas territoriais. É feito um breve histórico do referencial teórico sobre a sustentabilidade. Sugere-se a avaliação das políticas e programas de escopo territorial do PPA 2004/2007 nos níveis federal e estadual, atuantes no Sudeste Goiano, sob a ótica das dimensões da sustentabilidade.

No Capítulo 2 “Planejamento e Atuação das Políticas Públicas no Brasil”, desenvolveu-se um referencial teórico acerca da experiência brasileira na evolução de políticas públicas regionais e as diferentes estratégias adotadas. Uma abordagem territorial das propostas brasileiras desde a Era Vargas, passando pelos Plano Salte, Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitscheck, os Planos Nacionais de Desenvolvimento dos governos militares, programa “Avança Brasil” do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso–FHC, até o programa “Brasil de Todos”, do Governo Lula, que compreende o período de 2004 a 2007.

No Capítulo 3 “Recorte Territorial no Sudeste Goiano”, são apresentados os vários recortes territoriais praticados no *Sudeste Goiano*, que tem como referência os municípios de Catalão e Ipameri. Discute-se os dados principais das cidades envolvidas e indica-se a necessidade de se encontrar um recorte específico para o objeto de análise da pesquisa. Os conceitos de região e território são contextualizados como base para este recorte. Além disso, é apresentado um breve resumo da evolução das principais políticas públicas territoriais adotadas no estado de Goiás, desde a década de (19)30, fechando-se com as principais características do “Plano Goiás Século XXI –Avançar Mais” – PPA do Estado de Goiás 2004/2007.

O quarto capítulo, “Avaliação da Sustentabilidade das Políticas Públicas Territoriais no Sudeste Goiano”, trata da identificação das políticas públicas territoriais do PPA 2004/2007 nos níveis federal, estadual e municipal presentes no recorte deste estudo da região do Sudeste Goiano. Com a definição dos parâmetros e critérios das dimensões da sustentabilidade, a pesquisa procedeu à análise do impacto das políticas públicas territoriais, levando em consideração os impactos sócio-econômicos e ambientais, a viabilidade política, tecnológica e econômica, a articulação entre as várias instâncias de governo e a participação dos atores sociais nestes programas e projetos. A avaliação dos impactos dos programas e projetos de políticas públicas territoriais presentes no recorte deste estudo em relação aos parâmetros e critérios identificados e os resultados da valoração e análise destes no contexto da sustentabilidade influíram na obtenção dos resultados alcançados nesta pesquisa.

No capítulo final são feitas as conclusões e recomendações gerais para a construção de políticas públicas territoriais na região de estudo e apresentados desdobramentos futuros da pesquisa. São enfatizados os processos endógenos e exógenos de planejamento e

desenvolvimento regional e integrado, denotando um equilíbrio e também como contribuição para a valorização das potencialidades da região e melhoria da qualidade de vida da população; processos estes que podem dar continuidade às políticas públicas territoriais presentes na região.

Capítulo 1 - Políticas Públicas Territoriais e Sustentabilidade: equilíbrio de forças

As políticas públicas visam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2002 apud SILVA, 2003). Há um componente prático e finalístico na idéia de política pública como programa de ação governamental para um setor da sociedade ou um espaço geográfico (BUCCI, 2002 apud SILVA, 2003) que busca a concretização de determinados objetivos e metas. Vianna Jr. (1994 apud AMARAL et al, 2000) entende política pública como:

Uma ação planejada do governo que visa, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade. Esta definição, agregando diferentes ações governamentais, introduz a idéia de planejamento, de ações coordenadas. Entretanto, as ações classificadas como políticas públicas são realizadas por diferentes organismos governamentais, nem sempre articulados entre si (VIANNA JR apud AMARAL et al, 2000).

Um pré-requisito para o planejamento de políticas públicas é o ordenamento territorial. Para Moraes, o ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, que enfoca grandes conjuntos espaciais – sejam biomas, macrorregiões, redes de cidades – e espaços de interesses estratégicos ou usos especiais, como zonas de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares e outros. Um planejamento que aborde o território nacional em sua integridade deve buscar captar os grandes padrões de ocupação, as formas predominantes de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas, bem como a direção prioritária de fluxos demográficos e de produtos (MORAES, 2005).

Até o momento o Brasil não dispõe de um sistema integrado de ordenamento territorial que possibilite uma ação articulada e integrada entre os diferentes níveis de governo. Há planos, projetos, leis e instrumentos de intervenção isolados, adotados, algumas vezes de forma conflitante, pela União, Estados e Municípios. De acordo com Duarte, esta

diversidade de programas e ações relacionadas ao ordenamento territorial traz prejuízos ao país, em termos de alocação de recursos para o desenvolvimento econômico e social. (DUARTE, 2002). Falta uma política nacional de ordenamento territorial que possibilite uma coordenação de planos e programas entre os diversos níveis de governo sem sobreposição de propostas e sem descontinuidade das ações e planos. Moraes compreende o ordenamento territorial como “instrumento de articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público” (MORAES, 2005).

À luz do conhecimento e da informação disponíveis atualmente, início do século XXI, pode-se afirmar que as políticas públicas têm um papel importante em apoiar a transição para a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Um quadro de planejamento e metas se torna possível ao se assegurar a participação da sociedade no planejamento das políticas e na sua implementação. Pode-se criar assim um ambiente favorável que facilita a integração e a articulação entre as políticas econômicas, sociais, ambientais, culturais, territoriais e político-institucionais e alcançar um compromisso político para uma perspectiva de longo prazo.

Para Moraes (1994 apud AMARAL et al, 2000), as políticas públicas podem ser agrupadas em três grandes segmentos:

- Políticas econômicas, que incluem as políticas cambial, financeira e tributária;
- Políticas sociais, englobando as políticas de educação, saúde e previdência; e,
- Políticas territoriais, que compreendem políticas de meio ambiente, urbanização, regionalização e de transportes.

Independentemente do segmento no qual as políticas públicas são classificadas, a participação dos atores na construção destas políticas, revela uma grande importância nos tempos atuais. Seja através do diálogo, a consulta e a busca de consenso entre estes atores de interesses e objetivos variados, de acordo com o PNUD, são a base do sucesso e da legitimação de qualquer prática de planejamento atual (PNUD, 1997 apud JATOBÁ, 2000).

Jatobá (2000) apresenta um quadro no qual evidencia as características de planejamento empreendidas nas décadas de (19)60 e (19)70, centralizador e estático, e as características do planejamento atual, que em um processo gradativo se solidificou em um planejamento descentralizador e estratégico. O planejamento passado se mostrava pouco flexível e distanciado da comunidade e foi sendo substituído por um planejamento incrementalista e que atenta para os interesses dos grupos comunitários, embora nem sempre democraticamente atendidos ou simplesmente atendidos. Na forma anterior o planejamento se apresentava como tomador de decisões técnicas e impositivo e, na de hoje, como construtor de consensos e participativo. O planejamento do passado era visto como setorial, unidirecional e de paternalismo governamental, em oposição ao planejamento do presente, holístico, interativo e de parceria com a iniciativa privada. O planejamento anterior apresentava-se sob a ótica do crescimento econômico e o atual sob a da integração de várias dimensões de desenvolvimento, uma das facetas do desenvolvimento sustentável.

Assim, fica claro que o planejamento do passado – que no Brasil terminou devido à crise e ao fim do Estado Desenvolvimentista – teve características centralizadoras, de dimensão do poder unidimensional do Estado, e definição explicitamente geopolítica no pós-64, como apresentado no capítulo 1 desta dissertação. De acordo com Rückert, a crise do nacional-desenvolvimentismo, do planejamento centralizado e as redefinições da geopolítica clássica deixaram espaço para o processo de globalização dos anos 1980, a tendência às economias flexíveis e à “flexibilização dos lugares”, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados. A emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduziu especialmente os Estados latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento. Ainda o citado autor faz uma reflexão sobre passados quinze anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o Brasil, em 2003, inicia a construção de seu Plano Nacional de Ordenamento Territorial, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (RÜCKERT, 2007).

A Constituição Federal introduziu em seu Artigo 21, Inciso IX, a responsabilidade da União na elaboração de planos de ordenamento territorial. O Ministério da Integração

Nacional foi incumbido pela Lei Federal 10.683/2.003 de pôr em ação o Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. Visando a adequação do Plano Plurianual 2004/2007 do governo federal, este se torna um programa do PPA, cujas ações estão listadas no Quadro 6.1 do Anexo.

1.1.Aspectos conceituais das políticas públicas territoriais

As políticas públicas territoriais são as ações do governo que têm repercussão territorial, isto é, ações de infra-estrutura, de uso de recursos naturais, de reforma agrária, de proteção ambiental, sejam de dimensão urbana ou rural, de escala regional ou local que têm um impacto na ordenação do território.

A Carta Européia de Ordenação do Território define o Ordenamento Territorial como:

a expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública, concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz (CEOT/CEMAT, 1983, apud ANPUR, 2006).

Assim, o ordenamento do território configura o planejamento e a implementação de ações, considerando a articulação entre as políticas setoriais com impacto territorial e a incorporação da dimensão territorial e suas especificidades na formulação das políticas. A articulação da organização física do espaço deve ser pensada conjuntamente com o desenvolvimento regional, como é o caso do Brasil, sobretudo para evitar o risco de acentuação das desigualdades.

Nesse sentido o ordenamento do território é tido como um método para assegurar convergência e coordenação entre as várias políticas setoriais, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. Portanto, o planejamento territorial busca identificar e direcionar os efeitos contraditórios das políticas setoriais e as oportunidades para sinergia e complementaridade em seus impactos no território (NADIN, 2003).

De acordo com esta abordagem, a implementação das políticas deve considerar seus efeitos retroalimentadores sobre a sua formulação, isto é, deve ser considerado um processo em que a ação governamental, expressa em programas ou projetos de

intervenção, por meio de atividades como o monitoramento e a avaliação, possa permitir o aprimoramento na implementação da política. Nesse sentido, a implementação de políticas, segundo Lindblom (1980 apud SILVA E MELO, 2000), constantemente orienta novas políticas. Portanto, a avaliação, de acordo com Cunha (2006), é uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais, não sendo uma atividade isolada e auto-suficiente. Gera informações que possibilitam novas escolhas; analisa resultados que podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados (CUNHA, 2006).

1.2.Avaliação de Programas de Políticas Públicas

Ala-Harja e Helgason (2000) apontam que a avaliação de programas deve ser vista como:

Um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações aos governantes, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas e os programas públicos. Não se destina a resolver ou substituir juízos subjetivos envolvidos na tomada de decisão, mas permite um certo conhecimento dos resultados de um dado programa — informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua implementação(ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Para estes autores, a avaliação pode preencher uma importante lacuna quando utilizada apropriadamente e devidamente integrada a um arcabouço geral de gestão de desempenho e pode também fortalecer a base para as atividades da iniciativa pública. Ainda, os autores afirmam que as principais metas da avaliação seriam: a melhoria do processo de tomada de decisão, a alocação apropriada de recursos e a responsabilidade para o parlamento e os cidadãos.

Para a UNICEF, a avaliação trata-se de um processo de exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.972). É um instrumento de gerenciamento de aprendizagem e direcionamento para a ação, de processo organizacional para a melhoria das atividades

atuais e de futuro planejamento e processo decisório. Assim, a avaliação de programas pode motivar os envolvidos e seus apoiadores a esforços renovados (UNICEF, 1990).

No Brasil, o governo federal realiza sistematicamente a avaliação dos programas do PPA federal. Desde o PPA 1996/1999, cuja avaliação se deu através de um relatório que foi mais descritivo do que analítico e em seguida o PPA 2000/2003, que teve um planejamento mais detalhado com um sistema de informações gerenciais, permitindo um regime especial de acompanhamento e monitoramento dos objetivos dos projetos, até o PPA 2004/2007 que tem ênfase na avaliação da eficácia e eficiência de seus programas.

Há, porém uma distinção entre avaliação e monitoramento. Segundo definição do Ministério do Planejamento, o monitoramento seria um processo de acompanhamento da execução das ações do programa visando à obtenção de informações para subsidiar decisões, bem como a identificação e a correção de problemas. O monitoramento está mais relacionado à possibilidade de intervenção no curso do processo, pois é uma atividade gerencial que permite uma avaliação dos programas e ações governamentais durante a implementação dos programas. Já a avaliação vincula-se ao conhecimento das causas e dos resultados obtidos, por meio da utilização de dados fornecidos pelo monitoramento ou de pesquisas avaliativas (BRASIL, 2007, p.7).

Ainda é possível distinguir dois enfoques, segundo os tipos de problemas ou perguntas que as avaliações respondem:

A avaliação de processos que é realizada durante a implementação do programa, diz respeito à dimensão de gestão. É uma avaliação periódica que procura detectar as dificuldades que ocorrem durante o processo para efetuar correções ou adequações. Serve de suporte para melhorar a eficiência operativa;

A avaliação de impactos ou resultados tem objetivos mais ambiciosos, respondendo se o programa funcionou ou não. Procura verificar em que medida o programa alcança seus objetivos e quais são os seus efeitos, indagando se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa, após sua implementação. Serve de suporte para decisão sobre política, como continuação do programa e formulação de outros (CUNHA, 2006).

Weiss (1997 apud SILVA; COSTA, 2000) aponta que estudos e pesquisas de avaliação, com a perspectiva aqui proposta, estão relacionados com os seguintes propósitos: informação para o processo decisório, ou tomada de decisão; e aprendizado organizacional.

Desse modo, nesta dissertação, será tratada a avaliação dos impactos ou da efetividade das políticas públicas territoriais sob a ótica da sustentabilidade, verificando em que medida os objetivos propostos pelos programas destas políticas territoriais aplicam uma ou outra dimensão da sustentabilidade. E se o programa funciona da forma estabelecida e quais os mecanismos para torná-lo mais apto a atingir seus resultados.

A seguir são apresentados alguns conceitos básicos relacionados à avaliação (COHEN; FRANCO, 2004, p.86; UNICEF, 1990).

Plano: é o conjunto de programas que buscam objetivos comuns. O plano ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que serão os objetivos gerais dos programas. O plano organiza as ações programáticas em uma seqüência temporal, de acordo com a racionalidade técnica e as prioridades de atendimento.

Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no plano plurianual.

Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um projeto que concorre para a expansão e o aperfeiçoamento da ação do governo.

Objetivo: é a situação que se deseja obter ao final da implementação do programa, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas.

Meta: é a dimensão quantitativa, temporal e espacial do objetivo.

Produto: é o resultado concreto das atividades desenvolvidas pelo programa ou projeto, podendo ser tanto bens quanto serviços.

Efeito: é o que decorre da influência do programa. O objetivo está localizado temporalmente antes do início do programa. Os efeitos são resultados das ações do

programa, e podem ser intermediários, ocorrendo durante o programa, ou finais, que são os que perduram após o programa. Os efeitos podem ser ainda procurados, ou seja, aqueles estabelecidos como objetivos, ou não procurados.

Eficácia: é a relação entre alcance de metas e tempo, ou seja, o grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados.

Eficiência: é a menor relação entre custo e benefícios possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;

Efetividade: é a relação entre os resultados e o objetivo. É a medida do grau de alcance dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado programa, tendo como referência os impactos na sociedade.

Impacto: é o resultado do programa que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos. É o resultado líquido do programa e indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais.

1.3. Políticas Públicas e Território

Koga (2003, pp.19,20) discute a introdução da variável território no exame da realidade para a produção de políticas públicas voltadas para a inclusão social. A autora constrói um debate sobre a relação do território – como matéria viva, síntese de um conjunto de relações, condições e acessos – como espaço de exercício de cidadania e concretização de políticas públicas (op.cit.p.16). Ainda, a autora assinala a importância da incorporação da dimensão territorial dentro das ciências sociais, que alcança um caráter estratégico quando é considerada como um elemento potencial na orientação de políticas públicas.

Ainda segundo essa autora, é preciso “debater intensamente as políticas públicas, buscando trazê-las o mais próximo possível do mundo onde vivem as pessoas”. Assim, além da necessidade crescente de uma articulação entre as políticas setoriais, existe uma inter-relação entre políticas e território, não só no âmbito da gestão governamental como na participação dos cidadãos. Portanto, a autora aponta que a simples presença de

uma política pública pode não revelar sua capacidade de interferência, como no caso, nas situações de exclusão social. Deve-se levar em conta “a particular totalidade de cada município ou região, considerando para além de sua dimensão geográfica, seus aspectos demográficos, sua capacidade econômica, sua história sua cultura, seu contexto social”. (op.cit. p.222).

Explicando melhor: a formulação e a implementação das políticas públicas de uma metrópole de três milhões de habitantes não podem ser as mesmas para municípios de 20.000 habitantes, por exemplo. Principalmente em um país como o Brasil, com não somente altas desigualdades sociais, mas, um país continental, de diferentes realidades geográficas e físicas. Assim, como assinalam Koga e Nakano (2005), não é aconselhável estabelecer medida única de desigualdades socioterritoriais para os 5.562 municípios como se eles fossem um monólito homogêneo. Esses milhares de municípios possuem realidades diferentes entre si, desde o tamanho populacional, desigualdades regionais, extremos sócio-econômicos diversos, até a porcentagem da presença populacional em áreas urbanas ou rurais. Essas variáveis diversas implicam a formulação e ação de políticas públicas que tenham uma constante relação entre o global e o local. Ao mesmo tempo em que se dá ênfase à dinâmica dos territórios em escala local, não se pode perder a perspectiva da política em uma escala maior. Portanto, não tirar do foco a integração e a articulação entre as políticas e a participação dos diversos sujeitos sociais traduzida pela articulação entre Estado e sociedade.

No PPA 2004/ 2007 identificam-se marcos regulatórios e instrumentais que norteiam as experiências concretas de planejamento territorial e desenvolvimento regional. Destacamos o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, que serão explanados no Capítulo 2 desta dissertação, itens 2.10.2 e 2.10.3, respectivamente. Apresenta-se a seguir o Pacto de Concertamento e, mais adiante neste capítulo, a Agenda 21 Brasileira.

1.4.Pacto de Concertamento

O Plano Plurianual, como esclarecido anteriormente, regido pelo Art.165, Inciso I da Constituição Federal, é o instrumento normativo para que os entes federativos materializem o planejamento de seus programas e ações. O Pacto de Concertamento,

previsto na Lei do PPA 2004-2007 (Lei 10.933/2004), de acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, trata-se de um

instrumento de gestão orientado para a conciliação de interesses dos diferentes níveis territoriais – macrorregional, estadual, sub-regional, municipal – capaz de pôr em prática uma política compartilhada de desenvolvimento local articulada à política nacional, baseada em estratégias de estruturação equilibrada e complementar dos múltiplos territórios, cada qual com a sua diversidade e identidade cultural (BRASIL, 2005 a).

A fim de criar condições para a efetivação dos Pactos de Concertamento a partir de 2006, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o governo federal se propôs a capacitar, em 2005, os técnicos dos governos municipais de todos os estados para a elaboração dos Planos Plurianuais Municipais, com base no modelo adotado pelo governo federal e estaduais. Esta iniciativa prevê um fortalecimento no processo de descentralização lançado desde a Constituição de 1988. Com isso se dá também a descentralização dos recursos através da estratégia de planejamento e gestão participativa, aproximando os entes federativos e a sociedade local das decisões alocativas da União (BRASIL, 2005 a).

Portanto, o Pacto de Concertamento visa ampliar de forma sistemática, o diálogo entre os entes federativos, em torno de programas e estratégias comuns, que assegurem a continuidade das ações e coloquem, numa linha coerente, as intenções de prosperidade local e a estratégia de desenvolvimento nacional e inserção internacional.

Para o Ministério do Planejamento é essencial que essa síntese de vontades comuns seja exercida no nível sub-regional, pois representa o agrupamento de municípios solidários e com vocação para um mesmo objetivo, ponto de encontro dos compromissos assumidos a partir dos demais níveis territoriais. Assim, para o MP, a sub-região será o pivô da coerência territorial (BRASIL, 2005 a).

O Ministério do Planejamento estabeleceu algumas diretrizes para o aperfeiçoamento dos Pactos para a Gestão Territorial Integrada na qual se insere o Pacto de Concertamento o qual listamos a seguir:

- 1) Intensificação da cooperação entre os entes da federação, integração multissetorial, compartilhamento de responsabilidades e geração de condições para a participação efetiva dos atores locais na promoção do desenvolvimento sustentável do território;

- 2) Não obrigatoriedade; o pacto será celebrado por adesão de cada órgão/setor do governo federal, do estado e do município;
- 3) Convergência de estratégias de desenvolvimento sustentável, mediante a associação de prioridades do Plano de Desenvolvimento Territorial, elaborado no território com a participação da sociedade, dos Planos Plurianuais e das Leis Orçamentárias dos respectivos entes federativos;
- 4) Adoção do princípio da subsidiariedade, ou seja, o pacto deve levar em consideração, as competências, os interesses e as capacidades, inclusive fiscal, de cada um dos três entes federativos;
- 5) Participação efetiva da sociedade civil em todas as etapas do processo, compreendendo a negociação, a pactuação, a gestão da implementação e a avaliação dos resultados;
- 6) Sub-regionalização do gasto dos programas pactuados, a partir do PPA do governo federal e do PPA estadual;
- 7) Priorização, por parte da União, de um número limitado de programas a serem selecionados, preferencialmente, a partir das Metas Presidenciais;
- 8) Envolvimento dos ministérios setoriais responsáveis pela implementação dos programas selecionados, que assumirão diretamente, por parte da União e no que couber, as responsabilidades estabelecidas no termo de pactuação;
- 9) Implementação do pacto dinamizada por um arranjo institucional, que tenha o objetivo de articular o conjunto das diferentes instituições atuantes no território para construir de uma visão estratégica voltada para o seu desenvolvimento sustentável e exercer a coordenação executiva da implementação dos programas e ações pactuados. O arranjo institucional pode ser, por exemplo, um fórum ou conselho composto por representantes dos governos federal, estadual e municipal e da sociedade civil da sub-região;
- 10) Definição, no termo de pactuação, das responsabilidades dos atores pactuantes no que se refere ao fornecimento das informações necessárias para o monitoramento da

implementação dos programas e ações pactuados e para a avaliação dos impactos gerados, com a participação da sociedade civil;

11) O papel do Ministério do Planejamento é o de desenvolver a metodologia e oferecer o apoio necessário à implementação dos pactos, que poderão ser incorporados pelos setores do governo federal que os considerarem um instrumento adequado à sua atuação;

12) Os Pactos para a Gestão Territorial Integrada não constituem um "balcão" privilegiado para a apresentação de demandas específicas ou um espaço para disputa por recursos entre territórios. Uma premissa fundamental é a de que o recurso financeiro, por si só, não resolve os problemas de um território, principalmente se não houver uma atuação articulada e integrada entre todos os agentes responsáveis pelo desenvolvimento sustentável.

Observa-se que o desenho estratégico das políticas deve incluir a identificação dos atores que lhes dão sustentação e mecanismos de concertação e negociação entre tais atores.

1.5. Conceitos de sustentabilidade

Neste item e nos seguintes deste capítulo, apresentamos um breve referencial teórico sobre sustentabilidade para que possamos desenvolver, posteriormente, a avaliação das políticas públicas territoriais baseada nas dimensões da sustentabilidade.

Referente ao surgimento da preocupação com a sustentabilidade, Keiner afirma que:

No final do último Milênio, quando visões sublimes eram tão onipresentes quanto o discurso do que a humanidade alcançou e em que direção estava se voltando, que “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” se tornaram a base teórica e uma norma dentro da sociedade muito importante para o desenvolvimento humano em todo o mundo (KEINER, 2006).

Na verdade todo o conceito por detrás de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade surgiu nas Conferências sobre o Meio Ambiente realizadas pelas Nações Unidas desde a década de (19)70, nas quais governos nacionais se reuniram para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, e como isto

afetava o planeta e cada país ou blocos de países em questão. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional, seguida de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram vinte anos depois com a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, seguida da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, em 2002.

Segundo Buarque (2004), os antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é um modismo criado pelas Nações Unidas “mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios do presente e do futuro” (BUARQUE, 2004, p.57).

Neste contexto, “desenvolvimento” significa expansão ou o reconhecimento de as potencialidades poderem alcançar gradualmente uma condição melhor e mais completa, uma melhoria qualitativa. Para a definição de desenvolvimento sustentável, se recorre-se à referência “clássica” do Relatório Brundtland (documento “Nosso Futuro Comum”), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) em 1987, que apresenta a questão das gerações futuras e suas possibilidades: “o desenvolvimento sustentável atende às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades”.

O Relatório aponta a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes, havendo um limite máximo para a utilização dos recursos naturais.

O termo foi discutido na *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN* (a partir de 1990, *World Conservation Union*), que afirma que a fim de o desenvolvimento ser sustentável deve-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazos de ações alternativas. O foco do conceito é a integridade ambiental, mas a partir da definição do Relatório Brundtland a ênfase desloca-se para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental (BELLEN, 2005, p.23).

Ribas (2003) esclarece que o termo “desenvolvimento sustentável”, cunhado pela Comissão Brundtland, encerra a tese-chave de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente e o relatório desta Comissão propõe que todos os países se unam para evitar a catástrofe global: degradação crescente não só das grandes cidades industriais, onde primeiro se fizeram sentir os efeitos funestos da destruição ambiental, mas do ambiente global – atmosfera, florestas, oceanos (RIBAS, 2003, p.44).

A abordagem do desenvolvimento sustentável pressupõe que a natureza, a sociedade e o sistema econômico formam um tripé e, segundo Buarque (2004, p. 62), “constituem sistemas complexos em equilíbrio dinâmico que combina uma tendência à desorganização e uma capacidade de auto-organização e auto-regeneração”. De acordo com o autor a tendência à desorganização decorre de um processo de entropia ou perda persistente de energia. Por exemplo: mesmo sem as crescentes pressões do aumento populacional, do consumo, do efeito degradador, das tecnologias e da exploração acelerada de energia, os sistemas ambiental, econômico e social evoluiriam da ordem para a desordem, da organização para a desorganização. Esse processo define limitações, pois uma natureza finita não pode suportar um processo infinito de expansão da população e da economia (BUARQUE, 2004, p.63).

Portanto, as limitações denotam equilíbrio – equilíbrio este que dá suporte à redução do consumo desenfreado nas esferas individual, pública, industrial e empresarial. Estas limitações dão à natureza a capacidade de gerar recursos e absorver resíduos da produção. Em termos gerais, o desenvolvimento sustentável está relacionado ao equilíbrio global entre o crescimento econômico e a capacidade de suporte de todo o ecossistema. Se, em termos globais, continuarmos a crescer em uma base insustentável, todo o ecossistema, inclusive a atividade econômica humana, logo entrará em colapso.

O Relatório Brundtland trouxe uma definição geral sobre desenvolvimento sustentável, entretanto, posteriormente, uma definição mais detalhada – com responsabilidades específicas a respeito das dimensões do desenvolvimento sustentável e das gerações futuras – apareceu no documento intitulado Agenda 21, fruto de acordo assinado pela grande maioria dos 179 países participantes na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

A Agenda 21 Global é um plano de ações para atingir o desenvolvimento sustentável. Composta por 40 capítulos e 120 programas, está estruturada em quatro seções: dimensões econômicas e sociais, conservação e gerenciamento de recursos naturais, fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e meios de implementação.

O termo “agenda” resgata, no seu sentido, intenções, desígnio, desejo de mudanças (RIBAS, 2003) para um modelo de civilização em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. A proposta da Agenda 21 rompe com o planejamento dominante nas últimas décadas quanto à predominância do enfoque econômico e através de um planejamento estratégico e participativo, determina as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo – sociedade. A Agenda 21 faz assim ressurgir no plano internacional a necessidade do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, em oposição ao atual modelo de desenvolvimento econômico, considerado injusto socialmente e perdulário do ponto de vista ambiental. Em contraposição a este modelo injusto e predador, é proposta a alternativa da nova sociedade, justa e ecologicamente responsável, produtora e produto do desenvolvimento sustentável. A democracia participativa com foco na ação local e na gestão compartilhada dos recursos abre uma nova via política para a mudança (RIBAS, 2003, p.45).

A partir da Agenda 21 Global, todos os países signatários do documento, assumiram o compromisso de elaborar e implementar sua própria Agenda 21 nacional. O Brasil elaborou a sua Agenda 21 Brasileira. Os estudos iniciaram-se em 1996 e a Agenda foi consolidada em 2002, contando com a participação de representações e pessoas em fóruns regionais. Esta participação se deu através de um processo de consulta sobre 6 eixos temáticos: Cidades Sustentáveis, Agricultura Sustentável, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, Infra-estrutura e Integração Regional, Redução das Desigualdades Sociais e Gestão dos Recursos Naturais. Cada um dos eixos temáticos apresenta estratégias de implementação das políticas que abarcam princípios de subsidiaridade, de governança e ética em articulação entre as políticas (no nível das três esferas governamentais e entre as políticas setoriais),.

Em 2003, na sua fase de implementação, tornou-se um Programa no PPA 2004/2007. Como política pública as prioridades deste programa são:

1) Implementar a Agenda 21 Brasileira – através da implementação do Sistema da Agenda 21 e integração das políticas públicas;

2) Orientar para a elaboração e a implementação das Agendas 21 Locais. A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão desde um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro, uma escola. O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade.

3) Implementar a formação continuada em Agenda 21. Promover a educação para a sustentabilidade através da disseminação e do intercâmbio de informações e experiências por meio de cursos, seminários, *workshops* e de material didático.

Algumas cidades no Brasil implementaram o processo de elaboração da Agenda 21 Local antes de 2003, fase de implementação da Agenda 21 Brasileira. Segundo dados da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais¹, através de levantamento feito em 2006, até esta data, há 153 Processos de Agendas 21 Locais ocorrendo em municípios das cinco regiões do país. Fica claro que há outras cidades e regiões brasileiras desenvolvendo a Agenda 21 Local e que não estão registradas na Rede.

1.6.As dimensões ou pilares da sustentabilidade

A fim de incorporar o desenvolvimento sustentável nos planos e políticas, devemos primeiramente reconhecer a sustentabilidade como um sistema dinâmico, um conjunto de forças, e suas dimensões também dinâmicas e interdependentes entre si. Se uma não está em nível desejável afetará as outras, causando um desequilíbrio no sistema. Dahl (2002) relaciona desenvolvimento sustentável à prosperidade – esta inclui não somente a prosperidade material, mas também a social e o progresso espiritual, ou seja, os valores humanos nas riquezas de ações dentro da sociedade e permeando todas as dimensões. O autor assinala que o desenvolvimento sustentável tem dimensões tanto no tempo como no espaço. Não atinge somente um pequeno segmento da população do

¹ Esta rede visa promover a integração e o intercâmbio de informações, experiências e o fortalecimento dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais em todas as cinco regiões do país. Recebe o apoio do Ministério do Meio Ambiente e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento -FBOMS.

planeta, mas a todos e em todos os lugares; não é somente para o presente, mas se estende para o futuro, como um processo dinâmico. Portanto, a questão não é chegar a um ponto no tempo e, de repente, atingirmos o desenvolvimento sustentável, mas realizar um processo contínuo de equilíbrio de forças (DAHL, 2002).

Uma condensação das várias dimensões da sustentabilidade, ou pilares, como denomina Sachs (2002), consideradas para esta pesquisa, é aqui apresentada, utilizando-se conceitos de vários autores – Acselrad (2001), Bezerra e Bursztyn (2000), Dahl (1996, 2002,2004), Novaes (2003), Ribas (2003) e Sachs (1993). Uma dimensão da sustentabilidade não tem valor maior ou menor que a outra; as dimensões estão elencadas sem classificação em importância. Posteriormente, quando da avaliação dos programas do PPA 2004/2007, cada programa estará inserido em um contexto, portanto as 8 dimensões aqui especificadas terão uma influência maior ou menor na avaliação destes.

A dimensão econômica trata da organização da vida material, avaliada a partir da sustentabilidade social, ou seja, a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por critérios de lucratividade empresarial. Trata da viabilidade econômica ou de investimentos no mínimo iguais à depreciação resumida na viabilidade econômica. É possibilitada por uma alocação e uma gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular dos investimentos público e privado. Visa superar barreiras, como as limitações do acesso à ciência e à tecnologia e a manutenção do capital em todas as suas formas, não somente o convencional – capital econômico ou monetário – mas o capital natural/ambiental, o capital humano e o capital social. Quanto a contabilidade e à responsabilidade – os sistemas nacionais de contas devem colocar os fatores de capital humano e social, como educação e sociedade civil –, cria o chamado sistema expansivo de contas.

A dimensão ambiental refere-se ao uso racional de estoques de recursos naturais e seus potenciais de renovação incorporados às atividades produtivas; à capacidade de suporte dos ecossistemas e aos limites de absorção da poluição. Trata da ampliação da capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém sua deteriorização em um nível mínimo. Prevê a intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem de

modo mais eficiente os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial.

A dimensão social deve espelhar uma sociedade desenvolvida, caracterizada pela melhoria da qualidade de vida, com um sistema legal que prime pelo princípio da equidade e com políticas de justiça redistributiva e de bens, gerando com isso a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade, reduzindo os níveis de exclusão social – uma universalização do atendimento na área social. Regida pelo princípio da igualdade de direitos à dignidade humana e pelo princípio da solidariedade dos laços sociais.

A dimensão cultural apóia a identidade local, regional e nacional por meio da manutenção/preservação da diversidade de culturas, valores e práticas existentes, sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos. Busca as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção. Resgata a pluralidade de soluções particulares que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local, e que integram ao longo do tempo as identidades dos povos.

A dimensão territorial está relacionada à disposição espacial de recursos, populações e atividades: é norteada pelo alcance de uma equanimidade nas relações inter-regionais e pelas configurações rural-urbana e urbana mais equilibradas; prevê ainda uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas. As ameaças à insustentabilidade desta dimensão destacam-se nas questões de concentração excessiva nas áreas metropolitanas e de destruição de ecossistemas frágeis, mas vitalmente importantes, por processos de colonização descontrolados e/ou por industrialização concentrada.

A dimensão político-institucional requer a necessidade de seja aplicado o princípio de governança e que sejam empreendidos o fortalecimento das instituições, com a articulação entre as diversas instâncias, a descentralização e o processo de construção da cidadania e da participação social na gestão, que representa um pré-requisito para a continuidade de qualquer curso de ação a longo prazo. Está relacionada à construção da cidadania plena dos indivíduos por meio do fortalecimento dos mecanismos

democráticos de formulação e de implementação das políticas públicas em escalas local, nacional e global.

A dimensão temporal rompe com a lógica do curto prazo e estabelece o princípio da precaução, bem como a necessidade do planejamento de longo prazo. Para Dahl (1997) enquanto planejadores e políticos têm uma visão para cinco anos e vêem o longo prazo como 20 anos, a seu ver, seria razoável, no amplo contexto dos sistemas de carga de vida globais, ver a sustentabilidade se esticando para um futuro infinito, como por exemplo, um tempo de meio milhão de anos como um tempo razoável em que nossas ações não desconsiderariam a sociedade futura. Para o autor, este tipo de pensamento faz com que se evite a tendência de dar um desconto a termos de longo prazo futuro e requererá que uma consideração adequada seja dada ao processo fundamental e gradual de equilíbrio e mudanças globais. Assim, Dahl (1997) afirma que um tempo de 80 a 100 anos seria razoável para se pensar em conseqüências para o futuro. Um dos exemplos que este autor fornece é de como podemos garantir a manutenção da produção agrícola no futuro, se o solo está erodindo, novas doenças surgindo, a base genética encolhendo e a pesquisa diminuindo até o ponto de investimentos não serem feitos a fim de manter a produção potencial.

A dimensão ética indica que uma sociedade efetiva depende de um conjunto de valores ou princípios éticos que definem o que é um comportamento aceitável entre indivíduos e o que motiva as pessoas a trabalharem juntas por um interesse comum. Tais valores são as regras básicas para a interação humana e um suporte essencial para o desenvolvimento. Assim os valores nos auxiliam a determinar o que somos e onde queremos chegar, são a verdadeira matriz da qual nascem as estruturas e formas sociais. Os valores como amor, justiça e veracidade não são simplesmente ideais, uma abstração, mas, regras para todas as inter-relações humanas que definem nossas interações básicas e determinam os níveis, a intensidade e a efetividade da organização social. Dahl (1994) explica que uma sociedade que intenciona aplicar o princípio da justiça irá projetar mecanismos e instituições para implementar a justiça em todos os níveis de interação social, desde a distribuição de riquezas até o equilíbrio da liberdade e responsabilidade social. Outros valores devem ser considerados para se mover o processo contínuo de sustentabilidade: valores que respeitem os outros seres humanos; valores que respeitem a natureza e a criação; solidariedade com toda a humanidade, no

reconhecimento de sua unidade; moderação em todas as coisas, não tendendo para o consumo excessivo, mas a aplicação da parcimônia. Estes valores podem ser aplicados tanto por indivíduos como por instituições.

A dimensão ética muitas vezes é referida como dimensão espiritual. Esclarecendo esta questão, Bartholo, mostra que o sentido originário da ética, no pensamento filosófico da Grécia Antiga, o *ethos*, tem um significado dual: a condição de existência de um mundo humanamente habitável e o comportamento humano feito hábito. A *práxis* é a mediadora desses dois momentos constitutivos do *ethos*. A dimensão ética viabiliza a construção da “morada imaterial” de valores, no interior da qual os homens livres podem assegurar a continuidade de suas existências e a estabilização da vida associada pela institucionalização de hábitos “virtuosos” (BEZERRA; BURSZTYN, 2000). Assim o autor reconhece que a ética delimita o exercício de poderes e se afirma com a construção de valores humanos:

No cerne de todo agir ético está o reconhecimento e a fixação de limites. A ética circunscreve e delimita o exercício de poderes. A perspectiva ética é, assim, eminentemente relacional e vincula-se às noções de alteridade e de vulnerabilidade, ou seja, a ética nasce nas relações entre o mesmo e o diverso e reconhece que essas relações podem ser ameaçadas de destruição. A ética reconhece as irreversibilidades e as assimetrias nos exercícios de poderes e, conseqüentemente, que o exercício do poder não assegura a sua legitimidade (BEZERRA; BURSZTYN, 2000).

Já quando nos referimos ao aspecto espiritual este é a noção da transcendência, o processo de desenvolvimento das capacidades espirituais, denominado de crescimento espiritual ou simplesmente espiritualidade. A espiritualidade denota o verdadeiro propósito da vida que é a aquisição de capacidades espirituais, não só do ponto de vista individual, mas, com a participação do indivíduo na sociedade, visto como um meio para alcançar este fim, ou seja o propósito da vida. As capacidades espirituais são os mesmos valores humanos altruísticos praticados na ética, mas a maneira de serem praticados é diferente. Poder-se-ia dizer que a espiritualidade seria praticada no nível individual e a ética no nível institucional.

Podemos inferir que os valores ou a aplicação de princípios espirituais e éticos tem sido o ingrediente faltante de muitas abordagens passadas de desenvolvimento sustentável. Para Dahl (2001) as declarações grandiosas e planos de ações detalhados,

até mesmo quando aprovados por todos os governos envolvidos, não foram adiante porque as pessoas não estavam motivadas a implementá-los em suas próprias vidas e as instituições não se responsabilizaram em executá-los. O autor afirma que a questão mais motivadora ao se referir ao desenvolvimento sustentável no nível de valores “é o potencial de se criar sistemas humanos autogeradores que construam uma civilização mais sustentável e sempre avançada” (DAHL, 2001).

1.7. Conclusão do capítulo

O ordenamento do território é configurado pelo planejamento e pela ação das políticas públicas. O objetivo do ordenamento é a organização física do espaço e o equilíbrio das desigualdades regionais através da harmonização das diversas políticas setoriais. Existe uma inter-relação entre políticas e território, não só no âmbito da gestão governamental como pela participação dos cidadãos. A fim de permitir o aprimoramento na implementação das políticas públicas, a atividade da avaliação das mesmas constitui um processo sistematizado, com vistas à determinação da eficiência, da efetividade, do impacto, da sustentabilidade, e conforme a relevância dos objetivos destas políticas. A avaliação destas políticas sob a ótica da sustentabilidade, engloba as suas várias dimensões que formam um equilíbrio de forças no chamado desenvolvimento sustentável, um processo dinâmico que se estende para o futuro e visa a prosperidade da humanidade e seu meio. A sustentabilidade implica um equilíbrio das forças destas dimensões, e só pode ser atingida quando as forças que causam o seu desequilíbrio são neutralizadas.

Para Bezerra e Bursztyn, estas dimensões da sustentabilidade devem ser pensadas como sistemas articulados, cuja integração comporta elementos que se antagonizam ou concorrem entre si, o que torna a construção social do desenvolvimento sustentável um processo de gestão de conflitos sociais pluridimensionais (BEZERRA; BURSZTYN, 2000). O conceito de sustentabilidade expressa também uma posição ética de justiça e solidariedade nas gerações e entre as gerações. Condena as ações presentes que colocam uma carga ou reduzem as possibilidades disponíveis para as futuras gerações e requer, portanto, uma visão de longo prazo e uma perspectiva integrada de todo o sistema natural e humano (DAHL, 1996).

Capítulo 2 - Planejamento e Atuação das Políticas Públicas no Brasil

Este capítulo trata do desenvolvimento e as ações das principais políticas públicas territoriais no país a partir da década de (19)30 e sobre a evolução da configuração territorial brasileira sob a influência do planejamento estatal.

As iniciativas de organização das ações governamentais em planos são em geral identificadas com os respectivos mandatos presidenciais. Este capítulo mostra um quadro de cada governo no Brasil, relacionando-o com um período ou fase e identificando os planos executados. A abordagem inicia-se com o Governo de Getúlio Vargas em seus dois períodos (1930-1945; 1951-1954), quanto às transformações econômicas, sociais, administrativas – identificadas no item contextualização –, e aponta as principais políticas territoriais, ambientais e políticas regionais. O fato de iniciarmos a apresentação das ações governamentais e seu rebatimento territorial com a Era Vargas deve-se à formação do arcabouço jurídico e normativo que trata das políticas territoriais brasileiras que teve início neste período. O Governo Dutra apresentou um plano de governo, o Plano SALTE (1950-1951), seguido do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Segue-se a década de (19)60 e os três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) dos governos militares (1972 a 1985). Em fase intermediária, o Plano de Ação Governamental (1987-1991). O novo modelo de planejamento – o PPA (1991-1995), o “Brasil em Ação” (1996-1999) e o “Avança Brasil” (2000-2003) do segundo governo Fernando Henrique Cardoso – FHC marcam os primeiros Planos Plurianuais, e, finalmente o “Brasil de Todos” (2004-2007), do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Período 1930 a 1954

2.1 A Era Vargas (1930-1945; 1951-1954)

1.1.1 Contextualização

No Brasil, as políticas públicas e modelos de gestão estão presentes desde a década de 1930, no período do Estado Novo do Governo Getúlio Vargas², geralmente identificada como o marco temporal do início da transição entre o Estado patrimonialista e o modelo de administração pública burocrática³.

O primeiro período do Governo Vargas (1930-1945) pode ser considerado um marco no desenvolvimento de uma nova ordem econômico-social. Conforme Eli Diniz (1999), foi no período de 1933 a 1939 que se desencadeou o processo de industrialização no país, possibilitando o trânsito de uma sociedade com perfil agrário para uma sociedade mais complexa e diferenciada (DINIZ, 1999).

Bresser Pereira (1968) coloca a década de (19)30 como o início da “Revolução Nacional Brasileira”, quando verifica-se um processo acelerado de transformação no qual sobressai--se o campo econômico, sendo atingidos também o cultural, social e político (BRESSER PEREIRA, 1968). Assim, os anos 1930 são uma importante etapa no desenvolvimento econômico do país com uma transição do seu modelo econômico de pólo agroexportador para o pólo urbano- industrial. O setor agroexportador está presente neste período, mas a sociedade passa a ter uma característica mais urbana e menos rural.

² A Era Vargas compreendeu – o governo provisório de 1930 a 1934, o governo constitucional de 1934 a 1937, a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945 e, por fim, o mandato pelo voto direto, iniciado em 1951 e tragicamente interrompido em 1954 (DINIZ, 2004).

³ O patrimonialismo se traduz como a incapacidade de distinção entre o público e o privado, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano. Em consequência, o nepotismo, clientelismo e a corrupção são inerentes a este tipo de administração. Já o modelo de administração pública burocrática distingue claramente o público e o privado. Este modelo está apoiado na legalidade, profissionalização, no formalismo técnico, na impessoalidade, em síntese, o poder racional legal (MAFRA FILHO, 2005; GARTENKRAUT, 2002).

No plano político os acontecimentos de 1930 permitiram o início de um processo de evolução da política brasileira que, de oligárquica, passou para as políticas populistas centralizadoras, bem como a construção do Modelo Desenvolvimentista⁴ de formulação e implementação de políticas.

O Brasil industrial começa a nascer no final do século XIX e entra em processo de transformação revolucionária a partir de 1930, com a emergência de um poder executivo federal voltado para a promoção do desenvolvimento industrial (BRESSER PEREIRA, 2007).

2.1.2 Planejamento e políticas territoriais

No Estado Novo não houve a criação de um plano nacional de desenvolvimento para o país, mas merece destaque a criação, em 1936, do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), uma instituição, nessa época, de função orçamentária como uma atividade formal permanentemente ligada ao planejamento (GARTENKRAUT, 2002). O Governo Vargas dotou o país de políticas públicas de alcance nacional, cujas diretrizes tinham origem no governo central. Segundo Scardua e Bursztyn, o período do Estado Novo tem uma centralização na pessoa do presidente e uma política voltada para um projeto nacional de desenvolvimento urbano, industrial e nacionalista (SCARDUA; BURSZTYN, 2003).

O impacto da industrialização teve, como uma de suas conseqüências, o início de um processo de êxodo rural, de migrações rurais-urbanas. Neste período, a urbanização cresceu de forma acelerada, facilitando a expansão desordenada das cidades. Este crescimento urbano se deu nas grandes capitais do Sudeste e o contingente populacional continuou a se concentrar no litoral. Monte-Mor destaca que “a partir de 1940, todas as regiões brasileiras apresentaram altas taxas de urbanização, ainda que regiões de fronteiras agrícola e de recursos naturais apresentassem crescimento também da população rural” (MONTE-MÓR, 2004).

⁴ O Modelo Desenvolvimentista é uma teoria defendida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a qual propunha a centralidade do Estado no processo de orientação do desenvolvimento da economia nacional.

Historicamente, a partir da década de 1940 surgiram as primeiras tentativas de se planejar, coordenar e controlar a economia brasileira. O planejamento da economia teve consequência direta no ordenamento territorial, com medidas que interferiram *no* e impactaram *o* uso e *na* ocupação do espaço brasileiro, com a construção de fábricas e o fluxo migratório decorrente destes planos.

Em 1946, já no Governo Dutra, é criada a Fundação da Casa Popular, cujos objetivos compreendiam a construção de moradias, o apoio à indústria de materiais de construção e a implementação de projetos de saneamento. Entretanto, desde a sua criação até 1964, quando foi extinta, não chegou a produzir 17 mil unidades (OSÓRIO, 2003).

No período do governo democrático, o Governo Vargas mandou um projeto para o Congresso para a criação da Petrobrás, a empresa estatal do petróleo. Criada em 1953, iniciou o seu funcionamento, um ano depois como gestora do monopólio da extração de petróleo no Brasil.

Os diagnósticos elaborados pelas missões técnicas americanas como é o caso da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948) e da Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953), trouxeram um estudo da economia brasileira com o propósito de propor caminhos para a sua transformação. A Missão Cooke – cujo propósito era efetuar um levantamento das disponibilidades existentes em recursos naquela conjuntura militar – representou “um primeiro trabalho de pesquisa analítica e sistemática realizado em relação à economia brasileira visando a formulação de um programa de ação” (MATOS, 2002). O país foi também analisado sob o ponto de vista regional, mostrando-se que características regionais diferentes justificavam programas de desenvolvimento diversos. Já a Missão Abbink, instituída em 1948, com o Relatório Abbink culminando nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-EUA, formulou um diagnóstico sobre os chamados “pontos de estrangulamento” para o desenvolvimento, sobretudo na infraestrutura, destacando a situação precária do saneamento, do sistema de transporte e da energia. A citada Comissão também realizou diagnósticos e concedeu ajuda técnica para defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico (ACCARINI, 2003). Outra recomendação foi a do estabelecimento de um banco central.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE foi fundado em 1952 e foi um órgão fundamental para a consecução dos esquemas de financiamento de novos

projetos, sendo sua criação uma das recomendações da Comissão Mista Brasil –Estados Unidos. O BNDE veio a se tornar um dos principais agentes financiadores da implantação do Plano de Metas, apontando como solução a associação com o capital estrangeiro para liberar a indústria do setor agroexportador.

2.1.3. Políticas públicas regionais

Quanto ao desenvolvimento de políticas regionais, destaca-se a “Marcha para Oeste”, programa lançado por Getúlio Vargas durante os festejos da inauguração da nova capital do estado de Goiás, Goiânia. A região era considerada um vazio territorial, entendida como um espaço abandonado, na época em que o contingente populacional do país se concentrava no litoral. O programa pretendia ser uma diretriz de integração territorial do país, ligando a Região Centro-Oeste à Sudeste.

A Constituição de 1934 dotou juridicamente o país de condições de efetivar políticas assistencialistas para os estados do Nordeste atingidos pela seca. O Artigo 5º diz que compete à União “organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte” e o Artigo 177º trata do atendimento aos efeitos da seca (BRASIL, 1934).

Quanto a políticas regionais, na fase 1951-1954 do Governo Vargas, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil – BNB em 1952, o Projeto Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia –SPVEA em 1953.

A política de investimento, através do BNDE, avançou para a eliminação dos “pontos de estrangulamento” no setor de infra-estrutura e para o financiamento e orientação de outros investimentos (MATOS, 2002).

Essa linha de ação – a política de investimento para a eliminação dos pontos de estrangulamento – esteve presente nos planos de desenvolvimento dos sucessivos governos, principalmente a partir do Plano de Metas. No entanto, o planejamento de políticas públicas tem como marco inicial o Plano SALTE.

2.2 O Plano SALTE (1950-1951)

2.2.1 Contextualização

O governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) transcorreu entre dois períodos do Governo Vargas e, decorridos mais de dois anos de seu governo, foi propôs o Plano SALTE. O Plano deveria ser executado no período de 1949-1953, mas foi aprovado somente em 1950 pelo Congresso, faltando menos de nove meses para o término do mandato presidencial. A história do Plano SALTE teve início em 1946, quando Dutra, ao extinguir o Plano de Obras e Equipamentos então vigente, resolveu reorientar os esquemas de planejamento do governo. Os estudos para a elaboração de um novo plano começaram no mesmo ano e foram intensificados em 1947, sob a coordenação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (ABREU, 2001).

O nome do Plano corresponde às letras iniciais dos setores considerados prioritários: Saúde, Alimentos, Transporte e Energia. Para Accarini (2003):

O Plano SALTE foi o primeiro plano nacional elaborado sob regime democrático, mas num governo extremamente alinhado com a política externa norte-americana associada à Guerra Fria e comprometido com o ideário liberal, do que resultou o esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial (ACCARINI, 2003).

Inicia-se o período democrático de 1945 a 1964. Conforme Scardua; Bursztyn, neste período ocorre a restauração do sistema federativo descentralizador, com a reorganização dos partidos políticos e o sistema de representações, porém sem uma clara política nacional de descentralização (SCARDUA; BURSZTYN, 2003).

2.2.2 Planejamento e políticas territoriais

Durante o Governo Dutra, foram realizadas obras de infra-estrutura como estradas, refinarias e aparelhamento dos principais portos nacionais. Completou-se a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e foi criada a CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, constituída em 1948, com o subsequente início do aproveitamento hidroelétrico da Usina de Paulo Afonso. Além de obras como a construção de casas populares – através da fundação da Casa Popular em 1946, a construção do oleoduto

Santos – São Paulo e a eletrificação da Estrada-de-Ferro Central do Brasil – enfim, obras públicas que se espalharam pelo país.

Na área de transportes foi concluída a ligação da rede ferroviária do Sul com a do Nordeste, garantindo-se a continuidade do transporte por via ferroviária do extremo sul até Recife. No conjunto, foram construídos mais de um mil quilômetros de estradas de ferro, beneficiando, sobretudo, o Ceará e Goiás (ABREU, 2001).

A parte dedicada à energia era a mais densa e abundante do Plano Salte. Foram adotadas as conclusões e recomendações gerais do Plano Nacional de Eletrificação, elaborado por uma comissão especial instituída em 1944. Além de iniciar a construção da Usina de Paulo Afonso, o Governo Dutra amparou a realização de planos estaduais de eletrificação urbana e rural.

2.2.3. Políticas públicas regionais

Apesar dessa primeira tentativa de coordenar os gastos públicos, tentando se aproximar de um planejamento em escala nacional, o Governo Dutra representou uma fase de diminuição da atividade, participação e intervenção econômica do Estado, em comparação com os 15 anos que o precederam e também com os governos subsequentes (ABREU, 2001).

O Plano SALTE não obteve sucesso, sendo interrompido em menos de um ano. Considerado mais como uma organização de gastos públicos, uma das causas de seu insucesso se deve ao fato de o governo não garantir as fontes de financiamento para o Plano, criando um descompasso entre os recursos previstos e os aplicados. Este Plano foi considerado na questão de planejamento, mais como uma prática governamental do que em função de seus resultados práticos, muito poucos.

A criação, em 1956 do Conselho de Desenvolvimento para a Coordenação Econômico-Financeira – cuja missão era estabelecer princípios orientadores e ações voltadas para o planejamento – junto com a criação do BNDE, em 1952, constituem desdobramentos dos estudos e recomendações elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. De seus trabalhos e estudos resultou o Plano de Metas, apresentado a seguir.

Período Desenvolvimentista

2.3. O Plano de Metas (1956-1961)

2.3.1. Contextualização

O Plano de Metas foi elaborado por meio de trabalho conjunto do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento para a Coordenação Econômico-Financeira, criado no dia seguinte à posse do Presidente Juscelino Kubitschek. Ao Conselho caberia o estudo e a formulação de projetos relativos ao Plano de Metas. O BNDE atuou em estreita colaboração com o novo órgão, cedendo seus técnicos aos grupos de trabalho criados pelo Conselho para a formulação de programas específicos dentro do plano. Surgiriam então, os chamados grupos executivos, que foram fundamentais para a realização dos programas, especialmente aqueles baseados no setor privado.

O Plano dedicou-se a identificar os setores carentes de investimentos – pelo Estado, pela iniciativa privada ou pelo capital estrangeiro – e, dentro de cada setor, estabelecimento de metas, tendo um objetivo para cada meta. O Plano compreendia um conjunto de 30 metas organizadas nos setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. O Plano incluiu mais uma meta, a 31^a, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a conseqüente transferência da capital federal.

Os *slogans* do Governo Kubitschek “Cinquenta anos em cinco” e “Energia e transporte” revelam a importância atribuída à ampliação da capacidade de investimento, ao fator tempo acelerado e às metas físicas de produção (BECKER; EGLER, 1994).

O Plano de Metas correspondeu a uma seleção de projetos prioritários, mas com visão mais ampla e objetivos mais audaciosos que os do Plano Salte, sinalizando, pela primeira vez, uma cooperação entre os setores público e privado. A participação desses dois setores era especificada no programa, o setor privado, mobilizado por meio de grupos executivos – e o setor público – organizado em torno do BNDE (MATOS, 2002; ALMEIDA, 2004).

As transformações desse período decorreram de vários fatores como ampliação da participação política da sociedade, mudanças na distribuição ocupacional, intensificação do processo de urbanização e populismo. O nacionalismo assume uma nova expressão,

o desenvolvimentismo, período que se inicia no país baseado nas idéias *cepalistas*⁵ e mantém sua influência por quase 30 anos, até 1985.

2.3.2. Planejamento e políticas territoriais

As preocupações centrais da política econômica do Governo Kubitschek – que tiveram conseqüências no ordenamento territorial do país – foram a industrialização, a expansão das oportunidades de emprego no setor urbano e a transferência do exterior para o país das bases do desenvolvimento autônomo (MATOS, 2002).

O Plano baseou-se no trabalho da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e utilizou-se dois conceitos básicos: “pontos de estrangulamento” e “pontos de germinação”.

Os “pontos de estrangulamento”, setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia, correspondiam a cinco setores assim distribuídos: energia (43,4% do investimento total), transporte (29,6% dos recursos previstos), alimentação (3,2% dos investimentos previstos), indústrias de base (20,4% dos investimentos previstos) e educação (3,4 % dos recursos).

Entre os setores industriais, o automobilístico foi o que mais recebeu incentivos, com facilidades para a entrada de equipamentos importados sem cobertura cambial. De acordo com Dias (1996, apud CIDADE et al, 2006), alguns setores se destacaram no aumento de produção como as indústrias automobilística, siderúrgica, de cimento, construção naval e de papel e celulose.

Outros resultados do Plano de Metas referem-se ao setor de energia com o aumento da potência elétrica instalada, a produção de petróleo e a construção de rodovias. O sistema de rodovias federal, estadual e municipal foi articulado, segundo Becker e Egler, principalmente no Centro-Sul do país, enquanto rodovias de penetração articularam o Norte e o Sul à área *core* (BECKER; EGLER, 1994).

⁵ A Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, organismo vinculado às Nações Unidas, desenvolveu a partir dos anos de 1950 o modelo econômico de substituição de importações, que, sob a ótica desenvolvimentista, era apontado como um caminho para a superação do atraso econômico dos países subdesenvolvidos (CIDADE et al, 2006).

A política desenvolvimentista adotada nos anos 1950, e que iria até os anos 1970, fomentou o processo industrial e a migração da população rural para a zona urbana. Segundo Jatobá (2006 apud CIDADE et al, 2006) a migração para as áreas urbanas, gerou uma urbanização acelerada e o surgimento de uma classe média urbana, consumidora dos produtos manufaturados produzidos pela indústria emergente. A população brasileira, a partir dos 20 anos anteriores ao término do Plano de Metas, era de 41 milhões de habitantes. No período de 1940 a 1960 passou para 70 milhões, com a taxa de urbanização aumentando de 31% para 45%, o que gerou uma demanda por moradia nos centros urbanos. Osório [2003] explica que “a este incremento populacional correspondeu um aumento do número de assentamentos irregulares nas cidades e uma extensão irracional da malha urbana que consolidou as periferias como locais de moradia da população de menor renda” (OSÓRIO, [2003]).

Podemos inferir que, a partir dos dados já demonstrados, se por um lado, da Era Vargas ao governo JK, houve um período de grande investimento em capital físico – instalações, máquinas, equipamentos – por outro lado, não houve o mesmo esforço na formação de capital humano – educação, planejamento demográfico, saúde pública – repercutindo na qualidade de vida das cidades e do meio rural.

2.3.3. Políticas Públicas Regionais

A construção de Brasília, ao contrário do que se poderia pensar, não fazia parte da concepção original do Plano de Metas. Dele constava a expansão da malha rodoviária para a interiorização do processo de desenvolvimento que, junto com os projetos de infra-estrutura em apoio à industrialização pesada, marcou o início de uma fase de maior integração regional (ALMEIDA, 2004; CIDADE et al, 2006). A posição central, estratégica, da nova capital, entre o litoral e o sertão e entre as áreas dinâmicas, estagnadas e despovoadas, tornou-se um ponto de convergência das grandes rodovias de acesso ao sul, ao leste e ao nordeste, e de penetração para norte e o oeste. Para Becker e Egler (1994), neste processo, esfacelou-se gradativamente a estrutura espacial em “arquipélago”, substituída por uma de tipo centro – periferia, que pode ser comparado com as mesmas relações centro–periferia do Brasil com a economia–mundo, por reproduzir internamente os mesmos mecanismos que vigoravam em escala global (BECKER e EGLER, 1994).

Assim, a construção de Brasília e a expansão da malha rodoviária pelo interior do território nacional são alguns “pontos de germinação” do Plano de Metas, nos quais o investimento gerava demandas que acarretavam novos investimentos, sustentando a taxa de crescimento do país – um maior aquecimento da economia brasileira.

Na região amazônica, segundo Becker (2001), ações efetivas afetaram a região como a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre em 1958, “duas grandes pinças contornando a fímbria da floresta”. Para a autora, a partir desta nova configuração territorial, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de um para cinco milhões entre 1950-60, e de modo acelerado a partir de então (BECKER, 2001).

As políticas assistencialistas, as que objetivavam a correção do atraso nordestino, de um lado, e as que concentravam os investimentos federais nas indústrias de base que dariam sustentação ao desenvolvimento industrial no centro-sul do país, de outro lado, formavam um contraste de “dois brasis”. A maior parte dos investimentos governamentais – em indústria, transporte e energia – foi para o Sudeste devido aos compromissos assumidos com os interesses desses estados (BECKER; EGLER, 2004). Assim, a ausência de políticas voltadas para o problema regional condenava algumas regiões ao atraso estrutural, ao passo que a industrialização avançava concentrada na Região Centro-Sul. Nesse sentido, integrava-se um país marcado pela heterogeneidade tanto do ponto de vista das forças produtivas, quanto das condições de vida.

Em 1959 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que serviu de inspiração para uma política de planejamento regional nacional, favorecendo a articulação do espaço econômico nacional. O desenvolvimento regional passou a ser pensado como parte do projeto de desenvolvimento nacional, havendo uma descentralização da política regional, embora a União tenha mantido seu papel de coordenação.

Assim, estas políticas públicas visavam mais à ocupação territorial e ao desenvolvimento econômico, rompendo com a “economia de arquipélagos” e consolidando economicamente a unidade do país, e não refletiam melhoria na precária infra-estrutura do país. Houve uma baixa preocupação com o desenvolvimento social,

sendo que as políticas pela redução das desigualdades regionais não foram articuladas com a questão das desigualdades sociais.

2.4 A década de (19)60 – Plano Trienal e Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

2.4.1. Contextualização

Segundo Tavares (1972 apud MATOS, 2002), o Plano de Metas representou a primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional, embora em termos setoriais e com todos os defeitos inerentes à falta de uma visão global e integrada da economia. Assim, o grande crescimento econômico alcançado na época teve conseqüências negativas como o aumento da dependência do capital estrangeiro, a elevação da dívida externa, o aprofundamento dos desequilíbrios regionais e a elevação do custo de vida. O surto inflacionário decorrente de déficits fiscais, a concentração de renda e o crescente poder da burocracia são também algumas heranças menos desejadas do Plano de Metas.

De 1963 a 1965 foi elaborado o Plano Trienal, um plano de transição econômica com o objetivo de promover um desenvolvimento econômico rápido e a estabilização do nível de preços. Este Plano não teve condições políticas para ser executado, devido à crise que o país atravessava no início dos anos 1960 e que acabou culminando com o Golpe Militar de 1964. No contexto do novo regime militar instaurado no país, deu-se início a uma série de ambiciosos planos nacionais de desenvolvimento, quase uma década depois.

De 1964 a 1967 foi implantado o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, que atuou basicamente no nível da política econômica e seus instrumentos básicos, como a política monetária e também atacou as causas estruturais da inflação. Seus efeitos foram basicamente institucionais, consistindo numa ampla reorganização da ação do Estado e preparando-o para as próximas etapas de alto intervencionismo governamental na economia, com a institucionalização do planejamento governamental. A Constituição de 24/01/1967 estabeleceu a norma de que a ação do governo obedeceria a planos e programas nacionais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e coordenação geral do Presidente da República.

2.4.2. Planejamento e políticas territoriais

Na experiência do planejamento, foi criado, em 1964, o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, que se ocupou do sistema de acompanhamento das medidas propostas no plano do governo e logo depois se converteu no IPEA. A partir desse período e até o final do regime militar, assiste-se à consolidação de um modelo de gestão pública que passa a atribuir às instituições de planejamento uma grande parte de responsabilidade pela condução, de forma relativamente autônoma, das atividades econômicas, tendo sempre como objetivo o aprofundamento do processo de industrialização.

De acordo com Scardua e Bursztyrn (2003), no período de 1964 a 1985, caracterizado pela Ditadura Militar, houve o retorno da centralização do poder, sob o domínio dos militares, de técnicos burocratas e da burguesia industrial, sendo os governos locais meros gestores das políticas centrais.

A reforma administrativa e de modernização do Estado brasileiro promovida no contexto do Decreto-Lei nº 200, de 1967, efetuou uma reforma gerencial nos modos de gestão do setor público. Conforme Gartenkraut (2002), este Decreto alterou substancialmente as relações organizacionais e administrativas do setor público, transferindo uma série de atribuições operacionais à administração indireta e empresarial estatal, sob a supervisão dos respectivos Ministros de Estado das áreas afins. O novo arcabouço legal previa a organização das ações estratégicas do governo, em geral em período igual ao do mandato presidencial, em um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que se desdobraria em planos setoriais e regionais.

Uma das políticas territoriais lançada pelo governo em 1964 foi o Estatuto da Terra (Lei 4.504), que previa a desapropriação e o acesso à propriedade rural improdutiva, a colonização de terras livres e uma série de modalidades de assistência às atividades agrícolas, como a formação de cooperativas, a garantia de preços mínimos e a disseminação de novas técnicas de produção (ALMEIDA, 2004).

A criação do Banco Nacional de Habitação (Lei 4.595/64), integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (Lei 4.380/64), fez com que as cidades brasileiras, especialmente as grandes cidades, tivessem uma mudança no seu perfil, com a

verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos. Segundo Maricato (2000), com a drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista antes, por meio da implantação do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, o mercado de promoção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, consolida-se por meio de uma explosão imobiliária. A autora destaca que o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à terra por meio da função social da propriedade. A maior parte da população que buscava moradia nas cidades não foi beneficiada, havendo prioridade para as classes médias e altas (MARICATO, 2000). O SFH alimentou a extensão das obras de saneamento, particularmente do serviço de água tratada, ao mesmo tempo em que as obras viárias locais e regionais foram custeadas pelos orçamentos estaduais e municipais.

2.4.3. Políticas públicas regionais

Becker e Egler (1994) traçam um quadro da estrutura de desigualdades regionais no país, no início da década de (19)60 na qual o Brasil exibia uma estrutura articulada, porém desigual, com o Sudeste centralizando a maior parcela da renda nacional, devido a concentração da produção industrial. As outras regiões brasileiras se organizaram em uma vasta periferia em que cada parcela desempenhava funções peculiares na nova divisão territorial do trabalho resultante da industrialização do país.

Os Governos Militares reequacionaram a discussão territorial no país com a adoção de políticas de desenvolvimento regional que promoveram programas voltados para a difusão do desenvolvimento em torno dos centros dinâmicos do país e seus “pólos de desenvolvimento” (COSTA, 1988 apud DINIZ FILHO; BESSA, 1995).

As políticas de desenvolvimento deveriam orientar uma diferenciação hierarquizada do processo de integração nacional, não constando da agenda do Estado priorizar a superação das disparidades proporcionadas pelo desenvolvimento desigual, mas antes orientar o fortalecimento da articulação inter-regional do mercado interno. Sob essa ótica o processo de integração passa a ser equacionado através de projetos de ampliação das fronteiras econômicas internas — sobretudo em direção à Amazônia e, secundariamente, ao Centro-Oeste, tal como desenhado pelo Plano de Integração Nacional – PIN já em 1970 (DINIZ FILHO; BESSA, 1995).

No contexto do Governo Militar a Amazônia e o Centro Oeste eram pensados segundo os determinantes de um Projeto Nacional que se pautava pelo binômio “segurança e desenvolvimento”. A experiência de planejamento regional que vinha sendo posta em prática no Nordeste, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com os devidos acertos, poderia ser útil ao novo projeto de integração da Amazônia e do Centro-Oeste à economia nacional.

Inspiradas na SUDENE, no período de 1966 a 1969 foram criadas superintendências regionais que visavam neutralizar as oligarquias regionais através de novos pactos e organizar as bases para a modernização. Foram criadas a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL.

O Programa de Integração Nacional – PIN objetivava financiar obras de infra-estrutura no Nordeste e na Amazônia e promover a integração econômica e territorial dessas duas regiões. Na prática o PIN deu início à programação de obras que prosseguiu com o I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (CIDADE et al, 2006).

As décadas de (19)70 a (19)80 – Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985)

Nos anos (19)70, os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND I e II – constituíram marcos na evolução da prática de planejamento. Seus objetivos e metas de curto, médio e longo prazos permitiram estruturar as necessidades dos agentes econômicos e da população em inúmeros programas e projetos, com um enfoque abrangente, orientado por uma macroestratégia (BRASIL, 2006 b). O III PND, praticamente não foi posto em execução em função da crise da economia mundial, que abalou a economia brasileira.

2.5. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)

2.5.1.Contextualização

A elaboração do I PND pela Lei 5.727/1971 coincidiu com a expansão cíclica do período do “milagre econômico”, caracterizado pelas altas taxas de crescimento

econômico, pelo grande afluxo de capitais externos e pela continuação da política de substituição de importações. O “milagre”, ocorrido entre 1968 e 1972, foi um período de crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB e forte expansão das indústrias de bens duráveis, sustentado pelo desenvolvimento anterior da base produtiva industrial e por um alto custo social (BECKER; EGLER, 1994). O lado social ficou à margem do desenvolvimento, principalmente com um achatamento da renda, via uma rígida política de arrocho salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir. O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

O I PND teve como objetivo a execução de grandes obras de infra-estrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações, dando prosseguimento à expansão capitalista e a reestruturação territorial nacional iniciadas pelo Plano de Metas. Este objetivo estabelecia a inserção do país, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas.

2.5.2. Planejamento e políticas territoriais

Uma das características do I PND foi um plano de aceleração do crescimento, sustentando níveis elevados de investimentos e modelo econômico de mercado. A política territorial do regime autoritário tinha ênfase na necessidade de integração nacional⁶ e, neste contexto a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. Como salientam Becker e Egler, o programa para a modernização neste período baseou-se num projeto territorial fundado no ideário da integração nacional e do Brasil potência. Através do que os autores chamam de “malha programada” – um conjunto de programas e planos governamentais que criaram as condições necessárias para a instalação na Amazônia de grandes empresas nacionais e transnacionais – seus elementos foram mais visíveis nas políticas de urbanização, desenvolvimento regional, pólos de crescimento e ocupação da Amazônia (BECKER; EGLER, 1994).

⁶A integração tornou-se o princípio básico do Governo Militar na medida em que ela era considerada uma condição essencial para a segurança nacional, cristalizada e simbolizada no slogan “integrar para não entregar” (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

Serra e Fernandez descrevem o planejamento dos Planos na época dos governos militares como um completo controle sobre o Estado, que intensificava a participação do Estado na economia através da formulação e implementação de vários planos nacionais e tornava o processo de planejamento regional centralizado, consolidando-se em meados da década de (19)70 (SERRA;FERNANDEZ, 2004).

Almeida (2004) mostra que no âmbito do I PND foram elaborados os planos ou empreendidas as obras para grandes projetos na área de infra-estrutura, como a Ponte Rio - Niterói, a Rodovia Transamazônica, a Hidrelétrica de Três Marias e a Barragem de Itaipu, entre outras. O apoio financeiro viria não apenas das agências financeiras da União (BNDE, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) como também das instituições financeiras multilaterais e do mercado internacional de capitais.

Numa atitude que denota o reconhecimento oficial da dificuldade do SFH em atender à população de menor renda, é instituído o Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP, em 1973, destinado a eliminar em dez anos o déficit habitacional para as famílias com renda entre um e três salários mínimos, prevendo-se a construção do equivalente a dois milhões de moradias.

A década de (19)70, no Brasil, é caracterizada por forte concentração urbana, pois a migração campo-cidade se acentuou devido ao grande desenvolvimento industrial decorrente do período do “milagre econômico” brasileiro de 1967 a 1973. Nesse momento consolidam-se os processos de metropolização das cidades com a criação das primeiras Regiões Metropolitanas em 1973, nas principais capitais do país, cinco nas Regiões Sul e Sudeste e quatro nas Regiões Norte e Nordeste.

A migração rural-urbana se desencadeou em várias escalas urbanas, desde megalópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, até cidades médias e pequenos municípios. O crescimento das cidades, devido à rápida industrialização e à sua estrutura produtiva, interferiu no ambiente urbano, como por exemplo, a indústria automobilística, que, como produz bem de consumo para as massas, vai demandar espaço para a circulação na área urbana. Isso exige do poder público investimento em infra-estrutura e, geralmente, causa modificações no sistema ambiental.

As condições de vida nas cidades do país, na década de (19)70, com o crescimento das cidades sem um devido planejamento e ordenamento territorial – socialmente e ambientalmente justo –, revelaram o aumento de agravantes de vários fenômenos urbanos. Podemos citar, como exemplo, a degradação ambiental, a formação de bolsões de miséria, as ocupações desordenadas do solo, a inadequação e a insuficiência dos equipamentos coletivos, a produção de espaços ilegais, a favelização, a verticalização, os vazios urbanos etc.

2.5.3. Políticas públicas regionais

No I PND, e depois no II PND, consolidou-se o projeto de ordenar o território nacional segundo a lógica do projeto geopolítico. Conforme Becker e Egler (1994), as políticas para a integração do território consistiam em uma ação simultânea para completar a ocupação do território, incorporando o centro-oeste e a “ilha amazônica” e modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional, bem como estender o controle do Estado a todas as atividades e todos os lugares. Neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária para a construção do “Grande Brasil”, visando à remoção de obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna (BECKER e EGLER, 1994).

Assim, durante a implementação do I PND, consolidou-se o processo de desenvolvimento da Região Centro-Sul do Brasil, expandiu-se a fronteira econômica e ocorreram as primeiras tentativas de industrializar o Nordeste. Mas, a economia brasileira continuava concentrada no litoral, apesar de se expandir para o Centro-Oeste.

Os programas criados para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tiveram frustradas as expectativas de transformação dessas regiões, devido à descontinuidade dos programas, à falta de impulsos dinamizadores e à política vigente, que autoritária e centralizadora, contemplava o caráter geopolítico da mesma. Desta forma, o planejamento não permitia a participação da sociedade civil, nem mesmo a interação com os aspectos sociais, culturais, ambientais e históricos de cada região.

A partir da Crise do Petróleo de 1973, a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macrorregional – com a criação das superintendências regionais – e, sim, em escala sub-regional, através da implantação de

pólos de crescimento. De acordo com Becker e Egler (1994), a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias. A concepção desses pólos já estava projetada para o II PND com o desenvolvimento científico-tecnológico, dotando o Estado, através das empresas estatais e dos centros militares, de uma política de apropriação tecnológica e controle da estrutura de setores estratégicos.

2.6. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)

2.6.1. Contextualização

O II PND (Lei 6.151/1974), planejado logo após a Crise do Petróleo em 1973, em que pese a crise externa, deu continuidade ao crescimento acelerado e a desconcentração industrial através de investimentos governamentais na indústria de base nas regiões periféricas. Este plano visava o fortalecimento das empresas nacionais, uma crescente autonomia tecnológica e o incentivo à formação de conglomerados financeiros.

No II PND, a industrialização brasileira, até então centrada na indústria de bens de consumo duráveis, contemplava pesados investimentos nas áreas de insumos básicos, infra-estrutura e energia (ALMEIDA, 2004).

Como ponto frágil no momento da Crise do Petróleo, o Brasil importava mais de dois terços do combustível consumido, que correspondiam a 48% da energia utilizada (ALMEIDA, 2004). Assim, a preocupação com o problema energético era evidente, com estímulo à pesquisa de petróleo, ao programa nuclear, ao programa do álcool e à construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu.

Em 1979, o 2º Choque do Petróleo leva ao declínio do desempenho econômico. Tem início um período de inflação exarcebada. O planejamento governamental é profundamente esvaziado, tornando os planos seguintes – o III PND e o I PND-NR- Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – documentos meramente formais.

2.6.2. Planejamento e políticas territoriais

O planejamento do II PND traçava o perfil do Brasil segundo Almeida (2004), como uma grande potência emergente. As empresas estatais ocuparam o centro do palco desse espetáculo de industrialização substitutiva. Os gigantescos investimentos, a cargo de Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel e outras empresas públicas, eram o sustentáculo do programa (ALMEIDA, 2004).

Na área urbana, a Lei 6.766/1979 que estabelecia regras gerais para o parcelamento do solo urbano. O parcelamento poderia ser feito mediante loteamento ou desmembramento, definindo e regulamentando detalhadamente como devem ser realizados esses dois termos através de parâmetros urbanísticos mínimos, normas de proteção ambiental e instalação de infra-estrutura básica. Visava garantir a interação entre as atividades de parcelamento do solo urbano e o planejamento municipal referente à expansão da mancha urbana e ao provimento de serviços públicos.

2.6.3. Políticas públicas regionais

Prevista no II PND como uma das diretrizes da política industrial, a diretriz de desconcentração industrial encontrou forte oposição de empresários paulistas quando apresentada pelo governo através da Resolução nº 14 da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético. De acordo com a Resolução, em primeiro lugar, deveriam ser fortalecidos os pólos industriais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do sul do país. O Nordeste, por sua vez, receberia prioridade quanto aos complexos industriais instalados na região, devido à significação já assumida pela industrialização no desenvolvimento regional. E, às Regiões Norte e Centro-Oeste, reservava-se a implementação de complexos agroindustriais e mínero-industriais prioritários. Finalmente, para São Paulo, a Resolução destacava a “importância de atuar concretamente no sentido da melhoria da qualidade de vida urbana” na região metropolitana, “para onde só excepcionalmente deve[ria]m ser aprovados, pelos órgãos gestores de incentivos, novos projetos industriais”.

Em 1970, 44% da população brasileira moravam em cidades de 250 mil a dois milhões de habitantes. Pelo menos metade desse crescimento populacional urbano devia-se a migrações para regiões de concentração do desenvolvimento industrial.

Assim, o II PND instituiu uma política econômica explícita de desconcentração industrial no sentido São Paulo resto do país, enfatizando vantagens comparativas e especializações regionais. Como exemplos, foram realizados investimentos visando a expansão da exportação de matérias-primas industriais como celulose, ferro, aço e alumínio por meio de gigantescos investimentos na forma de *join ventures* entre o Estado, as corporações transnacionais e o capital privado nacional. Esta estratégia se aliava à de criação de pólos de desenvolvimento descentralizados com a implantação de *Grandes Projetos*, como: exploração de Minérios em Carajás (PA) e Trombetas (PA); siderúrgicas de Itaquí (MA), Tubarão (ES) e Açominas (MG); petroquímicas de Camaçari (BA) e Paulínia (SP), fábrica de automóveis Fiat em Betim (MG); incentivos a CSN e Vale do Rio Doce (RJ). De 1970 a 1976 o número de empresas estatais federais dobrou e no final dos anos 1970 o setor público era responsável por 40% da formação do capital bruto do país (BECKER ; EGLER, 1994).

Conforme Jatobá (apud CIDADE et al, 2006), os pólos de desenvolvimento não tiveram o poder irradiador que potencializavam ter, pois seus objetivos principais estavam centrados para fora do país: aumentar as exportações transferindo para os países do centro as matérias primas minerais beneficiadas para o seu parque fabril sem o ônus dos impactos ambientais e sociais que ficavam na periferia. Os pólos de desenvolvimento se tornaram enclaves, ilhas de modernidade em um vasto território de pobreza e atraso que não recebeu os benefícios prometidos pela propaganda ideológica do progresso (JATOBÁ, 2006 apud CIDADE et al, 2006).

Alguns programas especiais de desenvolvimento regional foram implementados no II PND com destaque para: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia–POLAMAZÔNIA, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB⁷.

⁷ O programa POLOCENTRO, concebido para estimular o crescimento da empresa agrícola tecnificada, incorporando o cerrado à agropecuária, e o PERGEB, criado com o objetivo de integrar a região do entorno de Brasília ao processo de desenvolvimento regional, serão estudados no capítulo 3 desta dissertação.

2.7. O III Plano Nacional de Desenvolvimento e a década de (19)80

2.7.1 Contextualização

A partir de fim da década de (19)70, o país passa a enfrentar sérias dificuldades de financiamento, que comprometem a sua capacidade de colocar em prática os programas de desenvolvimento econômicos seguintes como, por exemplo, o III PND, o I PND-NR (Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República) e o PAG (Plano de Ação Governamental), anteriores ao mandato constitucional de 1988. Para Accarini, estes não foram planos de desenvolvimento, mas um conjunto de ações de curto prazo voltadas principalmente para o combate ao processo inflacionário crônico que se instalou no Brasil (ACCARINI, 2003).

Ao longo das décadas de (19)80 e (19)90 o Estado brasileiro vai perdendo a capacidade de planejamento e investimento, resultando no desmonte do seu aparato planejador. A economia brasileira passa por um longo estágio de estagnação, com inflação alta durante a fase final do Regime Militar e durante o processo de redemocratização: a renda *per capita* encontrava-se, em 1994, no mesmo patamar conhecido em 1980. Nesse ínterim, o Brasil conheceu seis planos de estabilização, com uma duração média de 18 meses cada um e uma nítida aceleração inflacionária após cada um deles (ALMEIDA, 2004).

A década de (19)80 é considerada como a “década perdida” em grande parte da América Latina e nos países subdesenvolvidos em geral, tanto em virtude do baixo desempenho econômico, da aceleração inflacionária, da moratória da dívida externa, da redução da renda *per capita* e do conseqüente aumento da pobreza, quanto devido às crises políticas. Esses anos expressam a crise do padrão desenvolvimentista posto em xeque pelas drásticas mudanças na economia internacional como a elevação da taxa de juros americana para um patamar de dois dígitos e a quintuplicação dos preços do petróleo. Essas mudanças causaram o crescente endividamento externo que teve como conseqüências a crise das finanças públicas e a hiperinflação. Segundo Cano (2002) este endividamento externo debilitou fortemente o Estado nacional, em termos fiscais e financeiros, reduzindo o gasto e o investimento públicos e o de suas empresas estatais.

A partir de 1985 inicia-se um novo processo de reformatização do Estado, saindo-se do modelo centralizador desenvolvimentista-nacionalista para as teorias de Estado mínimo e neoliberal que se consolidam uma década depois.

2.7.2. Planejamento e políticas territoriais

O III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1986) aprovado em 1979 pretendia ser uma continuidade do II PND, mas as dificuldades impostas pela crise econômica o transformaram em um documento mais retórico do que efetivo, sendo interrompido no segundo semestre de 1980. Segundo Lopes, o período que se iniciava a partir do III PND indicava a falência do planejamento no Brasil, como processo efetivo e um descrédito quanto ao seu potencial, tanto como um instrumento de ação governamental quanto como indutor da ação privada. Devido ao sucesso dos planos instaurados no Brasil desde o Plano de Metas até o II PND, o planejamento foi visto como algo infalível, que poderia e deveria solucionar todos os problemas de cada país. Lopes afirma ainda que essa concepção e excesso de otimismo prejudicaram a avaliação de resultados do planejamento no Brasil. A deterioração da economia juntou-se à perda, como um todo, do processo de planejamento (LOPES apud MATTOS, 2002).

No campo produtivo, a indústria se debilitou, as crises econômica e fiscal impõem o fim dos subsídios governamentais e o investimento em infra-estrutura desaparece quase que completamente. Entretanto, cresceram os segmentos minerais e agroindustriais exportadores ou de energia, como o álcool de cana-de-açúcar (CIDADE et al, 2006).

A indústria teve papel central no crescimento das metrópoles e das aglomerações urbanas abaixo desse nível. O Brasil se transformou em um país urbano em poucas décadas. Entre 1950 e 1980 dobrou o número total de cidades, mas o crescimento mais significativo ocorreu nas cidades médias e grandes. As cidades de mais de 100.000 habitantes passaram de 11 para 95, representando em 1980, 48,7% da população urbana do país. De acordo com Becker e Egler, a polaridade riqueza/pobreza entre o Nordeste e o Sudeste persiste no nível regional. (BECKER; EGLER, 1994). As periferias das metrópoles cresceram mais que os seus núcleos centrais e, neste novo cenário os setores populares, em busca de lotes mais baratos, ocuparam conseqüentemente áreas com infra-estrutura precária nas periferias, o que implicou um aumento relativo de regiões pobres nestas áreas metropolitanas.

Assim, a concentração da pobreza no Brasil a partir da década de (19)80 é urbana. De acordo com Maricato, o Brasil, pela primeira vez em sua história “tem multidões concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea”. A autora enfatiza que o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passaram a ganhar nova dimensão e teve início o problema da habitação. A “tragédia urbana brasileira” – na expressão da autora – ganha dimensões maiores com enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, retorno de epidemias e violência (MARICATO, 2000).

A recessão que se seguiu nos anos 1980 e 1990, o arrocho salarial e a queda do poder aquisitivo tiveram como consequência a inadimplência que atingiu o SFH e culminou com a extinção do BNH. A questão habitacional, após a extinção do BNH, em 1986, passou a ser tratada de forma dispersa por diversos órgãos da estrutura governamental federal. A política habitacional passou a ser redirecionada para programas de aquisição de lotes urbanizados e/ou a construção de casas em parceria com Prefeituras ou em mutirão dos próprios moradores. Para Scardua e Bursztyn (2003), o setor de habitação, centralizado até a extinção do BNH, passa a ser uma iniciativa dos governos estaduais e municipais, sofre de descontinuidade e assume diversas formas no território nacional.

Quanto à questão da reforma agrária, conforme foi visto anteriormente, uma das metas do PIN – Plano de Integração Nacional de 1970, contemplava a distribuição de 70 mil títulos para proprietários e agricultores rurais sem terra, mas alcançou menos de 25% da meta em quatro anos. Já em 1985, o governo do Presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, com metas extremamente ambiciosas: assentamento de um milhão e 400 mil famílias, ao longo de cinco anos. No final de cinco anos, porém, estavam assentadas cerca de 90.000 apenas. A defesa da reforma agrária contou com uma significativa ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais encarregados de tratar dos assuntos fundiários.

2.7.3. Políticas públicas regionais

Durante a década de (19)80 o objetivo geopolítico do Estado continuou com uma política regional concentrada em novos programas e projetos de desenvolvimento na

Amazônia principalmente. Serra e Fernandez (2004) afirmam que as políticas públicas projetadas para a região amazônica neste período de grandes projetos, em relação à esfera econômica, não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e bem organizada. Ainda segundo os autores, ao mesmo tempo em que substanciais investimentos em infra-estrutura contribuíram para a redução do isolamento entre as distantes regiões do Brasil e para o surgimento de novas alternativas de investimentos e ganhos financeiros, eles também aceleraram o processo de ocupação espacial, resultando numa exploração predatória dos recursos naturais e no agravamento das disparidades sociais (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

Para Jatobá, os benefícios econômicos gerados pelo período desenvolvimentista não conseguiram reduzir efetivamente as desigualdades regionais e locais. Segundo o autor, no final do período os investimentos produtivos com apoio do Estado começam a ser desencorajados pelas tendências econômicas, sendo privilegiada em seu lugar a especulação financeira que imperou nos anos seguintes. Fechava-se definitivamente o ciclo de prosperidade econômica do país e abria-se uma nova etapa na economia e na história brasileira (JATOBÁ, 2006 apud CIDADE et al, 2006).

A década de (19)90

2.8. Os Planos Plurianuais

2.8.1 Contextualização

Vimos que o Estado brasileiro na sua fase autoritária depois do golpe de 1964, enfrenta na década de (19)80, o esvaziamento de suas propostas com a crise do Estado Desenvolvimentista. Este modelo desenvolvimentista foi abandonado na década de 1990 – após a "década perdida" dos anos 1980 –, marcada por transformações profundas quando o Brasil aderiu ao modelo neoliberal.

Assim, o Primeiro Plano Plurianual teve a influência do modelo neoliberal que surgia com a idéia do poder do mercado, minimizadora da relevância do Estado, na qual o planejamento consistia em um instrumento ultrapassado e a política econômica respondia pelo que de mais relevante poderia fazer o governo. Este PPA, elaborado para o período de 1991 a 1995, cumpriu apenas as exigências constitucionais, por ter sido apresentado e aprovado no Congresso Nacional sem discussão e novas propostas

(MATOS, 2002). Mesmo com o cumprimento da obrigação formal do Plano, suas propostas não chegaram a ser totalmente implementadas devido à recessão, gerada pelo Plano Collor de estabilização e a posterior crise política do governo, que culminou com o processo de *impeachment* e o afastamento do Presidente Collor.

No que se refere à política industrial durante o Governo Collor, foi adotar uma política de liberalização comercial e abertura externa como forma de aumentar o grau de competitividade da indústria nacional. A mudança de enfoque trouxe como resultado o abandono das estratégias desenvolvimentistas do passado e sua substituição por políticas monetaristas de teor ortodoxo, na busca do equilíbrio macroeconômico. As metas sociais, tão enfatizadas pelos líderes do processo de transição democrática, foram progressivamente deslocadas da agenda. Esta se tornou cada vez mais restritiva, vindo a adquirir crescente rigidez em torno das metas de estabilização e ajuste fiscal (DINIZ, 2003). Neste momento de transformação, na década de (19)90, o planejamento industrial e regional assume a feição "estratégica" com fortes conotações empresariais no gerenciamento de grandes projetos.

2.8.2. Planejamento e políticas territoriais

O Plano Plurianual de 1996 a 1999 foi o segundo aprovado desde que o plano plurianual passou a ser exigido pela Constituição de 1988. Instituído pela Lei 9.276/1996, proposto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha por objetivo remover os principais obstáculos à consolidação do Real, à retomada do crescimento proporcionado pelo Plano Real e ao progresso econômico e social da população.

Na verdade a implementação do Plano Real trouxe, finalmente, uma estabilidade econômica e condições para a retomada do planejamento governamental, após mais de uma década de inexistência de ações de desenvolvimento estruturalmente planejadas pelo Estado brasileiro (ALMEIDA, 2004; GALVÃO; BRANDÃO, 2003, apud CIDADE et al, 2006).

A concepção deste PPA, chamado "Programa Brasil em Ação", pressupunha a formação de parcerias entre o governo federal, estados e municípios por um lado e, por outro lado entre o setor público e o setor privado. Um sistema de gerenciamento foi desenvolvido exclusivamente para o "Brasil em Ação", junto a um sistema de informações gerenciais.

Para o período, foram definidas três estratégias gerais que deveriam nortear a atuação do governo: construção de um Estado moderno e eficiente, inserção competitiva e modernização produtiva.

O PPA 1996/1999 introduziu novos conceitos no planejamento tais como a incorporação, em sua metodologia, de prioridades definidas a partir de uma visão intersetorial do país e os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referência espacial e geográfica do desenvolvimento (ACCARINI, 2003). Esta nova prática de retomar a visão regional, introduzindo o corte espacial a partir de um eixo de desenvolvimento, inicialmente foi delimitada pela área de influência de uma via de transporte de alta capacidade, com saída para o mar e estruturadora de uma determinada porção do território nacional. A definição dos projetos estruturantes, voltados para a promoção de transformações no ambiente econômico e social e a agregação ao Plano do gerenciamento de empreendimentos estratégicos integraram o elenco de inovações no planejamento federal.

Com base nessas estratégias de atuação, dos 42 empreendimentos previstos inicialmente no programa “Brasil em Ação”⁸, que em 1999 foram ampliados para 58, apenas 25 foram concluídos. Isto se explica pela redução da capacidade de investimento do Estado e a conseqüente dependência dos investimentos privados para cumprir as metas estabelecidas no programa, limitando assim o seu cumprimento. Do total investido no programa Brasil em Ação, 31,53% se destinou a infra-estrutura e 62,20% à área social.

Portanto, os principais investimentos adotados pelo governo no período, por meio de projetos e ações implementados, referem-se ao aumento de competitividade da economia e à redução de desigualdades sociais e espaciais. De acordo com Accarini (2003) os empreendimentos selecionados pelo “Brasil em Ação” foram submetidos a um processo de gerenciamento intensivo com fixação de metas, indicação de gerentes responsáveis pelos mesmos, alocação prioritária de recursos orçamentários e liberação de recursos financeiros com a execução das metas.

⁸ O Programa Brasil em Ação concedeu prioridade a 42 empreendimentos estrategicamente escolhidos; 24 deles de infra-estrutura econômica – transporte, energia, telecomunicações e turismo e 18 no campo do desenvolvimento social – acesso à água tratada, agricultura, educação, emprego, habitação, saneamento e saúde.

Para Gartenkraut (2002), o Programa Brasil em Ação constituiu em um experimento de laboratório, pois a execução deste programa permitiu conformar, testar e aperfeiçoar em escala reduzida, um novo modelo de gestão pública. Muitas mudanças propostas pelo “Brasil em Ação” acabaram sendo incorporadas no PPA seguinte.

Melo (2002) assinala que as políticas públicas urbanas da década de (19)90 tiveram uma paralisia decisória e inércia. Uma das características da gestão urbana desta década é “o desempenho institucional de marcada disparidade entre programas caracteristicamente urbanos e não-urbanos”. Os programas urbanos, segundo o autor, são os tipicamente classificados como habitação, transportes e saneamento urbano. Quanto aos programas não-urbanos o autor exemplifica as políticas na área de saúde. Na questão habitacional, em 1996, após a crise do sistema financeiro de habitação, entre 1983 e 1985, o Banco Nacional da Habitação foi extinto⁹ e, portanto não sendo objeto de reestruturação permaneceu fragmentado e inoperante. Este enfraquecimento e inércia institucional nessa área, na perspectiva de Melo (2002), ocorreu no nível da política de oferta de financiamentos para os setores de renda média e baixa e no nível da provisão de habitação para os setores de baixíssima renda, ou ações de melhoria da moradia em assentamentos de baixa renda.

A ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano teve seus reflexos de paralisia não só na área de habitação, mas também nos de saneamento e transportes. A ação de uma política nacional na área de saneamento consiste, nesta década, de uma miríade de ações isoladas e sem integração, dispersas entre órgãos e instituições distintas.

Na política energética, quanto ao setor elétrico, o governo propunha a mudança de um modelo centralizado e com forte presença de empresas estatais para formas mais descentralizadas e abertas à participação da iniciativa privada¹⁰. No setor petrolífero o

⁹ O SFH construiu entre 1964 e 1986, 2,4 milhões de unidades/moradias, mas para Maricato (2000) o rumo poderia ter sido bem diferente: menos desperdício, impulsionando a cadeia produtiva para tecnologias mais adequadas, com políticas urbanas mais racionais, privilegiando a maioria da população (MARICATO, 2000).

¹⁰ Cardozo (2004) assinala que o processo de privatização das empresas públicas brasileiras, ao garantir a compra das estatais por grupos estrangeiros, foi mais um fator que contribuiu para o enfraquecimento dos centros internos de decisão, deixando o país vulnerável às decisões de grandes grupos empresariais. Assim os centros internos de decisão se enfraquecem, entre eles o Estado nacional. A União consiste na esfera de governo responsável por difundir às demais esferas de governo as mudanças decorrentes do enfraquecimento do Estado nacional. Nesse sentido, estados e municípios passam a seguir as diretrizes

papel da Petrobrás seria redefinido em um ambiente mais competitivo viabilizando a ampliação da oferta de petróleo e gás natural.

Quanto à política industrial, após quase uma década de ausência desta política, houve uma retomada a partir de 1993, com o desenvolvimento de uma nova política industrial que enfatizava o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas por meio da abertura comercial. Resultou em ganhos de produtividade na indústria, mas com reduzido crescimento de PIB industrial (MATOS, 2002). Esta década caracteriza-se pelo fim dos grandes projetos desenvolvimentistas e interrompe-se o processo de desconcentração industrial.

Já no setor agrícola, a década de (19)80 teve um desempenho considerado satisfatório diante da retração da indústria. O processo de modernização agrícola e desenvolvimento da agroindústria iniciado na década de (19)70 teve sua ascensão na década de (19)90. Segundo Cidade et al (2006), a ascensão da agroindústria intensificou a urbanização nas áreas de modernização agrícola associada a complexos agroindustriais. Por um lado, as desigualdades intra e inter urbanas se aguçaram e a relação urbano–rural se modificou. Por outro, pequenos centros urbanos e mesmo áreas rurais ligados à produção agroindustrial adquiriram padrão elevado de desenvolvimento e integração às redes de produção, comunicação e transportes (CIDADE et al, 2006).

2.8.3. Políticas públicas regionais

A guerra fiscal ou *guerra dos lugares*

ditadas pela União e, conseqüentemente, ficam também reféns de grandes grupos empresariais estrangeiros e da riqueza financeira (CARDOZO, 2004).

As políticas públicas de desenvolvimento regional, na década de (19)90, como então praticadas, a exemplo de órgãos de planejamento regional, perdem importância, culminando na extinção da SUDENE e da SUDAM, em 2000, em virtude de denúncias de corrupção. Para Cardozo (2004), não houve nenhum esforço do governo federal no sentido de reformular os órgãos e dar andamento aos estudos e projetos de desenvolvimento regional. As políticas públicas de desenvolvimento regional desaparecem definitivamente, visto que as reformas políticas no Brasil se direcionam para a diminuição da intervenção do governo federal nas políticas públicas e ocorre o conseqüente abandono de instrumentos de coordenação interregional.

Cabe ressaltar que este processo vem acompanhado de uma descentralização tributária e os estados passam a praticar a guerra fiscal como política de desenvolvimento regional. Este processo teve início com a formulação da Constituição de 1988, aliada a uma visão neoliberal do governo federal de redução da atividade interventora, entre outros fatores – como o fim da política de desenvolvimento regional do Governo Militar – e contribuiu para o surgimento de decisões mais individualizadas com maior autonomia decisória aos governos estaduais e municipais. Isto favoreceu a elaboração de políticas estaduais de desenvolvimento agressivas e competitivas para atrair investimentos e conseqüentemente o que se chamou de guerra fiscal.

No plano estadual, contudo, não há planejamento, mas sim manipulação dos incentivos fiscais para atração de empresas que terão direito de atuar naquela localidade com isenção de impostos por muitos anos. Assim, quando acabarem os incentivos, haverá o risco de reversão deste investimento para outra localidade que oferecer incentivos melhores por mais alguns anos, a exemplo da Ford que saiu do Rio Grande do Sul e foi para Bahia em 2000. A intensificação do uso deste mecanismo estratégico, presente nos programas de desenvolvimento dos estados, nos quais a manipulação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS reduziu-o muito ou mesmo eliminou as alíquotas, pode ser considerada uma resposta à insuficiência de programas de âmbito nacional (CARDOZO, 2004).

Na opinião de Mercadante (2001), o governo durante a década de (19)90, atuou de forma passiva quanto à generalização da guerra fiscal, que ele considera de cunho predatório, entre estados e municípios. A guerra fiscal, de caráter individualista, nega a cidadania e a cooperação federativa, induzindo ao aprofundamento das disparidades

regionais e dos problemas urbanos. O autor sugere que, é preciso em substituição à guerra fiscal, adotar políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e local, voltadas a combater as disparidades territoriais, a serem sustentadas financeiramente pela reorientação do uso de fundos públicos existentes, inclusive com relação a subsídios (MERCADANTE, 2001).

Vale dizer que esta disputa fiscal, conhecida também como *guerra dos lugares*, como intitulou Milton Santos, teve implicações na configuração territorial de várias regiões, ocasionando transformações espaciais nos municípios em que as indústrias foram implantadas, bem como em localidades onde indústrias estavam instaladas e saíram em troca de benefícios fiscais oferecidos por outras localidades.

Os Eixos de Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento, do Programa Brasil em Ação está baseada na criação de “Eixos de Desenvolvimento”. Denominados no PPA 2000/2003 de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENIDS¹¹, tinham como objetivo minimizar os custos de transporte, de modo a reduzir a distância econômica, mais importante que as distâncias físicas no mundo globalizado (JATOBÁ apud CIDADE et al, 2006). Estes Eixos de Desenvolvimento, também conhecidos como corredores de integração, visavam não só a integração das diferentes economias regionais, como também a sua melhor articulação com o mercado internacional. Concebidos em torno de grandes vias de penetração já existentes ou potenciais, visavam explorar as potencialidades das áreas situadas ao longo das mesmas, por meio de projetos de infra-estrutura econômica nas áreas de transporte, energia e telecomunicações. A infra-estrutura de transporte é o elemento definidor importante do eixo, sendo que no PPA 2000/2003, a base não é somente a via de penetração, mas uma região de planejamento.¹²

¹¹ O PPA 2000/2003 deu continuidade as propostas dos eixos de desenvolvimento do PPA anterior 1996-1999. O estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foi elaborado por um consórcio privado, sob contrato e supervisão do governo federal. Este estudo foi executado pelo Consórcio Brasileira em 1998/1999 e trabalhou com um horizonte de dez anos, tendo como ano base 1997.

¹² Para Moraes, Os Eixos de Desenvolvimento acabaram por adotar uma visão excessivamente circulacionista do território, dando enorme ênfase ao setor de transportes em detrimento de uma abordagem mais transetorial. No entanto, o autor assinala que recuperou-se uma concepção mais integrada no planejamento da União, mesmo que o êxito do empreendimento não tenha sido o ambicionado (MORAES, 2005).

No PPA 1996/1999 foram definidos cinco eixos de integração nacional e dois de integração continental, como mostra a figura. 2.1.

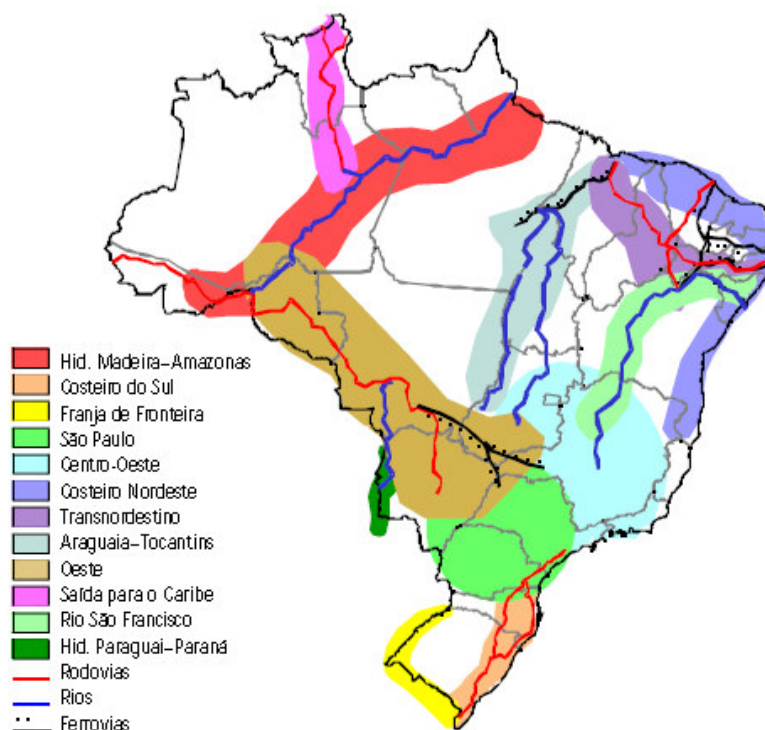


Figura 2.1 – Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: os 7 eixos de desenvolvimento no PPA 1996/1999- articulação com o mercado internacional
Fonte. GARTENKRAUT, 2002

Para Ramalho e Bara Neto (2001, apud SERRA e FERNANDEZ, 2004) os Eixos apresentam algumas vantagens, tais como: a ênfase tanto na análise dos fluxos reais de bens e serviços como na identificação das demandas do cidadão brasileiro no seu ambiente; a introdução no planejamento de um conceito mais amplo de sustentabilidade, que leva em consideração, dentro da realidade de cada espaço do território, soluções integradas para as questões sociais, econômicas, ambientais e de informação e conhecimento.

Há também muitas críticas feitas à estratégia adotada pelos Eixos. Foi dada uma grande prioridade ao viés exportador na construção dos Eixos. De um lado se reconhece o papel decisivo do estímulo e aumento das exportações na obtenção de recursos necessários ao financiamento do elevado déficit de conta corrente no Brasil, mas por outro, a

prioridade dos eixos deveria estar centrada na integração nacional, de modo a aproveitar totalmente as dimensões geográfica, econômica e populacional do país. Nesta perspectiva, para Cano (2002), este viés exportador dos eixos está voltado para o Atlântico, de costas para a América Latina. A maioria dos nove Eixos estabelecidos no PPA 2000/2003 não apresenta integração e estão voltados para a ligação das regiões produtoras com os portos, viabilizando de forma mais eficiente os corredores de exportação, conectando entre si as áreas já economicamente dinâmicas no território nacional, como podemos observar, mais adiante, na figura 2.2.

Para Galvão e Brandão (2003 apud CIDADE et al, 2006) apesar do mérito de recolocar o debate sobre a espacialidade do desenvolvimento brasileiro, a proposta dos Eixos, embora conceitualmente baseada no modelo desenvolvimentista do passado¹³, introduziu, de fato, uma visão gerencial estratégica, típica da iniciativa privada no planejamento estatal e coerente com a política econômica neoliberal. Neste sentido, há uma tendência ao agravamento da concentração de renda no país, que historicamente apresenta sérios problemas de disparidade regional. Os eixos, antes de serem indutores da dinamização de áreas deprimidas economicamente, reforçam as heterogeneidades estruturais dentro e entre as regiões brasileiras (GALVÃO; BRANDÃO, 2003 apud CIDADE et al, 2006).

Matos considera que a criação do “Brasil em Ação” foi um passo importante para a redução do caráter formal, normativo e pouco dinâmico do planejamento público no país, pois incorporou elementos para a gestão cotidiana do Plano (criação da figura de gerente de projeto e a implantação do Sistema de Informações Gerenciais), com a introdução de instrumentos de planejamento estratégico e uma visão situacional-territorial (MATOS, 2002). A metodologia e a experiência do “Brasil em Ação” constituíram a base da nova estrutura do Plano Plurianual 2000/2003. Grande parte dos projetos do “Brasil em Ação” foi incorporada pelo PPA 2000/2003 – “Programa Avança Brasil”, por não ter sido concluída ou iniciada.

¹³ Cardozo argumenta que com a implementação do Programa dos Eixos, temos possibilidades de voltar a ter uma economia semelhante à observada no período pré 1930, em que a articulação econômica nacional era fraca, visto que cada região integrava-se diretamente com o exterior através da exportação de bens primários. Trata-se, portanto, de mais uma face da reversão neocolonial em curso (CARDOZO, 2004).

2.9. PPA 2000/2003 – Programa Avança Brasil

2.9.1. Contextualização

O Programa Brasil em Ação serviu como projeto-piloto para o Plano Plurianual 2000/2003, Programa Avança Brasil, instituído pela Lei 9.989/2.000 que estendeu a organização gerencial para todos os programas do governo federal. Na opinião de Cidade et al (2006), o Avança Brasil manteve a tendência dos planos de desenvolvimento anteriores e, assim, os investimentos privilegiaram as porções territoriais mais dinâmicas e melhor integradas ao mercado internacional em detrimento da marginalização de vastas áreas tidas como não competitivas, sob o aspecto econômico, o que fortaleceu a política de enclaves. Neste sentido, os Eixos de Desenvolvimento visaram favorecer a política exportadora em consonância com as metas de *superávits* fiscais perseguidas pela política econômica (CIDADE et al, 2006).

2.9.2. Planejamento e políticas territoriais

A concepção básica do PPA 2000/2003 apóia-se nos princípios do desenvolvimento sustentável, na busca do equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, requerendo assim a maior integração das diversas ações. O PPA 2000/2003 inovou metodologicamente ao: 1) usar como referência as Diretrizes Estratégicas da Presidência da República para a elaboração do Plano por parte dos Ministérios; (2) integrar o Plano com o Orçamento Geral da União, a vigorar no mesmo período; (3) organizar todas as ações governamentais em programas, que passaram a constituir as unidades básicas de estruturação da ação governamental; (4) estruturar os programas com definição clara dos objetivos, público-alvo, valores, prazos, metas físicas, indicadores definidos e fontes de financiamento com vistas ao acompanhamento e avaliação; (5) adotar um modelo de gerenciamento moderno, baseado nos princípios da Gestão Empreendedora, privilegiando a obtenção de resultados; (6) designar um gerente para cada programa; (7) propor a avaliação anual dos resultados alcançados por cada programa; (8) promoção da descentralização, integração com estados e municípios e formação de parcerias com o setor privado (CUNHA, 2006; GARTENKRAUT, 2002).

Assim, a orientação metodológica básica do PPA 2000/2003 é geoeconômica e visa a integração dos diversos espaços que compõem o território nacional e a redução das

disparidades regionais e sociais. Envolveu o atendimento de demandas da sociedade, decorrentes da dinâmica socioeconômica. A metodologia incorpora o novo conceito de Eixo, desenvolvido no contexto do Estudo dos Eixos (GARTENKRAUT, 2002).

O Programa Avança Brasil diferenciou-se pelo ambicioso aumento do número de projetos estratégicos, que passaram de 42 inicialmente previstos no Brasil em Ação, para 365 e depois ampliados para 374 programas. A ênfase dos investimentos ainda se concentrou na infra-estrutura econômica, com 61,4% dos recursos previstos, buscando-se a atração de capital privado, predominantemente internacional para a formação de parcerias (CIDADE et al, 2006).

2.9.3. Políticas públicas regionais

No PPA 2000/2003, a delimitação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, obedeceu a quatro critérios específicos: a malha de transporte existente; a hierarquia funcional das cidades; a identificação dos focos dinâmicos no país; e a caracterização dos ecossistemas nas diferentes regiões brasileiras. Em função destes critérios, o território nacional foi dividido em nove Eixos, como mostra a figura 1.2: Arco Norte; Madeira-Amazonas; Araguaia-Tocantins; Oeste; Sudoeste; Transnordestino; São Francisco; Rede Sudeste; e Sul.



Figura 2.2 – Os 9 Eixos de Desenvolvimento no PPA 2000/2003 – de costas para a América Latina.

Fonte: GARTENKRAUT, 2002.

Na verdade, de acordo com Cidade et al (2006) grande parte dos projetos mais importantes deste período está localizada na Amazônia visto que dos nove ENIDS propostos, quatro estão ou interferem diretamente no território amazônico. A Amazônia foi uma das regiões do país mais ameaçadas com grandes impactos com o Programa Avança Brasil (CIDADE et al, 2006).

2.10. PPA 2004/2007 – Programa Brasil, Um País de Todos.

2.10.1. Contextualização

O PPA 2004/2007 foi elaborado com base nos mesmos conceitos e fundamentos metodológicos do PPA predecessor, o Programa Avança Brasil. Foi mantido o modelo de gestão, a organização por programas e o sistema de informações já utilizados. Uma estratégia participativa na formulação do plano foi introduzida, com a incorporação de várias contribuições de organizações da sociedade civil. Também foram realizadas consultas públicas e validação dos 26 estados e do Distrito Federal. A fase de elaboração dos programas foi desdobrada em duas fases, uma para os aspectos

qualitativos, como definição de objetivo, público-alvo e indicadores dos programas, e outra para os aspectos quantitativos. As avaliações e recomendações dos gerentes sobre os programas anteriores serviram de subsídio à elaboração dos programas do PPA 2004/2007, denominado de “Brasil, um País de Todos”.

O Ministério do Planejamento afirma que “pela primeira vez na história do planejamento brasileiro, realizou-se discussão pública acerca do Plano, tendo sido realizados debates em todos os estados envolvendo representantes de 2.170 entidades”. Este PPA contemplou três megaobjetivos¹⁴ que foram desdobrados em 30 desafios e enfrentados por meio de 379 programas que abarcam cerca de 4.300 ações orçamentárias.

A avaliação dos programas quanto ao cumprimento das metas físicas mostra que houve uma melhoria nos resultados de 2005 em comparação com os de 2004. O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto em 47% e 52% dos programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Quanto aos resultados da avaliação de 2005 analisados por setor, constata-se que o percentual de programas com cumprimento de metas físicas acima do esperado foi maior nas áreas “Gestão do Estado” (30,4%) e “Social” (44,6%), enquanto que o percentual de programas com o cumprimento de metas físicas abaixo e muito abaixo do esperado foi maior no setor “Infra-estrutura” (35,2% e 56,3%, respectivamente).

2.10.2. Planejamento e políticas territoriais

Previamente à elaboração do PPA 2004/2007, houve um outro esforço de planejamento territorial, o Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento de 2.000/2.007 para 2.004/2.011, que buscou alterar o tratamento metodológico original do Estudo contemplado em 1999, visando mudanças no enfoque da análise e nos procedimentos utilizados. Também procurou rever a carteira de

¹⁴ Os três megaobjetivos estão assim organizados, megaobjetivo 1: inclusão social e redução das desigualdades sociais; megaobjetivo 2: crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; megaobjetivo 3: promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia

investimentos definida para o período 2000 a 2007 incorporando mudanças na visão estratégica do desenvolvimento do país.

Algumas políticas públicas de ordenamento do território neste período, como o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, de ordenamento ambiental, e a Reforma Agrária – de ordenamento fundiário, valem ser destacadas.

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, criado em 1990 pelo governo federal inicialmente compreendia apenas a Amazônia Legal. Em 1992, sua abrangência foi ampliada para todo o território nacional, com uma variada gama de projetos, realizados através de diversas modalidades e critérios sem uniformização. Grandes extensões foram zoneadas através da contratação de empresas de consultoria privada, mais ágeis no diagnóstico e menos nos prognósticos, com maiores dificuldades na consolidação e na implementação, ao passo que pequenas áreas, quase sempre dispersas, foram analisadas por organizações civis ou por equipes técnicas estaduais com poucos recursos técnicos e financeiros. Houve, também, experiências de mobilização de organismos públicos para execução de diagnósticos temáticos, porém com dificuldades de coordenação geral. Algumas experiências obtiveram resultados satisfatórios, com equipes capacitadas, coordenações técnicas e administrativas bem articuladas e com estratégias de execução baseadas em parcerias com órgãos de pesquisa, universidades e secretarias de estado, com reduzidos custos e menores dificuldades na implementação do ZEE (MMA, 2000). Os estudos foram realizados em épocas diferentes ao longo de 10 anos, não havendo possibilidade de compará-los. De 1992 a 2002 houve isolamento e setorização do ZEE, sem articulação com o sistema de planejamento, além da desarticulação entre os executores e fontes de financiamento.

Assim, após uma década de sua criação o ZEE foi incorporado ao PPA 2000/2003, passando a fazer parte da estratégia de planejamento territorial nacional, juntamente com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. O Decreto nº 4.297/02, em seu Artigo 2º, estabelece o Zoneamento Ecológico Econômico como:

O instrumento de organização territorial a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2002).

O ZEE consta do PPA 2004/2007, como um programa que visa promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o ordenamento territorial do país. Os projetos deste programa são executados pelos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e de Minas e Energia.

Algumas metas do PPA 2004/2007, dentro das políticas sociais de rebatimento territorial que favorecem o equilíbrio sócio-econômico das populações, com o estímulo à desconcentração da propriedade, são a reforma agrária, incluindo o fomento à agricultura familiar – retêm a mão-de-obra no campo e criam renda –, e o acesso dos mais pobres à moradia de qualidade.

2.10.3. Políticas públicas regionais

A redução das desigualdades regionais é o cerne das políticas de ordenamento territorial em todas as experiências passadas, brasileiras e estrangeiras: a redução das desigualdades regionais é um objetivo que nunca deixa de ser colocado nas primeiras linhas de ação.

Becker et al (2006) analisaram quatro empresas que atuam no Brasil para avaliarem o papel dos sistemas logísticos destas no ordenamento do território. As empresas são: a estatal Petrobrás, com atividades integradas no setor de energia do país, destacando a produção específica de petróleo, derivados e gás; a empresa privada Companhia Vale do Rio Doce–CVRD, cuja atividade principal é a mineração; a corporação privada internacional Bunge, maior empresa de agronegócios do país, com atividades na agroindústria, alimentos e fertilizantes, e a Cargill Brasil, corporação privada, voltada para a agroindústria, fertilizantes e alimentos.

Becker et al (2006) concluem nesta pesquisa que o processo de ordenamento territorial no país está sob forte influência da globalização e da competitividade por se dar

sob o comando de grandes corporações – sobretudo privadas – e de mudança da natureza do Estado que deixa de ser o principal ator no planejamento e na execução de políticas territoriais. Hoje, seu papel é regular as atividades e sua distribuição no território, visando compatibilizar o interesse geral com a competitividade, de modo a evitar a ampliação das desigualdades sociais e

regionais. No entanto continua a ser o principal financiador das iniciativas privadas (BECKER et al, 2006).

Quanto às políticas governamentais para a questão regional, um dos mega-objetivos do PPA 2004/2007 é a redução das desigualdades regionais. Foi nesse contexto que o Ministério da Integração Nacional elaborou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. Trata-se de uma política do governo federal, de desenvolvimento com viés territorial. Assim, com o PNDR temos um instrumento de planejamento do território que leva a agenda de prioridades do governo às práticas de políticas regionais nacionais e visa uma análise sobre as realidades sub-regionais.

O foco da estratégia da PNDR está na valorização da diversidade regional do país, buscando a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território. Contempla múltiplas dimensões, ambiental, socioeconômica e cultural por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regionais. Reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial. Busca, ainda, articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente, segundo a tipologia proposta pela PNDR.

Os planos regionais que compõem a PNDR estão divididos em Planos Macrorregionais de Desenvolvimento (Amazônia Sustentável, Nordeste/Semi-árido e Centro-Oeste) e Planos Mesorregionais de Desenvolvimento. O foco, na maior parte destes programas, está em escalas territoriais diversas, valorizando o sub-regional.

2.11. Conclusão do capítulo

Vimos neste capítulo a evolução das políticas públicas territoriais no Brasil a partir da década de (19)30 quando as políticas públicas e modelos de gestão se fazem presentes. Um planejamento incipiente se dá com o Plano SALTE, mas não pôde ser concluído. No Plano de Metas, o país passa por uma transformação em sua infra-estrutura de transportes, energia, industrialização, urbanização e por um grande aumento populacional nas áreas urbanas. Políticas sobre a questão regional se iniciam e

evidenciam os grandes contrastes no Brasil continental, as desigualdades regionais sócio-econômicas de verdadeiros extremos, a exemplo do Nordeste e o Sudeste do país. Contrastes também se evidenciam a partir das décadas de (19)60 e (19)70, em áreas metropolitanas urbanizadas, que, ao mesmo tempo, têm setores com infra-estrutura básica e bolsões de pobreza, as favelas, marginalizadas, sem nenhum planejamento governamental, uma verdadeira política do *laissez faire* quanto a questão de ações que dizem respeito à soluções para os extremos sócio-econômicos.

As décadas de (19)60/70 destacam a grande concentração industrial no sudeste do país, principalmente na cidade de São Paulo e circunvizinhanças, formando uma região que chega a polarizar alguns grandes centros urbanos. Posteriormente surgem as políticas para a integração do território – a ocupação da Amazônia sem nenhuma restrição e a exploração das riquezas minerais e florestais com pouco controle. Essa política presente nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, direcionou para a implantação dos grandes projetos não só na Amazônia como em pontos estratégicos pelo país. Isto favoreceu uma desconcentração industrial no Brasil dando lugar a guerra fiscal entre os estados. A expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e mais tarde para parte da Amazônia teve a concessão de benefícios fiscais.

Na década de (19)80 houve uma retração da indústria, entretanto, surge e ascende a agroindústria que intensificou a urbanização nas áreas de modernização agrícola. Na década de (19)90 houve uma retomada da política industrial que enfatizava o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas por meio da abertura comercial.

Com o PPA 1996/1999, introduziu-se um novo modelo de conceito de planejamento, uma visão intersetorial e regional do país, a partir do conceito dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

A partir dos PPAs seguintes houve a institucionalização de PPAs em nível estadual e municipal. Há propostas e estudos de padronização para um tipo de Plano Plurianual que integre o PPA da União, dos Estados e dos município em um só documento, permitindo uma visão federativa do gasto público, incorporando informações orçamentárias dos três entes e gerando informações para um PPA nacional.

Já a orientação metodológica básica do PPA 2000/2003 é geoeconômica e teve a consulta à e a participação de representatividades da sociedade em diversas instâncias. Houve uma maior integração entre as diversas ações e parcerias com o setor privado.

O PPA 2004/2007 teve uma estratégia participativa na formulação do Plano. Destacam-se algumas políticas públicas de ordenamento de território e de rebatimento territorial como o aprimoramento dos Eixos Nacionais de Integração, o Zoneamento Ecológico-Econômico e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A exposição feita neste capítulo auxilia a reflexão sobre a evolução das políticas públicas territoriais em um período de 70 anos no Brasil. Relacionada ao próximo capítulo, que trata da evolução das políticas públicas territoriais no estado de Goiás e sua influência no Sudeste Goiano. Dessa forma, poderão ser comparadas as transformações ocorridas por meio das políticas públicas no nível federal e as ocorridas no nível do estado de Goiás desde a década de (19)30 até o PPA estadual 2004/2007.

A síntese a seguir, mostra as principais características da evolução das políticas públicas de cada governo/fase apresentadas neste capítulo.

Síntese – Características principais das políticas públicas governamentais brasileiras

- Período 1930-1954.

A Era Vargas (1930-1945; 1951-1954)

- primeiro governo Vargas (1930-1945) : marco no desenvolvimento de uma nova ordem econômica-social; transição do modelo econômico de pólo agroexportador para o pólo urbano- industrial.
- políticas públicas de alcance nacional, diretrizes têm origem no governo central,
- fluxo migratório decorrente destas políticas – consequência direta no ordenamento territorial.
- políticas regionais: a “Marcha para Oeste”; mecanismos de concessão de créditos a determinados setores da economia; obras de assistência às regiões afetadas pela seca.

O Plano Salte (1950-1951)

- primeiro plano nacional elaborado sob regime democrático, em um governo extremamente alinhado com a política externa norte-americana comprometido com o ideário liberal.
- realizadas obras de infra-estrutura como estradas, refinarias e aparelhamento dos principais portos nacionais.

- Período Desenvolvimentista

Plano de Metas (1956-1961)

- primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional.
- conjunto de 30 metas organizadas nos setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação.
- 31ª meta: A construção de Brasília – expansão da malha rodoviária
- sinalizou uma cooperação entre setores públicos e privados
- política desenvolvimentista que fomentou o processo industrial e a migração da população rural para a zona urbana
- maior parte dos investimentos em desenvolvimento industrial para o Sudeste
- criação da SUDENE

A década de (19)60 – Plano Trienal e Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

- centralização do poder sob o Regime Militar
- planos de cunho mais econômico
- aprofundamento no processo industrial – Sudeste do país centralizado e as outras regiões vistas como periféricas

- Programa de Integração Nacional – PIN objetivava financiar obras de infra-estrutura no Nordeste e na Amazônia
- criação de superintendências regionais: SUDAM, SUDECO, SUDESUL

- As décadas de (19)70 a (19)80 – Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985).

- I PND - fase de expansão do “milagre econômico”.
- execução de grandes obras de infra-estrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações.
- ideário da integração nacional e do Brasil potência: obras para grandes projetos na área de infra-estrutura.
- acentuação da migração campo – cidade, crescimento das cidades sem um devido planejamento e ordenamento territorial.
- II PND – diretriz de desconcentração industrial.
- concepção de pólos: instalação de complexos industriais no Nordeste. Regiões Norte e Centro-Oeste: implementação de complexos agroindustriais e minero-industriais.
- implantação de *Grandes Projetos*.
- década de (19)80 – “década perdida”: baixo desempenho econômico, aceleração inflacionária e moratória da dívida externa. Fim dos subsídios governamentais.

- A década de (19)90

- crise do Estado Desenvolvimentista: o modelo neoliberal.
- estabilidade econômica do Plano Real.

- Os Planos Plurianuais

PPA 1996/1999 – Programa Brasil em Ação

- formação de parcerias entre o governo federal, estados e municípios.
- parcerias entre o setor público e o setor privado.
- sistema de gerenciamento junto a um sistema de informações gerenciais.
- visão intersetorial do país e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, como referência espacial e geográfica do desenvolvimento.
- objetivos do Plano: aumento de competitividade da economia e redução de desigualdades sociais e espaciais.
- ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano.
- desenvolvimento de uma nova política industrial que enfatizava o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas.
- processo de privatização das empresas públicas.
- auge do processo de modernização agrícola e desenvolvimento da agroindústria.
- elaboração de políticas estaduais de desenvolvimento agressivas e competitivas para atrair investimentos, a guerra fiscal. – implicações na configuração territorial de várias regiões.

PPA 2000/2003 – Programa Avança Brasil

- mesmos conceitos e fundamentos metodológicos do PPA predecessor.
- princípios do desenvolvimento sustentável e integração das diversas ações.
- nova concepção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – grande parte dos projetos na Amazônia..

PPA 2004/2007 – Programa Brasil, Um País de Todos.

- discussão pública acerca do Plano.
 - políticas públicas de ordenamento do território: Programa de Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE (de ordenamento ambiental) e a Reforma Agrária (de ordenamento fundiário).
 - políticas sociais de rebatimento territorial – reforma agrária e acesso dos mais pobres à moradia de qualidade.
 - um dos mega-objetivos do PPA 2004/2007: redução das desigualdades regionais – Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
-

Capítulo 3 – O Recorte Territorial no Sudeste Goiano

O capítulo anterior discorreu sobre o desenvolvimento e as ações das principais políticas públicas territoriais no país a partir da década de (19)30 e sobre a evolução da configuração territorial brasileira sob a influência do planejamento estatal. Este capítulo tem como objetivo identificar um recorte territorial no Sudeste Goiano para análise posterior da sustentabilidade das políticas públicas executadas nesse recorte.

Para isso, o tema será abordado em três seções. Uma primeira, de caráter predominantemente conceitual, onde são apresentados alguns conceitos de território, espaço e região. Em seguida, pelo fato de analisarmos o Sudeste Goiano, uma segunda seção deste capítulo apresenta brevemente a evolução das principais políticas públicas territoriais presentes no Estado de Goiás a partir da década de (19)30 e os Planos Plurianuais dos períodos 2000/2003 e 2004/2007. Neste contexto a terceira seção focaliza três recortes espaciais existentes nos quais o Sudeste Goiano está inserido para então proceder à delimitação do recorte de região que se quer utilizar, à luz dos conceitos território e região e, discutindo-se dados das principais cidades envolvidas.

3.1. Território, espaço e região.

Como assinala Milton Santos (1996), a interdependência universal dos lugares é a realidade do território. Para Santos (1996, p.15), o Estado-Nação foi um marco que entronizou uma noção jurídico-política do território. O Estado definia os lugares, a subordinação eficaz do território ao Estado. Nesta mesma perspectiva, Santos considera que hoje evoluímos da noção antiga de *Estado territorial* para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. Neste processo de transnacionalização, o território exprime o conflito e une o global e o local¹⁵, possibilitando-se assim reconhecer novos recortes, além da velha categoria região¹⁶.

¹⁵ Para Diniz (2001), as unidades da clássica escala territorial, que, simplificada, divide e caracteriza o território em local, urbano, regional, nacional e internacional passam a se sobrepor e a se

Segundo Corrêa (1996, p.251), território não é sinônimo de espaço. Território seria um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, ou seja, a organização espacial.

O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. Este mesmo autor afirma que:

A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas (CORRÊA, 1996, pp.251-2).

Geiger (1996), citando Lefèbvre, refere-se a território como contendo limites de soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição, o território transmite psicologicamente a sensação de fechamento, inclui uma relação de poder ou posse, de um grupo social sobre esta extensão terrestre. Já o espaço refere-se originariamente às relações entre formas de objetos, sua geometria, bem como às relações dos movimentos dos objetos, que se movem infinitamente. Nele se estabelecem as direções dos movimentos em relação à posição dos objetos. O espaço transcende fronteiras e psicologicamente transmite a sensação de abertura. Geiger (1996) afirma ainda que comumente se fala de espaço urbano e não de território urbano, pois a cidade a rigor é uma abstração e o que existe materialmente é a aglomeração de construções, rede viária e as atividades que tendem a se localizar nas cidades. Território corresponde a um nível de produção social do espaço. Assim o espaço propriamente dito, como o espaço urbano, corresponde a um nível mais elevado de produção social.

Fica claro o conceito de território definido por Lemos (2004) como o espaço econômico socialmente construído, dotado de recursos naturais, de sua geografia física e da história construída por aqueles que nele habitam, através de convenções de valores, regras e

interpenetrarem, com tendência ao enfraquecimento das escalas intermediárias e aumento da importância dos extremos: o global e o local.

¹⁶ Para Santos (1985), em publicação anterior, a antiga noção de região não considerava o papel do Estado e a existência das classes sociais (Santos, 1985, p.65).

arranjos institucionais que lhes dão expressão e formas sociais de organização da produção (LEMOS, 2004).

Conforme afirma Egler (1995) o conceito de território é distinto de uma visão puramente espacial, pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. O autor adverte que território é uma mediação lógica, distinta do conceito de espaço, que representa um nível elevado de abstração, ou de região, que manifesta uma das formas materiais de expressão da territorialidade, como por exemplo, a nação.

O surgimento das regiões ou lugares reais está inserido historicamente no contexto do desenvolvimento desigual da economia capitalista que confere particularidades as formas de reprodução de capital (LEMOS, 2004). Para Santos, uma região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado. Dentro de uma região, os capitais fixos são geografizados segundo uma lógica que é a do momento de sua criação. A cada momento histórico, afirma o autor, o que se convencionou chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional total aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades, como lugar de realização de atividades produtivas. A região se definiria, então, como o resultado das possibilidades ligadas à presença de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e como resultado das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações múltiplas – políticas, econômicas e geográficas (SANTOS, 1985).

Assim, o conceito de região é mais abrangente que o de território. De acordo com Cunha, a definição de região e sua análise deve considerar todas as dimensões caracterizadoras de um determinado recorte sócio-espacial, entre elas a territorial, mas não apenas ela (CUNHA, 2000).

Há diferentes conceitos para o termo região. Apresentamos a seguir uma breve explanação cronológica baseada na pesquisa de Corrêa (1986) dentro das correntes do pensamento geográfico quanto à utilização do termo região.

Desde o final do século XIX surge o conceito de região natural, segundo a concepção ambientalista no que tange às relações homem/natureza, em que se evidencia o papel determinante da natureza sobre o homem. Da reação ao determinismo ambiental,

surge o possibilismo, a região geográfica definida por Vidal de la Blache, em que se comprova a singularidade de cada região, a combinação de fenômenos naturais e humanos; a região é uma entidade concreta, acabada, concluída; esquece-se da diferencialidade espacial de elementos, das características, por exemplo, pedológicas, climáticas, de vegetação e etnolinguísticas. O homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero, as relações entre o homem e a natureza, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora. *A nova geografia*, fundamentada no positivismo lógico, se opõe àquelas associadas ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Corrêa (1986) coloca que, neste novo contexto, a região é definida como um conjunto de lugares em que as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares. Não é considerada uma entidade concreta e, sim, uma criação intelectual balizada por propósitos claros, especificamente calcada nos princípios da classificação. Durante a década de 1970, surge a chamada *geografia crítica* que rediscute o conceito de região. O conceito de região e o tema regional são considerados sob uma articulação dos modos de produção, a partir do materialismo histórico e da dialética marxista. Com forte influência da economia política de Marx, as divisões e diferenciações do espaço passaram a ser interpretadas como a materialização dos diferentes modos de produção.

Milton Santos destaca a universalidade do conceito região e faz uma crítica à corrente que a nega, afirmando que "nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização." (SANTOS, 1996 apud CASTRO, 2002). Há uma crítica àqueles que acreditam que as regiões tenderiam a desaparecer por considerarem que a expansão do capital hegemônico por todo o planeta teria eliminado as diferenças regionais, não havendo mais diferenciação de áreas, devido à crença na homogeneização do espaço ou à uniformização das relações sociais. Santos contra-argumenta este pensamento e aponta que:

A velocidade das transformações mundiais do século 20 como causa do desmoronamento da configuração regional do passado e demonstra que esta mesma aceleração do tempo aumenta a diferenciação dos lugares (Santos apud Castro,2002).

Assim, fica claro que, o conceito de região nesta pesquisa não escapa ao processo conjunto de globalização e fragmentação e, a definição de região deve levar em consideração, no seu aspecto de planejamento, as circunstâncias locais, endógenas e as influências externas, exógenas que recebe. Planejar em um contexto regional significa uma coordenação de todas as políticas setoriais relevantes ao território em questão.

3.2. Panorama das políticas públicas territoriais em Goiás

Na década de (19)30, dentre os objetivos do governo de promover a integração do mercado nacional através da interiorização da economia, ressalta-se o projeto “Marcha para o Oeste”, que contemplou a Região Centro-Oeste e criou, assim, uma integração regional, ampliando o mercado interno e incentivando a migração para a região.

Em Goiás destaca-se o projeto de implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na cidade de Ceres, que atraiu trabalhadores empobrecidos da Região Nordeste e do estado de Minas Gerais, provocando uma ocupação desordenada e, sem contar com a assistência governamental, posteriormente, entrou em declínio, pressionada por grandes proprietários de terra.

Em 1937 a inauguração da nova capital do estado de Goiás, Goiânia – transferida da Cidade de Goiás para a nova cidade planejada – foi considerada um marco da “Marcha para o Oeste” e representou um forte estímulo à migração para a região, tornando-se um importante núcleo urbano irradiador polar. Com a construção da ferrovia que ligava São Paulo a Anápolis, no final da década de (19)30, o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro começam a ter maiores povoamentos em suas áreas.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, contribuiu para aumentar os investimentos em infra-estrutura no Centro-Oeste e toda uma rede viária ligando as várias regiões do Brasil à capital. Isto causou um fluxo migratório em direção ao Centro-Oeste revelado pelos dados dos Censos do IBGE. Intensificou-se o processo de ocupação baseado no estabelecimento de fazendas agropecuárias modernas, geralmente pertencentes a empresários provenientes das regiões Sul e Sudeste. A taxa média geométrica de crescimento da população no Centro-Oeste foi a maior entre as grandes regiões nos períodos entre os anos 1950 e 1960, com 5,36% ao ano, e entre 1960 e 1970, com 5,60% ao ano. Isso confirma a hipótese de que o fluxo migratório em direção

ao Centro Oeste foi anterior à grande expansão agrícola que ocorreu na região a partir dos anos 1980. Com a construção de Brasília houve uma alta concentração urbana decorrente desta corrente migratória, que criou sérios desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos no estado de Goiás.

A fronteira agrícola avança sobre a região a partir da década de (19)70, promovendo uma nova configuração de sua economia e população. É nesse período que são lançados vários programas e projetos de injeção de recursos e indução de práticas agrícolas modernas e capitalizadas através da ação estatal que contribuiriam para o desenvolvimento na região baseado na agricultura moderna. Nessa época, surgem alguns programas específicos para a Região Centro-Oeste: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) e o Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)¹⁷ dentre outros de cunho mais estadual.

Estes programas não alcançaram os resultados propostos pelo governo na época, mas acarretaram a entrada de novos investidores e agricultores de outras regiões, criando assim uma infra-estrutura de suporte à produção agrícola, com novas técnicas e tecnologias de produção e novos agricultores, capitalizados e especializados, o que transformou a economia da região. Entretanto, aumentou o fluxo migratório para a região, criando excedente de mão-de-obra.

Destacam-se entre esses programas o POLOCENTRO e o PERGEB ambos estabelecidos em 1975 e criados pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) que conferiu a experiência de planejamento no Centro-Oeste.

O POLOCENTRO se destinava ao desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias nas áreas da Região Centro-Oeste e do oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. Houve grande incentivo à pesquisa e à experimentação agropecuária

¹⁷ A maior parte desses programas fundamentava-se na lógica de implantação de pólos de desenvolvimento, estratégia que foi usual em outros países do Terceiro Mundo. Imaginava-se que incubando determinados pólos, esses seriam capazes de erguer a economia das regiões e do país. Os resultados práticos dessas experiências, contudo, indicaram que não são suficientes e contribuem para a concentração de renda via renúncia fiscal e incentivos infra-estruturais.

para 12 pólos regionais espalhados na região do Cerrado (sendo quatro em Goiás), estrategicamente localizados, com alguma infra-estrutura e razoável potencial agrícola. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejavam investir em exploração agropecuária empresarial. Teve a perspectiva de incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras do cerrado, durante cinco anos. O POLOCENTRO incluiu o território de 202 municípios da Região Centro-Oeste e ações relativas à construção de estradas, à eletrificação rural, à rede de estocagem e comercialização, bem como a investimentos em correção de solos, pesquisa, tecnologia agrária e insumos modernos (STEINBERGER, 2000).

Entre os aspectos negativos do POLOCENTRO estão as lacunas relativas ao desenvolvimento social, urbano e industrial, além de não propiciar incrementos desejados de emprego e renda e não haver qualquer preocupação com a conservação ambiental (STEINBERGER, 2000).

Já o PERGEB (Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília), criado em 1975, tinha em seus objetivos proteger a Capital Federal das pressões demográficas decorrentes do dinamismo econômico do seu entorno. Assim para conter os fluxos migratórios para Brasília, parte deles foi redirecionado para a região circunvizinha, ou seja, era intenção do Programa criar condições – empregos e equipamentos urbanos – para que essa região absorvesse os fluxos migratórios que se direcionavam para Brasília. O programa deu ênfase inicialmente aos transportes, à energia, ao saneamento e a melhorias urbanas, concentrando-se, posteriormente, no desenvolvimento rural, com armazenamento de grãos e crédito subsidiado. Ocorre então uma preocupação maior de dinamizar atividades agropecuárias voltadas para o abastecimento urbano, especialmente de Brasília. As ações enfatizavam a busca de soluções para o fortalecimento dos núcleos urbanos e a dotação de infra-estrutura física e social com o objetivo de integrar a região do entorno de Brasília ao processo de desenvolvimento regional.

A estratégia concebida incluía a hierarquização de pólos sub-regionais que pudessem vir a constituir centros de apoio àqueles núcleos de forma a organizar o sistema de comunicação e as áreas de produção (EGLER et al, 2003, p.14). Envolveu 88 municípios, sendo que 8 municípios pertencentes à Microrregião do Sudeste Goiano,

(Microrregião 17, definida pelo IBGE) em estudo nesta pesquisa – Catalão, Ipameri, Nova Aurora, Ouidor, Campo Alegre, Goiandira, Cumari e Davinópolis. Estes municípios estavam envolvidos na área de influência da BR-050, uma das diretrizes do programa que tinha como ações a exploração do potencial mineral – fosfato, titânio, nióbio e vermiculita e as atividades pecuárias e de agricultura com potencial para a exploração do café. Como um todo, o PERGEB dirigiu suas ações para as áreas de saúde, educação, transporte rodoviário, saneamento ambiental, energia elétrica, telefonia, mineração, agroindústrias e atividades agropecuárias.

Os municípios do entorno, área de periferia imediata de Brasília, não puderam prover infra-estrutura adequada e gerar oportunidades de trabalho suficientes que pudessem impedir o fluxo da população para Brasília todos os anos. Não conseguiram atingir formas de desenvolvimento sustentável ou competir com as vantagens de serviço urbano e infra-estrutura, geração de renda e oportunidades de trabalho oferecidas por Brasília. Muitas cidades do entorno cresceram desordenadamente e mal equipadas, atraindo anualmente uma grande leva de migrantes, favorecendo a formação de favelas e a segregação sócio-espacial. Ao final dos anos 1970, quando se reduziram os recursos para o Programa até a sua extinção, devido a fatores de ordem política e financeira, a avaliação dos resultados da ação oficial nesse espaço apontou para um desenvolvimento desigual. Verificou-se que a região delimitada pelo PERGEB era muito extensa e que muitos de seus municípios praticamente não tinham contato com o DF. A partir da década de (19)80 a área de influência de Brasília foi objeto de três propostas: 1) a definição da Microrregião 12 do Estado de Goiás/Entorno do DF em 1981; 2) a criação da AMAB – Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília, em 1989 que, atualmente conta com 42 municípios participantes; 3) a criação da RIDE – Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, em 1998, com o objetivo de promover atividades econômicas regionais e ampliar seus serviços públicos essenciais; compõe-se de 22 municípios, sendo 18 pertencentes ao Estado de Goiás e dois ao de Minas Gerais, além do Distrito Federal. (STEINBERGER, 2000). A Microrregião do Sudeste Goiano, IBGE, faz divisa com a RIDE.

Não foi incorporada no processo destes programas a devida execução de propostas quanto aos aspectos sociais e ambientais. A transformação do cerrado em área produtiva, segundo o modelo dominante, ocorreu concomitantemente ao processo de

urbanização do Estado. A agricultura comercial e o intenso fluxo migratório impactaram diretamente o meio ambiente do cerrado. O baixo preço das terras foi um fator decisivo na ocupação da área do cerrado. As condições planas do relevo permitiam o uso de uma forte mecanização, modificando-se rapidamente a paisagem através da retirada quase que total da cobertura vegetal natural.

Na década de (19)80 iniciou-se a construção de rodovias interligando cidades do Estado de Goiás, a fim de atender às necessidades da produção agrícola de escoamento da produção para outros centros comerciais. Além disso, o acelerado processo de urbanização do eixo Goiânia – Anápolis também contribuiu para a interiorização das rodovias no estado. Goiânia é caracterizada, na primeira década de 2000, pelo fluxo de informações. Lá estão os sistemas de redes que ordenam a produção, a funcionalidade administrativa, além da grande concentração de serviços públicos nessa área que abrange o aglomerado de Goiânia. Anápolis avançou no desenvolvimento como pólo industrial e farmoquímico do Estado de Goiás.

Durante a década de (19)80 continuou a instalação no Estado de Goiás de empresas agroindustriais de capital nacional e internacional e iniciou-se a expansão e consolidação do sistema de produção das *commodities* de milho e principalmente da soja sob as estratégias dos grandes capitais de comercialização desses produtos. Apesar de nesse período a economia brasileira passar por uma inflexão, o Centro-Oeste continuou recebendo recursos do governo federal devido a necessidade de geração de divisas através da exportação de *commodities*, dadas as restrições externas que ocorriam naquele momento (ALMEIDA et al, 2006).

Assim, Goiás, como vários outros estados no país, passa a executar programas de caráter regional com o objetivo de atrair indústrias via incentivos fiscais e financeiros, embora de forma desvinculada de qualquer projeto nacional. Um exemplo foi a criação do FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, em 1984, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento industrial goiano. Este projeto financiava até 70% do ICMS recolhido pelas atividades industriais e importações realizadas pelas empresas com sede no estado, tendo, também, uma linha especial de crédito para os micro e pequenos empreendimentos industriais¹⁸. O prazo de

¹⁸ Segundo Paschoal (2005) o programa em questão tinha um apelo ainda maior, pois 30 por cento do ICMS gerado eram recolhidos aos cofres públicos sob a forma de “Imposto Novo”. Os outros 70 por

pagamento desses financiamentos varia de cinco a quinze anos, com juros mensais de 0,2%, sem indexação ou atualização financeira (BRITO e BONELLI, 1997). O resultado da operacionalização deste programa foi a atração de 1.122 projetos industriais e agroindustriais, e a criação de pólos setoriais como, por exemplo, em Rio Verde, sudoeste goiano que se destaca na produção de grãos e carne como a empresa Perdigão e Comigo (Cooperativa dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano); Anápolis como pólo farmacêutico; em Catalão, sudeste goiano, com a montadora Mitsubishi e no setor de mineração a Copebrás (Grupo Anglo American). Portanto, este programa, marcado pela guerra fiscal, tema comentado no capítulo 1, reforçou a concentração produtiva no próprio estado em determinados cortes regionais.

Do projeto FOMENTAR, entre os anos 1985 e 1999, os municípios de Aparecida de Goiânia, Anápolis e Goiânia receberam 60% dos empreendimentos beneficiados por ele. Desse modo, o programa não contribuiu para uma diversificação do Produto Interno Bruto – PIB goiano. Este fato elevou o peso do setor industrial no PIB desses municípios, que respondia, em 1985, por 31% desse produto e atingiu, em 1998, 50% do PIB (GUIMARÃES ; RIBEIRO, 2006).

Na década de (19)90 em Goiás, a consolidação da expansão da fronteira agrícola proporcionou o crescimento das agroindústrias, e o aumento populacional elevou significativamente a demanda por serviços no estado. Diante da ausência de políticas nacionais de integração regional, o Estado de Goiás, assim como ocorreu em outros estados, torna-se responsável exclusivo pela implementação de políticas regionais. O FOMENTAR teve um sucessor e o objetivo básico de seu programa não foi modificado. Institui-se o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, o PRODUZIR, em 2000, que incentiva a implantação e a expansão de indústrias e atua sob a forma de financiamento, reduzindo o valor do ICMS mensal devido pela empresa beneficiária. O ICMS mensal a ser recolhido pela empresa diminui então de 70 a 90%.

Dados da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás revelam que de 2000 a 2007 foram aprovados 1.120 projetos de expansão ou implantação de novos empreendimentos no estado pelo programa PRODUZIR. A maioria dos projetos do PRODUZIR foi aprovada entre os anos de 2003 e 2006, e estão distribuídos em 125

cento de ICMS eram deferidos inicialmente por 5 anos, chegando mais tarde a 30 anos, para o benefício de projetos nas áreas de implantação, expansão, reformulação e redução de ociosidade.

municípios. Somados aos 206 projetos aprovados no FOMENTAR depois de 1999, são 1.326 novos projetos nos últimos oito anos sendo que 220 foram implantados – dados de janeiro de 2008 (BAHIA, 2008).

De 2004 a 2007 houve um crescimento de projetos de biodiesel e de usinas sucroalcooleiras, sendo que a projeção para os próximos anos é a liderança do setor energético na indústria goiana, assim como da indústria mineral. No setor automobilístico, fomentado pelo PRODUZIR, entrou em operação a Hyundai em Anápolis e no setor alimentício a Perdigão em Mineiros.

Entretanto os programas FOMENTAR e PRODUZIR não promoveram uma diversificação do PIB industrial goiano, pois no ano de 2002 o segmento de alimentos e de bebidas foi responsável por 53% do Valor da Transformação Industrial –VTI desse estado, segundo dados da Pesquisa Industrial Anual/IBGE de 2002, o que ilustra a forte predominância da agroindústria na economia goiana (GUIMARÃES; RIBEIRO, 2006). Isto explica o fato de 50% dos empreendimentos apoiados pelo FOMENTAR serem atividades ligadas ao setor agroindustrial, ou seja, pertencentes ao grupo de indústrias de alimentos e bebidas ou a outras atividades industriais ligadas ao agronegócio.

Podemos inferir que apesar do programa PRODUZIR ter ocorrido dentro de uma distribuição espacial da indústria em 125 municípios no estado, este programa foi altamente concentrador, gerando concentração de riquezas para alguns setores e empresas e, conseqüentemente, levando a uma fragmentação de espaço econômico e à criação de ilhas de produtividade. Exemplo disso é que nas regiões norte e nordeste de Goiás e no entorno do DF não foram criados tantos incentivos para o estabelecimento de empreendimentos como na região Goiânia–Anápolis e sul, sudoeste e sudeste goiano, que formaram pólos de industrialização.

Em 2007, o PRODUZIR passou por propostas de reformulações e alterações de seu programa através de um grupo de pesquisa formado por órgãos do governo estadual. Sob a denominação de Diretrizes de Política Industrial e Tecnológica, ainda em uma versão preliminar, as propostas se firmam sobre eixos que passarão a exigir uma contraproposta social das empresas beneficiadas com o incentivo fiscal. Além disso, irá

abranger propostas desde ciência e tecnologia à geração de empregos e contrapartidas ambientais.

A partir de 1995, o governo estadual passou a oferecer, além dos financiamentos ao investimento industrial, isenções fiscais e vários estímulos para a infra-estrutura como aconteceu no município de Catalão, que descreveremos mais adiante neste capítulo.

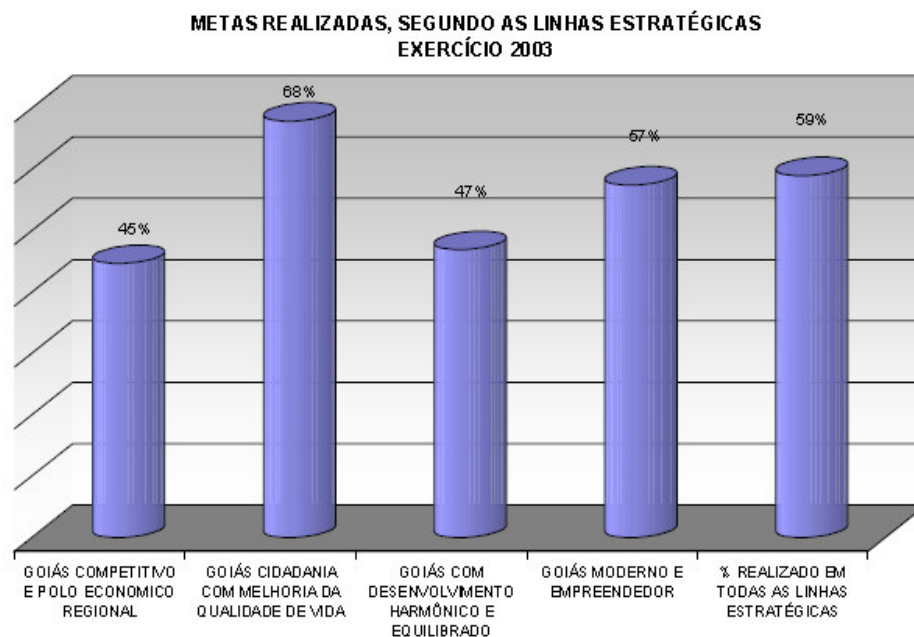
3.3.Os Planos Plurianuais - PPAs no Estado de Goiás

O primeiro PPA do Estado de Goiás, elaborado a partir de 1999, aprovado pela Lei Nº 13.570/1.999, teve sua vigência de 2000 a 2003 e foi chamado de “Plano Estratégico Goiás Século XXI”. Foi adotado um novo modelo integrado de planejamento, orçamento e gestão, de certa forma, rebatendo o “Programa Avança Brasil” do plano nacional, estabelecido para o período 2000/2003. Este PPA priorizou as seguintes diretrizes, segundo seu Artigo 2º: tornar o estado competitivo frente à globalização econômica mundial e transformá-lo em relevante pólo de desenvolvimento econômico regional no contexto nacional; melhorar a qualidade de vida do cidadão através do acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho; corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais causados pelo processo de desenvolvimento econômico-social e realizar a gestão da ocupação do espaço territorial de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia; empreender ações administrativas, participativas e descentralizadas, com dinamismo, qualidade e agilidade; promover alianças estáveis com as entidades da sociedade civil organizada, visando a um processo de desenvolvimento econômico-social participativo, solidário e democrático.

Quanto aos aspectos da equidade regional, o PPA estadual 2000/2003, criou programas para a região do entorno do Distrito Federal, programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano, Nordeste Goiano, Região Metropolitana de Goiânia e programa de Desenvolvimento Local e Urbanístico. Este PPA teve 125 programas e 569 ações, inseridos em quatro linhas estratégicas de planejamento: I - Goiás Competitivo e Pólo Econômico Regional; II - Goiás Cidadania com Melhoria de Qualidade de Vida; III- Goiás com Desenvolvimento Harmônico Equilibrado; IV - Governo Moderno e Empreendedor. No PPA 2000/2003 vários objetivos e metas foram cumpridos. O Gráfico 2.1 mostra a porcentagem atingida quanto à realização das metas de cada linha

estratégica no último ano de exercício do PPA, 2003. O total das metas realizadas é de 59%.

Gráfico 3.1 – Realização das metas do PPA estadual 2000/2003, exercício 2003.



Fonte: Relatório de Gestão do Poder Executivo, 2003. Governo do Estado de Goiás.

O segundo PPA 2004/2007 “Goiás Século XXI – Avançar Mais”, seguindo a lógica de flexibilização e revisão de planejamento, passou a contemplar 90 programas com novos desenhos, adaptações e, principalmente, uma forte integração com programas dos governos federal e municipais, além de entidades privadas e da sociedade civil organizada. No total, são 90 programas dentro de quatro linhas estratégicas: I- Goiás Competitivo e Pólo Econômico Regional, II- Goiás Cidadania com Melhoria da Qualidade de Vida, III- Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado, Administração Pública Moderna e Empreendedora. A tabela 2.1 mostra o percentual de ações executadas, previstas no orçamento do PPA 2004/2007, no ano de 2006. Este percentual representa o grau de todas as ações executadas naquele ano para cada estratégia, chamado de eficácia física, ou seja, a capacidade de alcance das metas previstas nas ações de cada linha de estratégia.

Tabela 3.1- Eficácia física dos programas dentro das linhas estratégicas – PPA 2004/2007. Exercício de 2006.

Código	Linhas estratégicas	Número de programas por linha estratégica	Eficácia física %
1	Goiás Competitivo e Pólo Econômico Regional	28	83,9 %
2	Goiás Cidadania com Melhoria da Qualidade de Vida	33	90,9 %
3	Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado	13	59,6 %
4	Administração Pública Moderna e Empreendedora.	16	177,5 %

Fonte: Relatório de Gestão do Poder Executivo, 2006. Governo do Estado de Goiás.

Analisando-se a tabela 2.1, a linha estratégica 3 foi a que apresentou o índice de eficiência física em patamares mais baixos. Trata-se de programas que englobam os setores: 1) Desenvolvimento Regional, 2) Habitação e Desenvolvimento Urbano, 3) Meio Ambiente e Recursos Hídricos e 4) Saneamento, que, no seu conjunto, têm como objetivo a correção de distorções e desequilíbrios regionais, propiciando o crescimento sustentável do Estado. A linha estratégica Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado representa políticas públicas de reatamento territorial e nos setores de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que apresentaram os índices de eficiência mais baixos em seus programas.

Já a análise da linha 1 da tabela 2.1 – Goiás Competitivo e Pólo Econômico Regional – revela uma eficácia física de 83,90% ou seja, as ações realizadas nessa linha em 2006 apresentaram um bom desempenho. Nessa linha estão inseridos os setores de planejamento – Agropecuário, Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Desenvolvimento Macro Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Infra-Estrutura, Mineração e Turismo, que no seu conjunto têm como objetivo desenvolver e fomentar a competitividade da economia goiana. Os setores que obtiveram os melhores desempenhos nos critério de eficácia foram: Setor Ciência e Tecnologia; Setor Indústria, Comércio e Serviços e Setor Mineração. Os setores Infra-estrutura e Turismo obtiveram baixo desempenho em seus índices de eficiência.

As linhas de estratégia 2 e 4 apresentaram ótimo desempenho. Na linha 2, Goiás Cidadania com Melhoria da Qualidade de Vida estão inseridos os setores de planejamento – Assistência e Promoção Social, Educação, Esporte, Cultura, Geração de Renda e Trabalho, Segurança e Justiça, Saúde, Transporte Coletivo e Previdência são responsáveis por criar as condições de acesso e facilidade de atendimento aos serviços sociais, a inclusão e manutenção no mercado de trabalho e o exercício da cidadania. Os setores de planejamento para a linha 4 são Divulgação e Publicidade, Finanças Públicas, Gestão Pública e Regulação; o objetivo principal desta linha estratégica é transformar a estrutura de governo, modernizando, descentralizando e construindo um serviço voltado para o cidadão e para o incremento da eficácia, eficiência e efetividade governamental, com transparência e participação social.

3.4. Os diversos recortes do Sudeste Goiano

Três recortes territoriais são utilizados na Região do Sudeste Goiano: a) de microrregião do IBGE, b) da divisão regional SEPLAN-GO e c) de microbacias de mesorregiões do Ministério da Integração Nacional.

a) Sudeste Goiano, microrregião do IBGE

Esta classificação faz parte da proposta do IBGE que dividiu o país em macrorregiões, mesorregiões e microrregiões. A divisão por grandes regiões do IBGE foi adotada no ano de 1969, depois das grandes transformações econômico-sociais ocorridas nas décadas de (19)50 e (19)60, sendo praticamente a mesma divisão que se encontra em vigor atualmente: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A divisão em nível intermediário, as mesorregiões, elaborada na década de (19)70 e divulgada em 1976, resultou em 86 mesorregiões homogêneas. As mesorregiões constituem o macro espaço estadual e foram identificadas a partir da análise do processo social, do quadro natural e da vida de relações. Explicam uma compreensão das diferentes realidades sub-regionais, definindo o papel de cada espaço no conjunto de toda a organização espacial do estado.

A partir de 1966 o IBGE dividiu o país em 361 microrregiões, sendo adotado o conceito de microrregião homogênea, centrado sobre os elementos da produção – agricultura, ecologia, população. De acordo com Linhares e Silva (1995), este conceito é dinâmico e deveria ser revisto periodicamente para uma reavaliação e possível reagrupamento.

Segundo os autores os governos estaduais bem como o federal, apressaram-se, na época, em dar forma legal à divisão regional do país em função de suas atividades de planejamento. Os mesmos autores assinalam o caráter dinâmico e não cristalizado que deve ser considerado na microrregião.

Com intensos movimentos internos de população e um rápido processo de urbanização e industrialização, o caráter fixo das microrregiões pode se constituir num obstáculo a uma boa visão do regional. Assim, suas próprias premissas fundadoras — as formas de organização da produção — tendem a ser superadas, transformando as microrregiões homogêneas em um quadro rígido e com tendência a não mais dar conta de seu objetivo inicial (LINHARES; SILVA, 1995).

Sob o ponto de vista administrativo, a divisão em microrregiões possibilitou a reunião de dados censitários seguindo os limites municipais, o que é útil para o planejamento. O conceito de microrregião foi proposto pelo IBGE buscando agrupar municípios dentro de um mesmo estado, segundo a forma de organização do espaço, que constituem uma área caracterizada por certa homogeneidade, seja ela física, social ou econômica. A figura 3.1 mostra as microrregiões do Estado de Goiás.

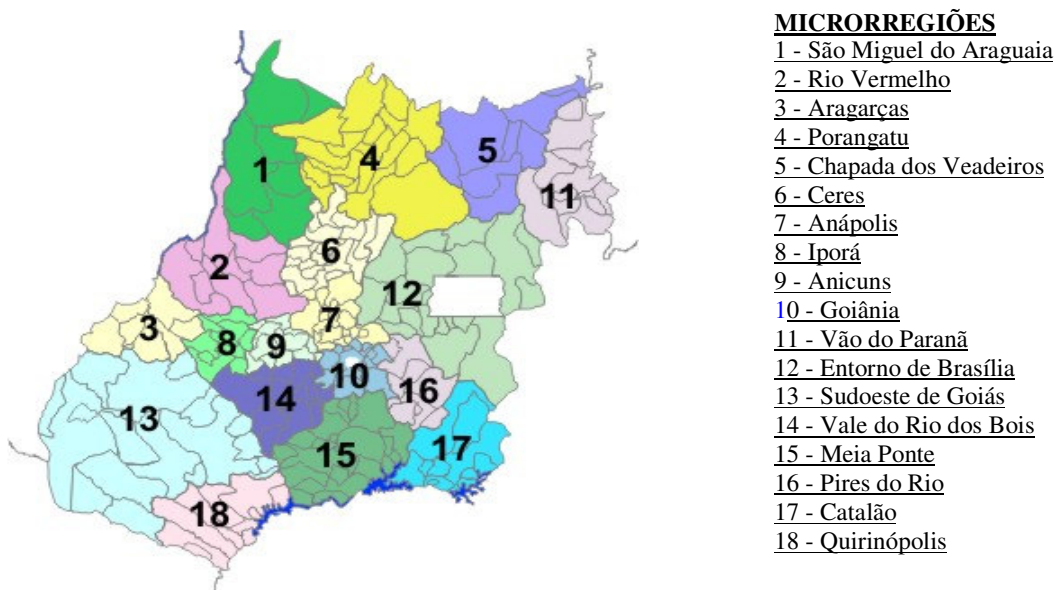


Figura 3.1 - As microrregiões no Estado de Goiás
Fonte: SEPIN-GO

Segundo o IBGE, a Microrregião de Catalão é classificada como a Microrregião Geográfica 017 (MRG 17) e está inserida na Mesorregião Geográfica V - Sul Goiano. Compreende os municípios de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. O IBGE não tem dados estatísticos por microrregiões e sim por municípios ou por estado da federação ¹⁹.



Figura 3.2 - A Microrregião de Catalão, n.º 17 – IBGE.
Fonte: SEPIN – GO

Os municípios de Catalão e Ipameri têm uma população maior que os outros municípios da microrregião. Segundo estimativa do IBGE para 2005, Catalão teria 70.500 habitantes e Ipameri 23.800 aproximadamente. Outros municípios da MRG - 17 contam com uma população que varia de 700 a 9.000 habitantes. No Estado de Goiás, de seus 246 municípios, 47 tem uma população maior que 20 mil habitantes, aproximadamente 65% da população do estado. Das 11 cidades da Microrregião de Catalão, duas tem mais de 20 mil habitantes, representando 75,54% da população da microrregião. A população da microrregião aumentou em 20% de 1990 a 2005.

O Município de Catalão atua como cidade-pólo nesta região, agrega serviços como saúde, educação, cultura, comércio e possui infra-estrutura desenvolvida. A Tabela 3.2 mostra algumas características e estatísticas de cada município da microrregião.

¹⁹ Algumas estatísticas como Produção Agrícola Municipal são divulgadas pelo IBGE também no nível de microrregiões

Tabela 3.2 – Dados de municípios da Microrregião de Catalão

Municípios da Microrregião 17 – IBGE				
Nome	Pop estimada (2005)	Índice IDH-M (2000)	Atividades econômicas	Hab/km2 (2005)
Anhanguera	911	0,802	agropecuária , turismo	16,08 hab/km ²
Campo Alegre de Goiás	4.523	0,802	agropecuária	1,84 hab/km ²
Catalão	70.574	0,818	agropecuária, minérios, comércio, indústrias	18,68 hab/km ²
Corumbaíba	7.360	0,767	agropecuária	3,91 hab/km ²
Cumari	3.244	0,756	Pecuária	5,59 hab/km ²
Goiandira	4.716	0,765	Pecuária	8,41 hab/km ²
Ipameri	23.777	0,758	agropecuária, indústrias	5,44 hab/km ²
Nova Aurora	1.978	0,785	Pecuária	6,54 hab/km ²
Ouvidor	4.627	0,785	minérios, pecuária	11,18 hab/km ²
Três Ranchos	3.189	0,788	turismo, pecuária	11,31 hab/km ²

Fonte: IBGE – site cidades@, site Censo 2000.

b) Classificação da SEPLAN -GO

Outra classificação da região para a finalidade de planejamento é feito pelo governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento -SEPLAN que dividiu o estado em 10 regiões, como mostra a figura 3.3. Esta divisão regional é

apresentada como regiões de planejamento e, segundo a SEPLAN, são de caráter político. A Região Sudeste Goiano ou Estrada-de-Ferro (figura 3.4) abarca 25 municípios: Anhangüera, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí, Vianópolis. A Secretaria produz dados estatísticos por regiões de planejamento. Esta e outras cinco regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à capital do estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento. Outras regiões são: a do Entorno do Distrito Federal definida pela Lei da RIDE, a Região Metropolitana de Goiânia, definida por Lei Estadual, e as Regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano constantes do PPA 2000/2003 (SEPLAN, 2007).

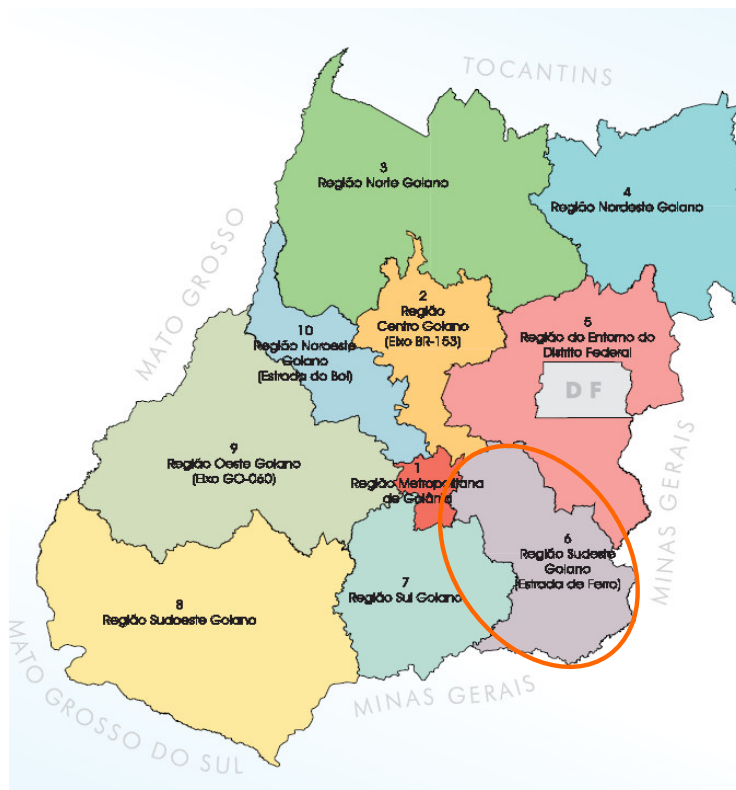


Figura 3.3 - Divisão do Estado de Goiás pela SEPLAN – regiões de planejamento.
Fonte: SEPLAN - GO

A classificação da SEPLAN-GO da Região Estrada-de-Ferro, comparada à classificação de microrregiões feitas pelo IBGE no Estado de Goiás, é uma junção de duas microrregiões: a MRG 17, a MRG 16 (Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí, Vianópolis) e parte da MRG 10 (Leopoldo de Bulhões, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis e Caldazinha).

As regiões de planejamento são integrantes da Lei PPA 2004/2007, Plano Plurianual Democrático. Conforme assinala a SEPLAN, os 90 programas que compõem o PPA 2004/2007 são os resultados de demandas da sociedade e do esforço de todos os órgãos do governo. Constituem um todo, integrado e articulado, de ações estratégicas para Goiás avançar em seu processo de desenvolvimento e construção da cidadania para todos os goianos (SEPLAN, 2007).



Figura 3.4 - Região Sudeste Goiano ou Estrada-de-Ferro, região de planejamento.
Fonte: SEPLAN-GO

Quanto aos seus aspectos econômicos, nos últimos anos, a região de planejamento Estrada-de-Ferro tem experimentado forte desenvolvimento agropecuário, com destaque

para a soja, além da produção pecuária mista (leite e carne). Nos municípios de Campo Alegre e Corumbá as prefeituras locais, as entidades de classe e a Secretaria Estadual de Agricultura desenvolvem trabalhos visando agregar valor à produção leiteira.

Em Cumari e Goiandira, são desenvolvidas ações para garantir a exploração racional do barro da região para a fabricação cerâmica: telha, manilhas e peças de artesanato. Em Vianópolis, Silvânia, São Miguel do Passa Quatro, Cristianópolis, Leopoldo de Bulhões, Pires do Rio e Ipameri a soja e o milho têm puxado o desenvolvimento da economia, atraindo indústrias para a região, como a Caramuru, a Olvego, a Granol e outras. Ipameri já é o 12º município mais competitivo de Goiás e o mais novo pólo produtor de algodão.

Os municípios de Três Ranchos e Anhangüera atraem o turismo, pois abrigam lagos formados por usinas hidrelétricas, ponto de convivência de turistas de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. Com a formação do lago da Usina de Corumbá IV, em Luziânia, vários municípios da Estrada de Ferro também foram beneficiados, com a formação de lago e, podem ser desenvolvidos projetos de turismo, de piscicultura e outros.

Em resumo, nos 22 municípios que compõem a Região Estrada-de-Ferro há um dinamismo econômico nos municípios de Catalão, Ipameri, Orizona, Pires do Rio e Silvânia no que se refere às atividades minerais e industriais e agroindustriais. Além disso, Três Ranchos e Anhangüera contam com potencial turístico. As demais cidades são basicamente dependentes do poder público estadual e municipal, sem uma grande renda alternativa. Na verdade, destes, três municípios podem ser considerados como cidades-pólo: Catalão, Ipameri e Pires do Rio. Estes três municípios, do ponto de vista econômico, apresentam através de indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e quantidade de estabelecimentos industriais e comerciais, um aporte econômico na região concentrado em poucos municípios. Nesse sentido, a proposta apresentada pelo geógrafo João de Deus (apud MASAN, 2005) é que o Sudeste Goiano precisa integrar os municípios menores ao processo de desenvolvimento mais acelerado experimentado por cidades pólo como Catalão, Ipameri e Pires do Rio. Ainda o geógrafo afirma em entrevista que “O Sudeste (goiano) registra um desenvolvimento

regional desigual. É preciso que os avanços das cidades-pólos beneficiem também os municípios menores” (MASAN, 2005).

Na verdade, dos 22 municípios da Estrada-de-Ferro, quanto a uma identidade histórica e cultural, guardam esta característica os municípios da Microrregião 17 (IBGE) e os municípios de Pires do Rio, Urutaí e Santa Cruz de Goiás.

c) Classificação do Ministério da Integração Nacional

O Ministério da Integração Nacional implementou o Programa de Desenvolvimento de Mesorregiões, tendo sido adotado um modelo de gestão compartilhada que tem o potencial de promover o fortalecimento das instituições locais. Assim, a atuação ordenada e concertada de diversos municípios pode contribuir para o fortalecimento de cadeias produtivas relevantes. Este planejamento visa o desenvolvimento com competitividade e sustentabilidade. Esta competitividade é a revelação das potencialidades do município em direção à produção econômica. O Programa tem como objetivos “o fomento e federalismo cooperativo, visando à redução das desigualdades sócio-econômicas da Mesorregião pela mobilização do seu potencial endógeno de desenvolvimento” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2001).

Para 2003 e 2004 foram priorizadas ações em 13 Mesorregiões Diferenciadas, como mostra a figura 3.5. Para o período 2005/2007, procedeu-se a uma ampliação do escopo de atuação do Programa, no sentido de incorporar um conjunto seletivo de novas Mesorregiões Diferenciadas, permitindo um melhor enfrentamento da desigualdade regional. São as Mesorregiões do Cristalino (Semi-Árido Nordeste) bem como o espaço pertinente a áreas do Rio Trombetas e da Ilha de Marajó, no Pará.

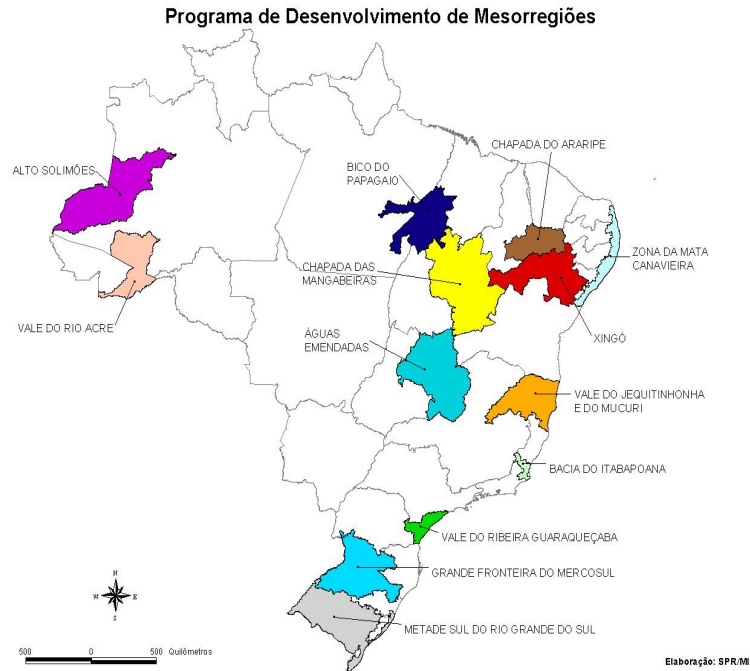


Figura 3.5 – As 13 Mesorregiões Diferenciadas
 Fonte: Ministério da Integração Nacional

A Mesorregião de Águas Emendadas (figura 3.6) abrange parte dos Estados de Goiás e Minas Gerais sendo constituída por 99 municípios, totalizando uma área de 191.063,05 km², com uma população de 1.694.576 habitantes. Esta Mesorregião subdivide-se em 07 microbacias denominadas de unidades para planos estratégicos. A microbacia São Marcos é uma destas 7 unidades que inclui os municípios de Cristalina, Catalão, Campo Alegre de Goiás, Divinópolis de Goiás, Ouidor e Três Ranchos, todos no Estado de Goiás.

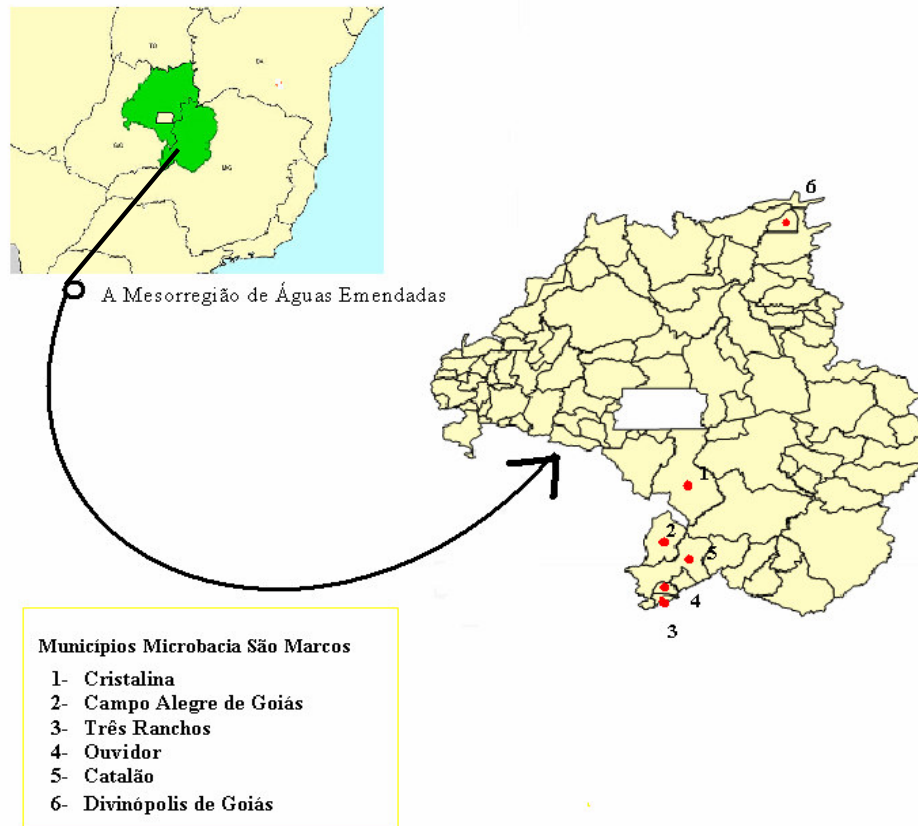


Figura 3.6 – A Mesorregião de Águas Emendadas e os 6 municípios que compõem a Microbasia São Marcos

Fonte: Ministério da Integração Nacional

A utilização da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento, no caso a Microbasia São Marcos, foi adotada pelo MI na área de recursos hídricos. O conceito de gerenciamento de recursos hídricos, por sua vez, envolve uma multiplicidade de aspectos dentre os quais se destacam: atuação de diferentes instituições, sistemas de informação, inovações tecnológicas, recursos humanos especializados, legislação, planejamento, participação pública, educação e conscientização para o uso sustentado do ambiente etc (CHAVES et al, 2004). Em síntese, o gerenciamento de recursos hídricos pode ser definido como “o esforço da sociedade em aproveitar a água de forma racional e justa, respeitando os padrões de qualidade ambiental por ela desejadas” (MACHADO apud CHAVES et al, 2004).

3.5. Conclusões sobre os recortes territoriais

Foram apresentadas três divisões regionais nas quais a região de Catalão e seu entorno estão inseridos. A primeira é feita pelo IBGE, a divisão oficial de todo o Brasil, e é através dela que outros órgãos ou pessoas se orientam para deduzir ou trabalhar novas regiões. É uma divisão para fins estatísticos e não trata cada microrregião com seus problemas e potencialidades.

A divisão em mesorregiões e microrregiões do IBGE tem grande importância na reunião de dados censitários, seguindo os limites municipais. Mas não inclui a dinâmica das transformações físicas, sociais e econômicas no recorte, e, portanto, não confere o desenvolvimento de um planejamento que atenda as necessidades e urgências identificadas em outro possível recorte.

A segunda divisão regional, feita pela SEPLAN-GO, abrange regiões que têm de 16 a 43 municípios, com exceção da Região Metropolitana de Goiânia que tem 11 municípios. São, geralmente, regiões com municípios de fragilidades e potencialidades muito diversas, abrangendo grande extensão territorial, no que concerne à eficácia da implementação de projetos intermunicipais.

A terceira divisão é a do Ministério da Integração Nacional. O Programa de Desenvolvimento de Mesorregiões deste Ministério tem seu planejamento baseado em sub-regiões que compõem uma microbacia, no caso, a Região Microbacia São Marcos, composta por 6 municípios, sendo que quatro deles fazem parte da MRG – 17, conforme classificada pelo IBGE. Embora façam parte deste recorte para planejamento em uma microbacia, os municípios de Cristalina que dista 172 km por rodovia de Catalão, e de Divinópolis de Goiás, a 693 km de Catalão por rodovia e, não fazem divisa com nenhum dos quatro municípios citados pertencentes a MRG –17. Além disso, Cristalina e Divinópolis de Goiás têm históricos de diferentes origens na formação de seus municípios e não compõem uma identidade regional entre si ou com os outros quatro municípios.

É importante colocar nesse contexto das divisões regionais existentes no Sudeste Goiano um dos princípios que regem as propostas de regionalização econômica no Brasil: o princípio da polarização e centralidade urbana, cuja referência empírica são os

estudos do IBGE, Regiões de Influência das Cidades–REGIC e Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos. A pesquisa REGIC-93 qualifica a intensidade de fluxo de bens e serviços entre as cidades, segundo os preceitos teóricos dos lugares centrais e suas áreas de influência, e estabelece uma hierarquia entre as cidades no território brasileiro, classificando-as em 8 níveis.²⁰ Segue as orientações metodológicas de dois estudos anteriores do IBGE, Regiões Funcionais Urbanas (1972) e Regiões de Influência das Cidades (1987). As cidades são classificadas e hierarquizadas segundo seus níveis de centralidade, através da mensuração de suas ligações pelas compras e vendas intermunicipais. O mapeamento de suas áreas de mercado estabelece os contornos geográficos do que poderia ser uma regionalização (LEMOS, 2004).

Estudos demonstram que o Sudeste Goiano é uma área de influência subordinada ao Município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, como pólo regional que dista 100 km de Catalão. Por ser um entroncamento rodoferroviário e estar estrategicamente localizada entre as Regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, Uberlândia possui grandes armazéns, como os da Bunge, da Cargill e da Companhia Vale do Rio Doce, abriga o Porto Seco²¹ do Cerrado e o seu distrito industrial tem moderna infra-estrutura.

A Região do Sudeste Goiano está também sob a área de influência de Goiânia e Brasília, dois principais núcleos urbanos que cumprem funções polares na região. Na figura 3.7 visualizamos a microrregião de Catalão em destaque, e a proximidade com as microrregiões de Brasília, Goiânia e Uberlândia. As setas indicam essas três microrregiões polarizam a microrregião de Catalão.

²⁰ Outras pesquisas também foram elaboradas na questão de hierarquização urbana e áreas de influência, por exemplo: Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil elaborado pelo IPEA/IBGE/NESUR em 1999; A Nova Geografia Econômica do Brasil de autoria de LEMOS e outros e publicado em 2000 e, posteriormente o trabalho de LEMOS, DINIZ e outros intitulado Nova Configuração Regional Brasileira, publicado em 2003; Já o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento elaborado pelo CONSÓRCIO BRASILIANA e publicado em 1999, que trata das áreas de influência dos Eixos Nacionais.

²¹ Portos secos são recintos alfandegados de uso público, situados em zona secundária, nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro. Seu objetivo é facilitar as importações e exportações, a partir de mecanismos alfandegários e de serviços específicos, de produtos das mais diferentes origens.

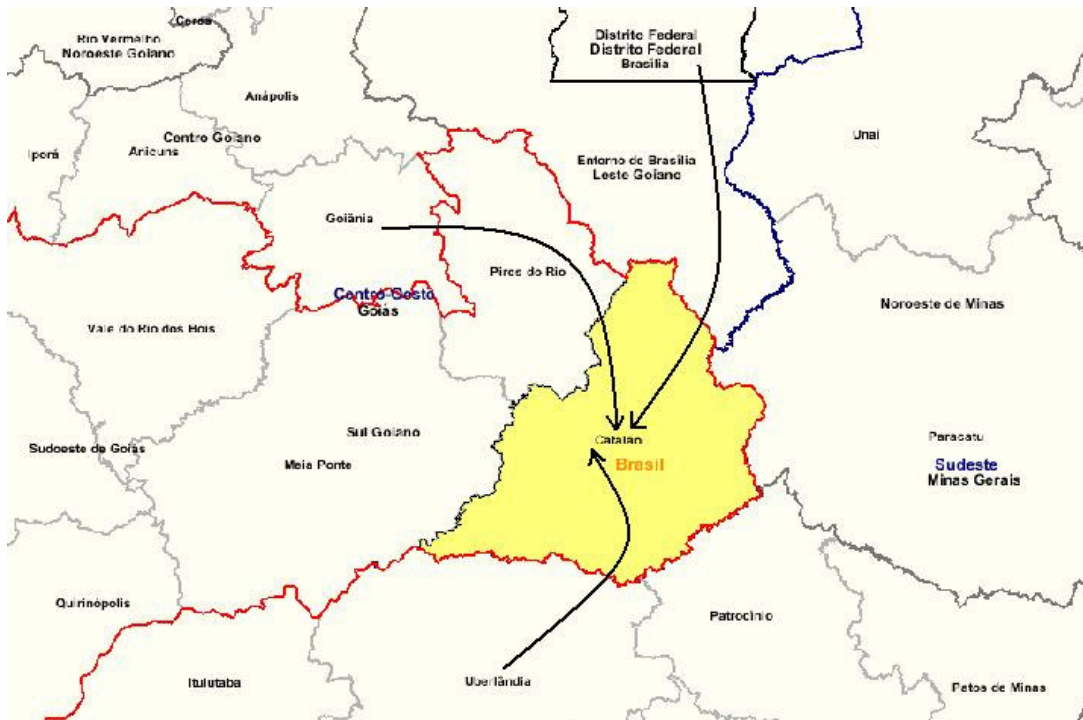


Figura 3.7 – Polaridades na Microrregião de Catalão
 Fonte: adaptado de SEPIN –GO

Por outro lado, Catalão exerce influência direta em todos os municípios que constam da Microrregião 17, classificada pelo IBGE, menos no município de Corumbáiba, que é área de influência de Morrinhos e de Caldas Novas. Estes dados são da pesquisa REGIC – 93 (GUIMARÃES ; RIBEIRO, 2006).

3.6. Critérios para o recorte territorial

A fim de identificar o recorte regional mais adequado para analisar a sustentabilidade das políticas públicas no sudeste goiano – objetivo principal desta pesquisa – temos de levar em consideração alguns fatores e critérios: a identidade territorial regional, a proximidade física e econômica dos municípios e a rede de fluxos de bens e serviços existentes nos municípios.

Por identidade territorial regional, ou identidade local, compreende-se as realidades geográficas físicas e sociais que assumem uma identidade comum histórica e cultural em um local, região. Envolve um conjunto de: relações e interesses que atuam no território; atores sociais que definem suas práticas espaciais e se unem por meio de sua

organização; e programas e políticas governamentais para ações que acabam transformando este território. Esta identidade é sempre um processo; é dinâmica e, não estática. Pode haver diferentes identidades regionais, mas, neste trabalho, foca-se e determina-se *região* em uma escala que possibilita implementação de políticas públicas territoriais, seja por aprimoramento ou reestruturação das já existentes.

Inicialmente, ao observamos novamente a Microrregião–17, de Catalão, estabelecida pelo IBGE, consideramos que há duas cidades que polarizam a região: Ipameri e Catalão. Ipameri com menor abrangência e Catalão com área de influência sobre praticamente toda a microrregião.

A figura 3.8 mostra o mapa rodoviário e de recursos hídricos da microrregião. Ao analisarmos os Municípios de Catalão e Ipameri observamos que:

A cidade de Catalão tem rodovias que a ligam aos municípios de: Ipameri, a noroeste; Davinópolis, a leste(pela BR- 050); Campo Alegre, a nordeste (pela BR-050); Ouidor e Três Ranchos, ao sul; Goiandira, a Oeste; Cumari (pela BR-050 ou por Goiandira) e Anhangüera, a sudoeste. As microbacias desta região têm como principais rios: Veríssimo, São Marcos, Pirapitinga e Paranaíba (este faz divisa com o Estado de Minas Gerais).

A cidade de Ipameri tem rodovias que ligam este município a Catalão, a sudeste; Corumbá, a sudoeste; a Nova Aurora, ao sul (por Corumbá); Campo Alegre, a leste. As microbacias desta região têm como principais rios: Veríssimo, Rio do Braço, Ribeirão Santa Bárbara, Paranaíba (divisa com Minas Gerais) e Corumbá (divisa com outras microrregiões).

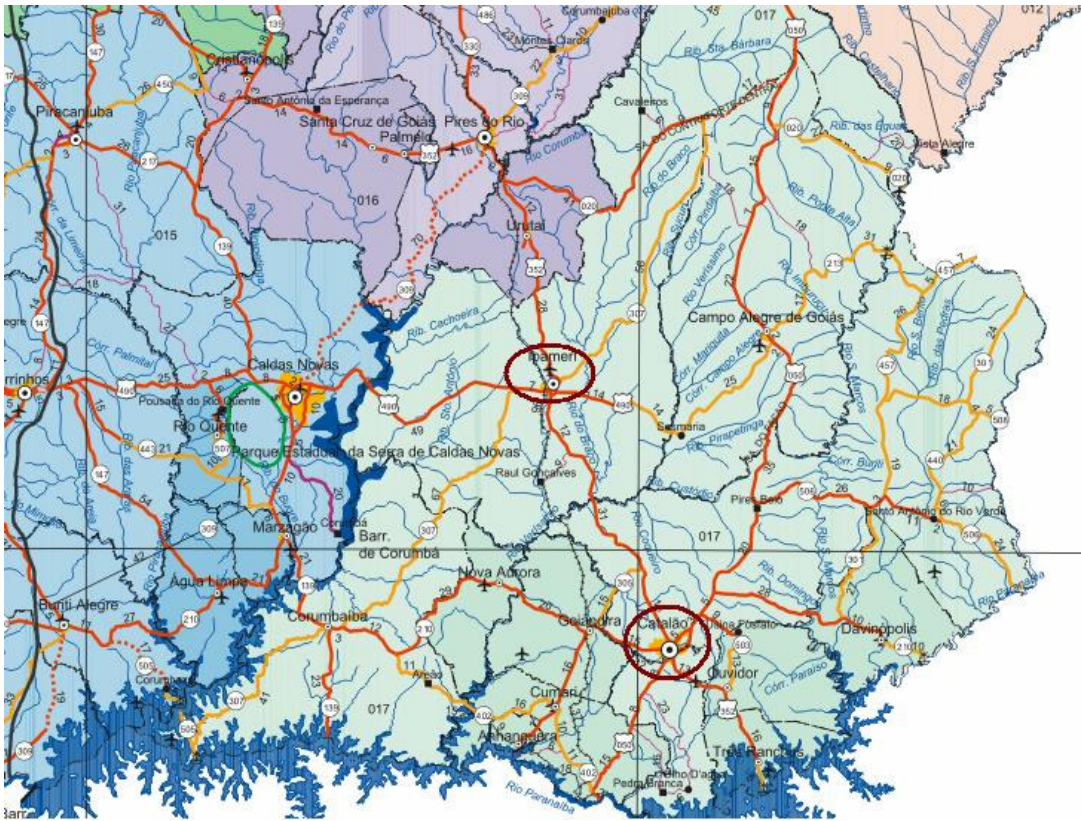


Figura 3.8 – Mapa rodoviário e hidrográfico: Ipameri e Catalão em destaque
 Fonte: adaptado de SEPIN –GO

Podemos considerar um primeiro nível de divisão submicrorregional, em que uma região integre um agrupamento de municípios. Ter-se á então um agrupamento no qual Ipameri é um pólo e outro agrupamento em que Catalão é outro pólo. Nesse sentido, denominaremos Agrupamento (de municípios) Ipameri, de que fazem parte: Ipameri, Corumbá, Nova Aurora e Campo Alegre. E Agrupamento Catalão, de que fazem parte: Catalão, Davinópolis, Ouvidor, Três Ranchos, Goiandira, Cumari e Anhangüera.

Cabe aqui um comentário sobre o termo “pólo”. Neste contexto, em que se considera os municípios Ipameri e Catalão atuando como pólos, não se reforça ou incentiva a idéia de polarização de um município e se deixa os outros municípios subordinados a ele. Seja no sentido de um pólo industrial ou de agropólo, para o desenvolvimento de uma região, estes são em geral de caráter centralizador e setorial.

Na realidade o termo “pólo”, nesta pesquisa, inspira-se – como consta em um dos cenários prognosticados no relatório do Conselho de Análise Econômica da DATAR –

Delegacia para o Ordenamento do Território e a Ação Regional da França²² – no chamado “policentrismo em rede”. No caso do ordenamento territorial na França, o desenvolvimento reforça uma rede formada por 6 grandes “bacias de povoamento”. Este cenário versa sobre um pólo urbano dinâmico em cada uma dessas “bacias de povoamento” unidas por laços de cooperação e integradas em conjuntos territoriais solidários, por sua vez organizados em aglomerações e microrregiões (“*pays*”), criando novos elos de gestão de projetos locais construídos sobre fortes solidariedades humanas. Neste cenário o papel do Estado evoluiria em favor da consolidação territorial, da regulação dos conflitos e da prevenção dos riscos (VEIGA, 2005). Veiga comenta a abordagem deste cenário que a seu ver deveria orientar a política de ordenamento territorial.

Reconhecer a importância estratégica da polarização das atividades e, portanto, a inevitabilidade dos processos de aglomeração, mas fazendo de tudo para multiplicá-los, e não o contrário. Trata-se de conceber uma malha territorial na qual cada uma de suas frações pertence a um espaço de solidariedade construído sobre lógicas de parceria econômica e institucional (VEIGA, 2005).

Neste sentido, fica claro, como se pode observar na figura 3.9, um recorte em dois agrupamentos de municípios na Microrregião do Sudeste Goiano, um no qual Ipameri é pólo e outro no qual Catalão é pólo.

²² Na passagem de 2000 para 2001, o tema de discussão do relatório foi o ordenamento territorial e foi apresentado por Jean-Louis Guigou, diretor da DATAR.



Figura 3.9 – O Agrupamento Ipameri e o Agrupamento Catalão
 Fonte: adaptado de SEPIN –GO

Assim, fica delimitado um recorte espacial para fins de aplicação nesta pesquisa: a região representada pelo agrupamento de municípios – Catalão, Goiandira, Cumari, Anhangüera, Ouvidor, Davinópolis e Três Ranchos, que denominaremos de Sub-Região São Marcos.²³

O desenvolvimento da Sub-Região São Marcos, que está diretamente ligado ao desenvolvimento da Região Sudeste Goiano, passou por quatro fases distintas (GUIMARÃES E RIBEIRO, 2006). A primeira foi o início do transporte ferroviário, quando a Cia. Estrada-de-Ferro Goiás (atual Ferrovia Centro-Atlântica) chega a Catalão em 1913. Apesar de ter ficado a 15 km da cidade, fez a ligação diretamente com a economia paulista retirando de Araguari o monopólio da polarização do comércio regional. Propiciou o desenvolvimento das estações de Goiandira, Ipameri e Roncador. Ainda na década de 1920, uma segunda ferrovia – Rede Mineira de Viação (RMV) – fez a ligação de Catalão com Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Essa situação logística criou um clima de dinamismo na região, que passou a estar integrada com as principais economias do país (GUIMARÃES;RIBEIRO, 2006).

²³ Na delimitação deste recorte regional consideramos a técnica de observação direta aliada a vivência na região.

De acordo com Guimarães e Ribeiro (2006), a fase de polarização reversa, a 2ª fase, ocorre a partir de 1935, quando a ferrovia – Estrada-de-Ferro Goiás (EFG) – foi prolongada até Anápolis, que seria transformada no principal pólo comercial de Goiás. A construção da capital do estado, Goiânia, desloca para esta nova área o centro de polarização estadual. Os autores afirmam que, após a construção de Brasília, ocorreu a fase de marginalização, a 3ª, que ocasionou novamente a descentralização regional. Este período foi ainda caracterizado pela exclusão do Sudeste de Goiás de todos os principais programas federais de expansão e modernização da fronteira agropecuária, estabelecidos em outras regiões do estado, como os projetos coordenados pela Campo²⁴, através do PRODECER e do Projeto de Cooperação Técnica Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão.

A 4ª fase trata-se da expansão industrial em Goiás que refletiu diretamente nos municípios de Catalão e Ouidor, duas cidades marcadas pela proximidade física e industrial. Esta expansão industrial, desde a década de (19)70, é associada à disponibilidade de recursos naturais, no caso, estes dois municípios possuem jazidas minerais de argila refratária, barita, fosfato, nióbio, pirocloro, titânio e vermiculuta. As reservas de fosfato e nióbio são exploradas pela empresa Fosfértil e pelo grupo Anglo American.

O município de Catalão possui um parque industrial que abarca empresas dos setores mineroquímico: Fosfértil, Anglo American (Mineração Catalão e Copebrás), também presentes em Ouidor; metal-mecânico: Mitsubishi Motors Corporation do Brasil – MMC e suas empresas satélites, John Deere (montadora de máquinas agrícolas); indústrias misturadoras de grânulos para fertilizantes: ADM, Adubos Sudoeste, Adubos Araguaia, Fertigran, Bünge e outras – estas últimas vieram a se instalar pela verticalização da produção de fosfato da Copebrás e Fosfértil.

²⁴ No início da década de 1980, as oportunidades de cultivo no Cerrado foram viabilizadas através de projetos e pesquisas coordenados pela Campo, através do PRODECER (crédito oficial do Governo Federal), de que a empresa foi coordenadora – a partir de 1979/80 – quando também foi instituída com o objetivo de coordenar o programa do governo federal que tinha interesses em ocupar regiões do Cerrado para a produção. A Campo é uma empresa de capital privado, binacional, com investidores brasileiros e japoneses (GUIMARÃES ;RIBEIRO, 2006).

O Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, em Catalão, teve implantada em suas áreas de chapada desde a década de (19)80, uma agricultura comercial moderna (uso de fertilizantes e defensivos, máquinas e implementos) capitaneada pela soja. As características físico-naturais da região, relevo plano e abundância em recursos hídricos, bem como a localização geográfica e o baixo preço da terra atraíram produtores rurais do sul e sudeste do país e com isso passou a constituir uma das áreas agricultáveis competitivas do Estado de Goiás, por meio de grandes e médios empreendimentos.

Para Guimarães e Ribeiro (2006), a economia industrial e a agricultura no município de Catalão estão vinculadas ao agronegócio:

...os produtos de suas principais unidades industriais não estão dissociados da demanda oriunda da fronteira agropecuária, pois, mesmo os veículos produzidos pela Mitsubishi Motors Corporation (MMC) têm como principal mercado consumidor as pessoas cuja renda é gerada no agronegócio. Na verdade, do conjunto dos principais produtos industriais de Catalão, apenas os da Mineração Catalão/Anglo American (extração de nióbio) não são destinados ao complexo agropecuário (GUIMARÃES ; RIBEIRO, 2006).

A instalação da MMC, que tem seus produtos destinados, em sua maior parte, às pessoas vinculadas ao agronegócio, teve como determinantes para sua localização em Catalão fatores como: a inserção de Catalão em uma malha rodoviária central que facilita a movimentação dos produtos desta empresa; as políticas de benefícios fiscais dos governos das três instâncias; a ausência de tradição sindical, o que favorece baixos salários e operação da empresa sem greves ou paralisações.

Quanto às políticas de benefícios fiscais dos governos federal – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Regime Automotivo Especial (no caso da MMC), estadual – FOMENTAR e PRODUZIR, e municipal, que foram fonte de atração de investimentos não só da MMC como de outras indústrias estabelecidas em Catalão, vale um breve comentário sobre os benefícios concedidos pela Prefeitura de Catalão para a instalação de indústrias em seu distrito industrial.

Para Brito e Bonelli (1997), dentre as políticas municipais implementadas para o estabelecimento de indústrias nos parques industriais estão inclusos os estímulos à infra-estrutura.

Desde o arrendamento mercantil de bens imóveis, lotes, galpões industriais, máquinas, aparelhos e equipamentos a preços subsidiados até a implantação de distritos agroindustriais dotados de infra-estrutura básica. Além disso, os terrenos nos distritos agroindustriais destinados à implantação ou ampliação de empreendimentos industriais são vendidos a preços simbólicos e em condições favoráveis (BRITO ; BONELLI, 1997).

Especificamente no caso da MMC, a primeira montadora a se instalar no Centro-Oeste, em 1998, houve um acordo entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a empresa de que constam benefícios para a empresa como isenções fiscais (isenção do IPTU por 20 anos, redução do ISSQN), infra-estrutura (urbanização da área), financiamento e benfeitorias na fábrica (SILVA, 2002, pp.100-107).

A extração mineral é outro setor econômico que se destaca em Catalão e provocou transformações na dinâmica espacial de Catalão e região, conformando um complexo mineroquímico em Catalão. No final dos anos 1970, esta atividade dinamizou a utilização da ferrovia que liga Catalão aos Portos de Santos (SP) e de Vitória (ES). A exploração da rocha fosfática – matéria prima para o fertilizante, indispensável à agricultura comercial – extraída nos Municípios de Catalão e de Ouidor era enviada em trens ou caminhões para outros centros, a fim de ser beneficiada como fertilizante e voltava para a região de Catalão para sua utilização nas atividades agrícolas. Mais tarde, a partir de 2002 a verticalização da produção das empresas mineradoras trouxe o aproveitamento e elaboração dos produtos acabados para a própria região, concentrando a produção e o processamento em uma só unidade industrial. A verticalização da produção atraiu as empresas misturadoras de adubo para o Distrito Industrial de Catalão.

Já em Três Ranchos houve uma transformação na sua configuração espacial, com a construção da barragem de Emborcação, Usina Hidrelétrica de Furnas, e o represamento do Rio Paranaíba, resultando no chamado “Lago Azul”. No período de 1991 a 2000 houve uma expansão urbana do município devido à territorialização dos balneários turísticos nas margens da represa.

Os municípios de Anhangüera, Cumari e Goiandira, inseridos no recorte Sub-Região São Marcos, não têm indústrias de porte. Em Davinópolis se concentra a maior parte da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, em construção no Rio São Marcos, com funcionamento previsto para 2009. Com obras iniciadas em fevereiro de 2007, a Usina

Serra do Facão está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

A Sub-Região São Marcos, portanto, tem uma forte polarização exercida pelo município de Catalão, que agrega indústrias e uma agricultura moderna concentrada no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde. As indústrias de maior porte estão voltadas em sua maioria para a área agroindustrial. O município de Catalão concentra também as atividades culturais e educacionais desta sub-região. O Campus Catalão, da Universidade Federal de Goiás (UFG/CAC), conta com mais de 15 cursos de graduação e dois de especialização. O CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão, bem como o SENAI e SENAC, contam com cursos de graduação, seqüenciais, de especialização e técnicos. Na área cultural ocorrem as festividades das congadas comandadas pela Irmandade do Rosário que está presente em Catalão, Goiandira, Pires do Rio e Urutaí, em Goiás e Araguari e Uberlândia, em Minas Gerais. Essas características econômicas, culturais e educacionais definem uma configuração espacial própria para esta sub-região.

Ademais, a identificação de um recorte para o objetivo desta pesquisa pode também inferir na renovação da concepção de território para uma política de ordenamento territorial, na qual um desenvolvimento local de um município-pólo deve se integrar a toda uma sub-região que o circunvizinha, por meio de atividades que apresentem uma unidade de visão. Para Veiga (2006) esta

política de ordenamento exige, antes de tudo, que ele seja entendido como ator de um esforço constante de desenvolvimento, mas de um desenvolvimento no qual a coesão social é simultaneamente uma aposta e uma alavanca. Neste sentido, três *insights* têm sido cada vez mais enfatizados: a necessidade de combinar concorrência com cooperação; a necessidade de combinar conflito com participação; e a necessidade de combinar o conhecimento local e prático com o científico. (VEIGA, 2006).

As características de cooperação e participação devem permear as questões de conflito e desigualdades que estão presentes na sub-região para uma melhor governabilidade.

Segundo o Pacto de Concertamento, lei integrante do PPA2004/2007²⁵, a cooperação entre entes federados representa uma nova forma de condução da ação pública

²⁵ Pacto de Concertamento foi explanado no Capítulo 1, como um dos marcos regulatórios de estratégia de desenvolvimento territorial.

governamental. A reflexão que se coloca é que diante de uma conjuntura na qual os recursos são escassos e limitados, a sincronização e a complementaridade de ações de mais de um ente público sobre um mesmo território selecionado e com objetivos similares pode maximizar os resultados para a comunidade daquele território (BRASIL, 2005).

O próximo capítulo trata das políticas públicas territoriais federais e estaduais presentes no recorte da Sub-Região São Marcos e os aspectos relacionados à sustentabilidade das mesmas.

Capítulo 4 - Avaliação da Sustentabilidade das Políticas Públicas Territoriais no Sudeste Goiano

No primeiro capítulo vimos a necessidade de internalização das dimensões da sustentabilidade na formulação das políticas públicas territoriais. Neste sentido, faz-se necessário observar que as dimensões da sustentabilidade apresentadas têm a finalidade de servir de parâmetro para a análise aos programas de política pública territorial dos Planos Plurianuais de nível federal e estadual de Goiás (2004/2007). Quanto aos PPAs da esfera municipal (2006/2009) de cada um dos 7 municípios inseridos no recorte territorial Sub-Região São Marcos, proposto no capítulo 2, estes carecem de uma base estruturante e seqüência de programas e propostas que viabilizem seu estudo nesta pesquisa.

Este quarto capítulo trata da identificação das políticas públicas territoriais dos PPAs 2004/2007 nos níveis federal e estadual presentes no recorte feito para este estudo da região do Sudeste Goiano, denominado Sub-Região São Marcos. Foi criada uma matriz de sustentabilidade com a definição de critérios e parâmetros para avaliar cada programa federal e estadual presente na Sub-Região São Marcos.

Neste contexto, o foco está na análise das políticas públicas territoriais, estadual e federal, presentes em cada município do recorte territorial Sub-Região São Marcos, verificando também se há sobreposição de ações dos dois níveis de atuação em cada município e articulação entre estes níveis. Organizações privadas e sem fins lucrativos, bem como o setor industrial nesta região, também têm desenvolvido iniciativas e programas inovadores, pela razão de o setor industrial causar impacto territorial na região. Mas as organizações privadas e o setor industrial estão fora do escopo desta pesquisa.

A definição de critérios e parâmetros nas dimensões de sustentabilidade em relação a cada programa de rebatimento territorial atuante na Sub-Região São Marcos objetiva uma avaliação, e que esta, por sua vez, propicie a oportunidade de se planejar as

políticas públicas municipais (no âmbito do Agrupamento Catalão), segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2005b), “enquanto elemento da cooperação intergovernamental, respeitando as competências e atribuições de cada ente federativo”.

4.1. Políticas públicas territoriais - PPA federal 2004/2007

No PPA 2004/2007 encontram-se aspectos de rebatimento territorial, em seus programas e ações, desde impactos diretos de desenvolvimento territorial nas chamadas áreas estruturantes do PPA: de desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, meio ambiente, desenvolvimento urbano (habitação, saneamento), até impactos territoriais menos diretos como as áreas estruturantes de desenvolvimento social, educação e saúde. Incluem-se também as áreas de transporte, energia, comunicações e recursos hídricos, em que alguns programas destas áreas têm rebatimento territorial.

Num total de 374 programas aprovados na Lei do PPA 2004/2007, 303 estão classificados no planejamento do PPA, quanto a sua natureza, como finalísticos, ou seja, programas que resultam em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Nesta pesquisa, selecionamos 72 programas do PPA federal que apresentam rebatimento territorial. A triagem destes programas foi feita a partir da análise de seus objetivos, e se encaixam dentro dos seguintes temas territoriais, como mostra o Quadro 4.1:

Quadro 4.1 – Temas territoriais para classificação de programas do PPA

a- infra-estrutura (energia, rodovias, hidrovias, portos, ferrovias, aeroportos)
b- proteção do meio ambiente – unidades de conservação
c- habitação
d- reforma agrária
e- saneamento
f- uso dos recursos naturais (recursos hídricos, macro drenagem, florestas)
g- caráter regional
h- planejamento e ordenamento territorial
i- rebatimento territorial indireto: contribuição para a descentralização e/ou participação
j- caráter urbano/ conservação de patrimônio histórico
l- desenvolvimento econômico

O Quadro 6.1, no Anexo, lista cada um dos 72 programas selecionados do PPA federal 2004/2007, com o nome, objetivo, público-alvo, ações e projetos do programa e a classificação, seguindo a ordem dos temas territoriais acima elencados. As ações e projetos do programa, incluídos nesta tabela, são aqueles que mais caracterizam o objetivo do programa. Algumas ações que se repetem em municípios diversos foram generalizadas como uma só ação. Alguns programas apresentam mais de uma categoria de classificação.

4.2. Plano Plurianual 2004/2007 – Plano Goiás Século XXI “Avançar Mais”

Este é o segundo PPA elaborado pelo Estado de Goiás e visa um modelo de planejamento estratégico como no PPA anterior. É constituído por 90 programas distribuídos em quatro linhas estratégicas:

- 1- Goiás competitivo e pólo econômico regional;
- 2- Goiás cidadania com melhoria da qualidade de vida;
- 3- Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado;
- 4- Administração pública moderna e empreendedora e união política por Goiás.

Segundo o governo do Estado de Goiás,

Os 90 (noventa) programas que compõem o PPA 2004/2007 são o resultado de demandas da sociedade e do esforço de todos os órgãos do governo. Constituem um todo, integrado e articulado, de ações estratégicas para Goiás Avançar Mais em seu processo de desenvolvimento e construção da cidadania para todos os goianos (GOIÁS, 2003).

Do total de programas do PPA estadual 2004/2007, 26 foram selecionados para análise desta pesquisa, como de rebatimento territorial. O Quadro 6.2, no Anexo, lista os programas, da mesma forma que o Quadro 6.1 de programas do PPA federal. Constan nome, objetivo, público-alvo, ações e secretaria estadual responsável pelo programa. A classificação também segue a tabela 4.1 de categorias, de “a” a “i”, e categorias de classificação destes programas como de caráter urbano e desenvolvimento econômico.

Portanto, o critério de seleção dos programas obedeceu à identificação de um rebatimento territorial nos temas territoriais descritos na Tabela 4.1, no que diz respeito aos objetivos e ações destes programas quanto:

- a) à implantação de infra-estrutura como energia, rodovias, hidrovias, portos, ferrovias, aeroportos;
- b) à conservação, recuperação e proteção do meio ambiente natural;
- c) a políticas habitacionais;
- d) à reforma agrária no que concerne a regularização e demarcação fundiária;
- e) à implantação e melhorias no sistema de abastecimento de água e saneamento;

- f) ao uso de recursos naturais seja por meio do manejo florestal ou de recursos hídricos ou macrodrenagem;
- g) ao caráter regional no que diz respeito ao desenvolvimento da equidade territorial-regional;
- h) ao planejamento, ordenamento territorial e formulação de políticas bem como meios para sua execução nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental;
- i) ao rebatimento territorial indireto: arranjos institucionais nas estruturas de gestão com ênfase na descentralização política e administrativa, na participação social e na valorização das iniciativas locais de produção, com oportunidade de maior participação no processo decisório;
- j) ao caráter urbano: conservação de patrimônio histórico, gestão de serviços urbanos e implementação dos instrumentos no Estatuto da Cidade e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
- l) ao desenvolvimento econômico no sentido de políticas de projetos de apoio à dinamização econômica de setores e regiões.

4.3. Programas de rebatimento territorial do PPA 2004/2007 federal presentes em um ou mais dos sete municípios da Sub-Região São Marcos.

São apresentados a seguir dados de convênios celebrados entre os municípios da Sub-Região e o governo federal, através dos ministérios, sendo a Caixa Econômica Federal o órgão mediador de financiamento. Na realidade, nas tabelas abaixo estão definidos sub-programas inseridos em programas do PPA federal 2004/2007. Como se tornaria muito extensa a classificação de cada sub-programa em relação ao seu programa de origem, discriminados no Quadro 6.1 (vide Anexo), e por estar fora do escopo dessa dissertação, optou-se pela apresentação apenas dos sub-programas celebrados com cada município. Portanto, uma avaliação de sustentabilidade de programas será feita a partir do PPA estadual.

Quadro 4.2- Convênios PPA Federal em Anhangüera

Nº Original	Objeto do Convênio	Órgão Superior (Descrição - Código)	Concedente (Descrição - Código)	Conveniente (Descrição - Código)	Valor Convênio	Valor Liberado	Publicação	Início Vigência	Fim da Vigência
CR.NR.0213111-32	INFRA -ESTRUTURA TURISTICA LOCALIZADA ÀS MARGENS DO LAGO DA CIDADE DE ANHANGÜERA GO	MINISTÉRIO DO TURISMO - 54000	CEF/MINISTÉRIO DO TURISMO/MTUR - 540007	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHANGÜERA - 01127430000131	0,00	13.400,00	11/01/2007	29/12/2006	30/01/2008
CR.NR.0179394-26	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA AUTORIZADO PELO OFÍCIO MTUR N 0458 2005	MINISTÉRIO DO TURISMO - 54000	CEF/MINISTÉRIO DO TURISMO/MTUR - 540007	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHANGÜERA - 01127430000131	100.000,00	10.006,69	22/12/2005	20/12/2005	30/06/2007
CR.NR.0168055-91	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - AUTORIZADO PELO OFÍCIOMTUR N 0146/2004	MINISTÉRIO DO TURISMO - 54000	CEF/MINISTÉRIO DO TURISMO/MTUR - 540007	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHANGÜERA - 01127430000131	80.000,00	7.881,00	08/07/2004	02/07/2004	30/03/2006

Quadro 4.3 – Convênios PPA Federal em Catalão

Nº Original	Objeto do Convênio	Órgão Superior (Descrição - Código)	Concedente (Descrição - Código)	Conveniente (Descrição - Código)	Valor Convênio	Valor Liberado	Publicação	Início Vigência	Fim da Vigência
CR.NR.0201837-53	PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE MEIO FIOS E SARJETAS E REVESTIMENTO VEGETAL	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	CATALÃO PREFEITURA - 01505643000150	0,00	40.271,16	28/11/2006	04/11/2006	30/10/2007
CV 0603/06	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.	MINISTERIO DA SAUDE - 36000	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF - 255000	CATALÃO PREFEITURA - 01505643000150	0,00	40.000,00	30/06/2006	20/06/2006	20/06/2007
49001157200600114	APOIO ÀS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIULAS E IMPLANTAÇÃO DE BANCOS DE SEMENTES EM COMUNIDADES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - 49000	MIN. DESENV. AGRÁRIO- ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 490011	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE MINIS E PEQUENOS PRODUTORES R - 04	267.632,00	37.800,00	26/10/2006	06/10/2006	31/03/2007
CR.NR.0184967-57	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA CATALÃO -GO AUTORIZADO PELO OFÍCIO MCIDADES N 8929 2005	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	CATALÃO PREFEITURA - 01505643000150	0,00	68.705,44	30/12/2005	28/12/2005	30/10/2007
CR.NR.0177	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE	MINISTÉRIO DAS	CAIXA ECONÔMICA	CATALÃO PREFEITURA -	0,00	80.357,19	28/12/2005	27/12/2005	30/10/2007

892-19	OBRAS DE INFRA -ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES AÇÕES DE INFRA -ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO PELO OFÍCIO MCIDADES N 7347 2005	CIDADES - 56000	FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	01505643000150					
EP 1652/04	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO	MINISTÉRIO DA SAÚDE - 36000	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF - 255000	CATALÃO PREFEITURA - 01505643000150	95.884,04	146.669,62	31/12/2004	15/12/2004	22/02/2007
CR.NR.0165 538-67	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTR URB EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABIT. AÇÕES DE INFRA- ESTRUTURA URBANA CATALÃO -GO OFÍCIO M. CIDADES 2574/04	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	CATALÃO PREFEITURA - 01505643000150	500.000,00	25.475,69	05/07/2004	30/06/2004	30/06/2006

Quadro 4.4 – Convênios PPA Federal em Cumari

CR.NR.0213 113-51	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO TURISTA	MINISTÉRIO DO TURISMO - 54000	CEF/MINISTÉRIO DO TURISMO/MTUR - 540007	CUMARI PREFEITURA - 01302728000130	0,00	20.853,18	08/01/2007	28/12/2006	30/12/2007
34000157200 600504	OBJETO: APOIO AO PROJETO: "MODERNIZAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CUMARI".	MINISTÉRIO DA CULTURA - 42000	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC - 340001	CUMARI PREFEITURA - 01302728000130	0,00	16.000,00	10/01/2007	29/12/2006	25/08/2007
CV 1125/02.A	EXECUÇÃO DE SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	MINISTÉRIO DA SAÚDE - 36000	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF - 255000	CUMARI PREFEITURA - 01302728000130	40.000,00	5.592,94	27/12/2002	16/12/2002	25/09/2004
EP 2177/01	EXECUÇÃO DE SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	MINISTÉRIO DA SAÚDE - 36000	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF - 255000	CUMARI PREFEITURA - 01302728000130	40.000,00	5.965,21	21/01/2002	21/01/2002	03/01/2004
CR.NR.0101 181-10	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CUMARI	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	CUMARI PREFEITURA - 01302728000130	50.000,00	5.000,00	18/07/2000	30/06/2000	30/06/2001

Quadro 4.5 – Convênios PPA Federal em Davinópolis

TC/1162/MD S/2004	CONSTRUÇÃO.AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTROS PUBLICOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE.	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000	COORD.GERAL DO FUNDO NACIONAL DE ASS.SOCIAL - 330013	PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINOPOLIS - 01130277000100	0,00	2.000,00	23/12/2004	23/12/2004	29/12/2006
-------------------	---	---	--	--	------	----------	------------	------------	------------

Quadro 4.6- Convênios PPA Federal em Goiandira

Nº Original	Objeto do Convênio	Órgão Superior (Descrição - Código)	Concedente (Descrição - Código)	Convenente (Descrição - Código)	Valor Convênio	Valor Liberado	Publicação	Início Vigência	Fim da Vigência
CR.NR.0213476-47	EXECUÇÃO 3.750 m DE MEIO FIO COM SARJETA E 3.729 m DE MEIO FIO SEM SARJETA	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	GOIANDIRA PREFEITURA - 01303221000100	0,00	3.000,00	09/01/2007	28/12/2006	30/08/2007
CR.NR.0195337-66	RECAPEAMENTO EM TSD COM CAPA SELANTE	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	GOIANDIRA PREFEITURA - 01303221000100	0,00	9.750,00	05/12/2006	17/11/2006	30/10/2007
CR.NR.0180245-37	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100. 000 HABITANTES AÇÕES DE INFRA- ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO PELO OFÍCIO MCIDADES N 7705 2005	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	GOIANDIRA PREFEITURA - 01303221000100	0,00	5.400,00	23/12/2005	22/12/2005	30/06/2007
CV 146/04	SISTEMA DE RESIDUOS SOLIDOS.	MINISTÉRIO DA SAUDE - 36000	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF - 255000	GOIANDIRA PREFEITURA - 01303221000100	232.798,00	8.999,93	01/07/2004	30/06/2004	15/06/2008
CR.NR.0163965-96	APOIO AO PODER PÚBL CONST HABIT FAM BAIXA RENDA CONST HABIT POP - GOIANDIRA - GO - OF MCIDADES 1751/04	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	GOIANDIRA PREFEITURA - 01303221000100	100.000,00	10.000,00	01/07/2004	29/06/2004	30/06/2007

Quadro 4.7- Convênios PPA Federal em Ouvidor

TC/0458/FNAS/ 2006	CONSTRUÇÃO	MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000	COORD.GERAL DO FUNDO NACIONAL DE ASS.SOCIAL - 330013	OUVIDOR PREFEITURA - 01131010000129	0,00	23.030,00	03/01/2007	29/12/2006	29/12/2007
EP 1990/01	EXECUÇÃO DE SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	MINISTÉRIO DA SAÚDE - 36000	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF - 255000	OUVIDOR PREFEITURA - 01131010000129	40.000,00	4.444,44	21/01/2002	21/01/2002	11/09/2003

Quadro 4.8 – Convênios PPA Federal em Três Ranchos

Nº Original	Objeto do Convênio	Órgão Superior (Descrição - Código)	Concedente (Descrição - Código)	Conveniente (Descrição - Código)	Valor Convênio	Valor Liberado	Publicação	Início Vigência	Fim da Vigência
CR.NR.021321 6-98	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA	MINISTÉRIO DO TURISMO - 54000	CEF/MINISTÉRIO DO TURIS MO/MTUR - 540007	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	0,00	4.000,00	11/01/2007	28/12/2006	30/08/2007
CR.NR.021245 5-79	REFORMA E COBERTURA DE QUADRA POLIESPOR TIVA	MINISTÉRIO DO ESPORTE - 51000	CEF/MINISTÉRIO DO ESPOR TE - 180006	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	0,00	8.000,00	10/01/2007	28/12/2006	30/11/2007
CR.NR.021349 9-19	CONSTRUÇÃO DE REDE PARA DRENAGEM PLUVIAL NA R ALCEBÍADES OSORIO RODRIGUES -VILA BARBOSA	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDE RAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	0,00	27.200,00	10/01/2007	28/12/2006	30/11/2007
CV 0631/05	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES.	MINISTÉRIO DA SAÚDE - 36000	FUNDA ÇÃO NACIO NAL DE SAÚDE - DF - 255000	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	120.000,00	6.076,70	27/12/2005	20/12/2005	31/08/2007
CR.NR.018027 2-72	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100 000	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDE RAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	117.000,00	6.450,00	27/12/2005	26/12/2005	30/06/2007

	HABITANTES AÇÕES DE INFRA ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO PELO OFÍCIO MCIDADES N 7705 2005								
CR.NR.017775 9-95	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES AÇÕES DE INFRA -ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO PELO OFÍCIO MCIDADES N 7336 2005	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	146.250,00	8.050,00	24/12/2005	23/12/2005	30/06/2007
CR.NR.017758 5-96	APOIO AO PODER PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA APOIO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM MUNICÍPIOS ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO PELO OFÍCIO MCIDADES N 7189 2005	MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS - 175004	TRÊS RANCHOS PREFEITURA - 01304286000161	97.500,00	7.800,00	29/12/2005	26/12/2005	30/06/2007

4.4. Programas de reatamento territorial do PPA 2004/2007 estadual presentes em um ou mais dos sete municípios da Sub-Região São Marcos

Quadro 4.9 – Convênios PPA Estadual em Anhangüera
Fonte: SEPLAN-GO

<u>ANHANGÜERA (6 programas conveniados)</u>		
REALIZAÇÃO	FÍSICO(unidades)	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	11 contratos	69.115,23
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	5 financ	65.857,34
PROGRAMA APOIO AOS MUNICÍPIOS - CONVÊNIOS		
Convênio para pavimentação asfáltica	01	55.000,00
PROGRAMA GESTÃO , CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Inspeção realizada	9	
Licença para funcionamento e instalação	7	
Licença para uso de solo	5	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Rede de distribuição rural	2,10 Km	27.520,00
Unidade rural atendida com Trafo	3	7.200,00
Rede de baixa tensão distribuída	0,50 Km	20.386,00
Medidor instalado	15	1.294,00
Linha de distribuição e alimentadores instalados	0,30 Km	32.111,00
Energia elétrica para o consumidor final disponibilizada	75 Kva	2.635,64
PROGRAMA IMPLANTAÇÃO/ AMPLIAÇÃO DOS SIST. DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO		
Perfuração de poço tubular profundo	02	37.778,69

Quadro 4.10 – Convênios PPA Estadual em Catalão

Fonte: SEPLAN-GO

CATALÃO (13 programas conveniados)		
REALIZAÇÃO	FÍSICO(unidades)	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	1.175 contratos	7.220.429,02
Famílias beneficiadas com Kits de sementes	600 famílias	1.480,00
Famílias beneficiadas com lavoura comunitária	208	31.627,97
Família rural assistida com ações sociais	1.072	128.769,95
Kit de irrigação distribuído	1 kit	4.100,00
Produtor rural beneficiado com assistência técnica e extensão rural	1.399	138.324,67
PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO		
Centro Cultural equipado		395.000,00
Construção Centro Cultural Labiba Faiad		2.900.000,00
Restauração Igreja Stº Antonio Do Rio Verde		74.471,37
Pintura Igreja Velha Matriz		14.916,00
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	859 financ	22.137.433,18
PROGRAMA APOIO AOS MUNICÍPIOS - CONVÊNIOS		
Convênio para construção da biblioteca e anfiteatro da UFG	1	2.000.000,00
Convênio para conclusão da biblioteca e projetos	1	420.000,00
Convênio para aquisição de equipamento para creche	1	20.000,00
PROGRAMA MORADA NOVA		
Cheque construção	02	5.000,00
Cheque reforma	272	191.250,00
Cheque rural	62	74.100,00
INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇO		
Empresas beneficiadas com isenção de ICMS	03	45.720.405,89
Iluminação no distrito industrial da cidade		139.982,34
Instalação de alambrado na estação de tratamento de água/esgoto do dist. Industrial		75.981,64
Implantação de leitos de segurança na estação de tratamento de esgoto do dist. Industrial		130.105,00
PROGRAMA GESTÃO , CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Advertência do uso do solo realizada	21	
Advertência em áreas poluidoras	39	
Auto de infração	18	
Licença para funcionamento e instalação	238	
Licença para uso de solo	30	
Licença para exploração florestal	71	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Energia elétrica disponibilizada ao sistema		
Energia elétrica para o consumidor final disponibilizada	2.356 KVA	613.970,62
Rede de distribuição rural	105.60	1.085.531,21
Unidade rural atendida com Trafo	169	357.352,74

Rede de baixa tensão distribuída	39,20 Km	1.291.523,36
Medidor instalado	5.647	732.076,51
Linha de distribuição e alimentadores instalados	5,40 Km	524.731,69
PROGRAMA AEROPORTUÁRIO		
Reforma de aeródromo		141.632,92
PROGRAMA ASFALTO NOVO		
Ruas pavimentadas	35.120 m ²	161.840,65
PROGRAMA CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA		
Drenagem executada		380.578,10
Construção de ponte	25 m	436.373,33
Conservação terceirizada de rodovias		13.732.563,55
PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO REFORMA DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS		
Ampliação de cadeia		552.553,42
PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO		
Terraplanagem e pavimentação de estradas	20,60 Km	8.356.242,86

Quadro 4.11 – Convênios PPA Estadual em Cumari
 Fonte: SEPLAN-GO

CUMARI (7 programas conveniados)		
REALIZAÇÃO	FÍSICO	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	99	480.311,71
Famílias beneficiadas com Kits de sementes	200	280,00
Famílias beneficiadas com lavoura comunitária	327	48.415,80
Kit de irrigação distribuído	01	5.419,00
Produtor rural beneficiado com assistência técnica e extensão rural	160	6.735,77
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	78	1.392.315,08
PROGRAMA APOIO AOS MUNICÍPIOS - CONVÊNIOS		
Convênio pra iluminação do estádio	1	125.000,00 *
Convênio para pavimentação urbana	1	85.000,00
PROGRAMA MORADA NOVA		
Cheque construção	20	40.000,00
Cheque reforma	70	51.500,00
PROGRAMA GESTÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Advertência do uso do solo realizada	2	
Advertência em áreas poluidoras	1	
Auto de infração	2	
Licença para funcionamento e instalação	23	
Licença para uso de solo	21	
Licença para exploração florestal	12	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Energia elétrica disponibilizada ao sistema		
Energia elétrica para o consumidor final disponibilizada	75	4.732,35
Rede de distribuição rural	2,30 Km	33.792,00
Unidade rural atendida com Trafo	13	33.600,00
Rede de baixa tensão distribuída	1,40 Km	24.681,04
Medidor instalado	99	15.726,03
Linha de distribuição e alimentadores instalados	0,30 Km	6.936,98
PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO		
Terraplanagem e pavimentação de estradas	4,30 Km	3.071.684,82

Quadro 4.12 – Convênios PPA Estadual em Davinópolis
 Fonte: SEPLAN-GO

DAVINÓPOLIS (6 programas conveniados)		
REALIZAÇÃO	FÍSICO	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	170	1.252.013,65
Famílias beneficiadas com Kits de sementes	350	730,00
Kit de irrigação distribuído	10	4.100,00
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	122	1.425.071,52
PROGRAMA MORADA NOVA		
Cheque construção	25	52.500,00
Cheque reforma	30	23.250,00
PROGRAMA GESTÃO , CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Advertência em áreas poluidoras	3	
Auto de infração	2	
Auto de inspeção	13	
Licença para funcionamento e instalação	22	
Licença para uso de solo	9	
Licença para exploração florestal	15	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Rede de distribuição rural	21,60 Km	153.069,23
Unidade rural atendida com Trafo	27	45.038,25
Rede de baixa tensão distribuída	2,10 Km	16.034,51
Medidor instalado	91	10.662,06
PROGRAMA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTO SANITÁRIO		
Perfuração de poço tubular profundo	5	98.978,37

Quadro 4.13 – Convênios PPA Estadual em Goiandira
Fonte: SEPLAN-GO

GOIANDIRA (11 programas conveniados)		
REALIZAÇÃO	FÍSICO	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	200	1.260.833,01
Famílias beneficiadas com Kits de sementes	100	1.200,00
Famílias beneficiadas com lavoura comunitária	600	14.565,25
Família rural assistida com ações sociais	179	70.368,49
Produtor rural beneficiado com assistência técnica e extensão rural	199	12.502,59
PROGRAMA CELEIRO NOVO		
Animal vacinado com outras doenças	117.060	17.873,81
Áreas de lavouras assistidas	326 há	1.081,13
Bovino vacinado contra febre aftosa	176.585	6.901,50
Emissão de guia de trânsito animal	1.945	16.164,91
Inspeção, apreensão de produtos	13	38.411,03
Produtor rural beneficiado com assistência técnica e extensão rural	19	8.888,10
Rebanho bovino assistido	15.851	7980,00
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	167	2.849.315,91
PROGRAMA APOIO AOS MUNICÍPIOS - CONVÊNIOS		
Convênio para recapeamento asfáltico	1	150.000,00 *
PROGRAMA MORADA NOVA		
Cheque construção	34	85.000,00
Cheque reforma	75	70.200,00
Cheque rural	16	32.000,00
PROGRAMA GESTÃO , CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Advertência do uso do solo realizada	1	
Advertência em áreas poluidoras	1	
Auto de infração	1	
Auto de inspeção	24	
Licença para funcionamento e instalação	25	
Licença para uso de solo	8	
Licença para exploração florestal	22	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Energia elétrica para o consumidor final disponibilizada	225 Kva	68.113,49
Rede de distribuição rural	27,20 km	266.289,20
Unidade rural atendida com Trafo	66	152.866,71
Rede de baixa tensão distribuída	2,20 Km	39.418,15
Medidor instalado	70	7.008,91
PROGRAMA ASFALTO NOVO		
Ruas pavimentadas	30.250 m ²	299.658,07
PROGRAMA CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA		
Rodovia reabilitada	2 Km	140.902,75
PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO		
Terraplanagem e pavimentação de estradas	15,20 km	6.447.218,21

PROGRAMA GOIÁS COM MAIS SAÚDE E CIDADANIA		
Implantação de Kits sanitários	96	100.824,04

Quadro 4.14 – Convênios PPA Estadual em Ouvidor

Fonte: SEPLAN-GO

<u>OUVIDOR (6 programas conveniados)</u>		
REALIZAÇÃO	FÍSICO(unidades)	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	127	680.610,86
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	71	562.018,42
PROGRAMA MORADA NOVA		
Cheque construção	111	229.500,00
Cheque reforma	115	88.500,00
Cheque rural	24	48.000
Cheque comunitário	6	120.000,00
Cheque infra estrutura	1	8.000,00
PROGRAMA GESTÃO , CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Advertência em áreas poluidoras	4	
Auto de infração	2	
Auto de inspeção	13	
Licença para funcionamento e instalação	22	
Licença para uso de solo	9	
Licença para exploração florestal	5	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Energia elétrica para o consumidor final disponibilizada	45	4.354,19
Rede de distribuição rural	2,40 km	30.336,00
Unidade rural atendida com Trafo	17	40.800,00
Rede de baixa tensão distribuída	3,40km	56.963,70
Medidor instalado	130	9.720,31
PROGRAMA ASFALTO NOVO		
Ruas pavimentadas	52.000 m ²	244.965,00

Quadro 4.15 – Convênios PPA Estadual em Três Ranchos
 Fonte: SEPLAN-GO

TRES RANCHOS (7 programas conveniados)		
REALIZAÇÃO	FÍSICO(unidades)	FINANCEIRO
PROGRAMA AGROFAMILIAR		
Contrato financiado pelo Pronaf	258	1.474.553,48
Famílias beneficiadas com Kits de sementes	250	430,00
Famílias beneficiadas com lavoura comunitária	60	4.623,30
Família rural assistida com ações sociais	40	87,20
Kit de irrigação distribuído	1	4.100,00
Produtor rural beneficiado com assistência técnica e extensão rural	340	6.972,12
PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO		
Financiamento concedido pelo FCO	157	1.654.335,02
PROGRAMA APOIO AOS MUNICÍPIOS - CONVÊNIOS		
Convênio para pavimentação asfáltica	01	1.012.874,80 *
PROGRAMA MORADA NOVA		
Cheque construção	21	52.500,00
Cheque reforma	5	4.200,00
PROGRAMA GESTÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Advertência em áreas poluidoras	3	
Advertência do uso do solo	4	
Auto de infração	11	
Auto de inspeção	7	
Licença para funcionamento e instalação	7	
Licença para uso de solo	4	
Licença para exploração florestal	9	
PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES		
Energia elétrica para o consumidor final disponibilizada	120 kva	5.059,00
Rede de distribuição rural	1 km	12.288,00
Unidade rural atendida com Trafo	4	9.600,00
Rede de baixa tensão distribuída	2,30 km	52.613,26
Medidor instalado	50	5.695,16
PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO		
Terraplanagem e pavimentação de estradas	2,60 km	1.294.528,79

* não estão pagas o valor total.

4.5. Análise das dimensões de sustentabilidade dos programas do PPA estadual atuantes na Sub-Região no período 2004/2007

A criação de uma estrutura de matriz de sustentabilidade foi a forma encontrada para a avaliação de sustentabilidade de cada programa do PPA estadual atuante em cada um dos sete municípios da Sub-Região São Marcos.

Na matriz uma coluna vertical é dedicada aos eixos temáticos e cada programa se relaciona a quatro eixos. Os eixos temáticos envolvem as dimensões da sustentabilidade já citadas no capítulo 3 e foram selecionados quatro eixos temáticos de sustentabilidade: social, ambiental, econômico e político-institucional, considerados como básicos. Poderiam ser agregados outros temas/eixos temáticos, mas devido à brevidade desta pesquisa, concentrou-se nestes quatro eixos. Uma outra coluna refere-se aos critérios e parâmetros que se quer focar quanto ao grau de sustentabilidade de eixo temático, de acordo com os objetivos do programa. Por fim uma outra coluna refere-se a valoração destes critérios ou parâmetros, que tem classificação de valores -1, 0 e +1. A baixa sustentabilidade seria -1, média sustentabilidade 0 e boa sustentabilidade +1. Afim de se obter a média de cada eixo temático, de acordo com os parâmetros apresentados, na coluna *valoração*, optou-se em especificar se cada parâmetro está ou não presente no programa, por meio de *sim* (parâmetro presente no programa) e *não* (o parâmetro não está presente no programa).

A valoração dos quatro eixos temáticos tem uma média final, apresentada na última coluna, com resultado podendo variar como: baixa sustentabilidade (-1), baixa/média sustentabilidade (entre -1 e 0), média sustentabilidade (0), média/alta sustentabilidade (entre 0 e +1) e alta sustentabilidade (+1).

Grande parte dos critérios e parâmetros adotados tem sua fonte em programas do PPA federal 2004/2007, que abordam objetivos similares aos programas do PPA estadual. O Quadro 6.1 do Anexo desta pesquisa, na coluna “objetivo”, muitos destes foram considerados como critérios e parâmetros para a matriz de sustentabilidade desta pesquisa.

Em cada programa foi levantado o número de municípios da Sub-Região São Marcos participantes, bem como a descrição do programa. Dados de sub-programas e ações de

cada programa encontram-se no Anexo, Quadro 6.2, e a partir destes sub-programas e descrição do programa, objetivos e público-alvo foram valoradas cada dimensão de sustentabilidade do programa.

Dos 30 programas de rebatimento territorial que foram selecionados do PPA estadual e que constam nesta pesquisa, 15 estão presentes em um ou mais municípios da Sub-Região São Marcos. Na verdade, 9 programas não foram aplicados nesta sub-região, e outros 6 programas dizem respeito a regionalidades específicas: Região Metropolitana de Goiânia, Entorno do DF, ou ainda a regiões específicas do Estado de Goiás, como Norte e Nordeste Goiano.

PROGRAMA AGROFAMILIAR

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 7 (todos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Sim, em Catalão, apoio às ações para o desenvolvimento de um programa de produção de sementes crioulas e implantação de bancos de sementes em comunidades rurais do Estado de Goiás.

O Programa Agrofamiliar é direcionado aos míni e pequenos produtores e aos trabalhadores rurais que utilizam mão-de-obra familiar, via interação entre o governo e os agentes do agronegócio, através de inúmeros mecanismos voltados à assistência creditícia, reforma agrária, transferência de conhecimentos e tecnologias, regularização fundiária, incentivos ao associativismo, verticalização e técnicas de inserção competitiva no mercado.

Quadro 4.16 - Programa Agrofamiliar

Eixos temáticos	Crerios e parâmetros	Valoraçã	Média valoraçã
Social	Desenvolvimento social através da transferênça de conhecimentos e tecnologias. SIM	+1	Média/alta
	Regularizaçã fundiária. SIM Capacitaçã de Agricultores Familiares. SIM		
Ambiental	Projetos que nã causem forte impacto sobre os ecossistemas direcionndo para uma agropecuária sustentável (florestamento da propriedade familiar e agricultura de orgânicos). SIM	+1	
Econômico	Economia solidária- cooperativas de crédito. SIM Recursos a fundo perdido para projetos de infra-estrutura local. NÃO	+1	
	Inserçã competitiva no mercado. SIM		
	Disponibilizaçã de Insumos para a Agricultura Familiar. SIM		
Político-institucional	Projetos que fortaleçam a integraçã regional e intraregional na perspectiva do avanço da ciência e tecnologia; intercâmbio cultural. NÃO	-1	
	Articulaçã entre municípios, estado e Uniã. NÃO		
	Fortalecimento de mecanismos democráticos de participaçã. NÃO		

PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 7 (todos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Ações prioritárias: ampliação da infra-estrutura econômica (estradas, ferrovias, energia etc.); fortalecimento da economia goiana com melhoria dos fatores de competitividade; o desenvolvimento de uma base tecnológica de apoio às empresas; criação de oportunidades de negócios para as empresas goianas e consolidação de Goiás como pólo econômico regional. Para tanto foram criados programas nos segmentos do desenvolvimento macroeconômico, agropecuário, da indústria, comércio e serviços, da mineração, do turismo, de infra-estrutura econômica e de ciência e tecnologia, baseados na sua sustentabilidade do desenvolvimento e na parceria com o setor privado. Fortalecimento das cadeias produtivas, cooperativismo fomentado.

Quadro 4.17 – Programa Eixos de Desenvolvimento.

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
Social	Ações que levem em conta as necessidades da região e sua vocação na ampliação da infraestrutura econômica, incluindo a melhoria da qualidade de vida da população.NÃO	-1	Baixa
Ambiental	Projetos que não causem forte impacto sobre os ecossistemas direcionando para o desenvolvimento econômico e social. NÃO	-1	
	Processo de organização territorial baseado no Zoneamento Ecológico Econômico.NÃO		
Econômico	Melhoria dos fatores da competitividade, desenvolvimento de base tecnológica de apoio às empresas. SIM	+1	
	Parceria com o setor privado.SIM		
Político-institucional	Projetos e ações que fortaleçam a integração regional e intraregional na perspectiva do avanço da ciência e tecnologia.NÃO	-1	
	Articulação entre municípios, estado e União. NÃO		
	Fortalecimento de mecanismos democráticos de participação.NÃO		

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO.

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 1 (Catalão).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Este programa visa a preservação dos bens culturais do Estado de Goiás, abrangendo os de natureza material – que se classificam em móveis (objetos artísticos, documentos, esculturas etc.) e imóveis (casarios, monumentos etc.) – além dos bens de natureza imaterial ou intangível (saberes, celebrações, lugares e formas de expressão). Sua execução envolve construção, reforma e restauração de bens, preservação do patrimônio por meio de fiscalizações, vistorias, orientações, publicações, digitalização de documentos, gravações, registros fotográficos, educação patrimonial (de caráter preventivo para a conservação), tombamentos, pesquisas, levantamentos e outros. A preservação e a valorização dos bens históricos e artísticos têm em vista a perpetuação da cultura. Cada nova geração recebe desta forma, os elementos vindos das gerações passadas e ao mesmo tempo vai acolhendo novos elementos que se juntam àqueles. Por isso mesmo, a cultura é contínua: vai além de um indivíduo, de uma geração ou de um local definido, pois continua sem interromper sua permanência na sociedade a que pertence. Observando esta dinâmica este programa visa também a implantação dos centros culturais nas antigas estações ferroviárias dos municípios que compõem a Região da Estrada-de-Ferro e possibilitará viagens pelo curso da estrada-de-ferro, evidenciando a geografia e a biologia do Cerrado, a história da estrada-de-ferro e a arte e a cultura goiana.

Quadro 4.18 – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico.

Eixos temáticos	CrITÉRIOS e parâmetros	ValoraçãO	MÉdia valoraçãO
Social	Programas que viabilizem o acesso e conhecimento da população em geral aos bens de patrimônio material e imaterial. NÃO	-1	Baixa
Ambiental	Atividades ligadas ao turismo cultural, evidenciando a paisagem natural (SIM) e meios para sua preservação.NÃO	0	
Econômico	Aumento da utilização econômica do patrimônio, associado ao desenvolvimento local e gerando renda. NÃO	-1	
	Parceria com o setor privado.NÃO		
Político-Institucional	Articulação entre municípios, Estado e União.NÃO	-1	
	Fortalecimento de mecanismos democráticos de participação.NÃO		
	Gestão do patrimônio – formação de conselhos.NÃO		

PROGRAMA APOIO AOS MUNICÍPIOS – CONVÊNIOS

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 5 (Anhangüera, Catalão, Cumari, Goiandira, Três Ranchos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Visa dar suporte financeiro aos municípios e entidades privadas sem fins lucrativos em programas e projetos com vistas a melhoria de qualidade de vida da população local. Inclui pavimentação e recapeamento asfáltico, e pavimentação urbana. Convênios para construção, iluminação e equipamentos de prédios de cunho social e cultural. Por não haver informações suficientes no que se refere aos objetivos do programa optou-se por não avaliá-lo nesta pesquisa.

PROGRAMA MORADA NOVA

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 7 (todos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Sim, em Goiandira e Três Ranchos, Programa Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda (Ministério das Cidades).

O Programa Morada Nova tem como objetivo combater o *déficit* habitacional, suprir as deficiências habitacionais da população de baixa renda e melhorar a qualidade de vida da população através do subsídio às famílias, situadas na faixa de zero a três salários mínimos, em consonância com os critérios definidos pelo governo do estado. As ações a serem traçadas para implementação do Programa Morada Nova, que traduz a política habitacional do estado, se dão com a adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União, visando a construção de novas habitações ou reforma/ampliação de unidades habitacionais já existentes e legalização de habitações irregulares.

Quadro 4.19 - Programa Morada Nova

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
Social	Assegurar a função social da propriedade. NÃO	0	Média
	Atendimento a população de baixa renda . SIM		
	Acesso dos excluídos socialmente e economicamente no programa.NÃO		
	Melhoria da qualidade de vida.SIM		
Ambiental	Controle através de ações preventivas e normativas, os impactos territoriais e seus efeitos de degradação na construção de novas moradias ou na regularização das habitações. NÃO	-1	
	Intensificação das pesquisas de tecnologia limpa. NÃO		
Econômico	Pesquisa e tecnologia de materiais de habitação.NÃO	+1	
	Cheque moradia rural, cheque moradia urbano, subsídio às famílias de baixa renda. SIM		
	Avaliação em termos macrossociais. SIM		
Político-Institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União. SIM	0	
	Estabelecer a vinculação das políticas fundiária, ambiental e habitacional, em todos os níveis de atuação governamental.NÃO		
	Fortalecimento de mecanismos democráticos de participação.NÃO		

PROGRAMA GESTÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL.

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 7 (todos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Procurando contribuir para concretizar um novo processo produtivo sustentável, o governo de Goiás via Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH e a Agência Goiana de Meio Ambiente - AGMA querem iniciar a implementação de um Programa com projetos de produção sustentável vinculados, implantados em nível regional, para que possam ser mais bem avaliadas todas as potencialidades de se implantar um sistema de produção rural qualificado e com ganhos econômicos, sociais e para a biodiversidade do Cerrado.

Quadro 4.20 - Programa Gestão, Conservação e Proteção Ambiental

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
Social	Acesso a informação, por parte da população, para a sua contribuição na melhoria da qualidade de vida. NÃO	-1	Média
	Crítérios ambientais para a ligação de redes de saneamento em assentamentos. NÃO		
	Crítérios ambientais quanto à resolução de conflitos no que se refere a invasões que ponham em risco a integridade de mananciais e do meio ambiente natural. NÃO		
Ambiental	Pesquisa ambiental, política de qualidade ambiental, gestão e proteção dos recursos hídricos. SIM	+1	Média
	Implementação de áreas de proteção integral /parque ecológico. Preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais. SIM		
	Conservação das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção. NÃO		

Econômico	Cooperação público-privada em projetos de recuperação de áreas degradadas. NÃO	-1	
Político-institucional	Fortalecimento do processo de gestão e integração ambiental. NÃO	0	
	Projetos implantados em nível regional. SIM		
	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União. NÃO		
	Fortalecimento de mecanismos democráticos de participação, investindo na organização associativa de consórcios, associações e comitês de bacias. NÃO		
	Fortalecimento do sistema estadual de meio ambiente e recursos hídricos. SIM		

PROGRAMA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 7 (todos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

O Estado de Goiás, com área de 340.086 km², apresenta uma evolução do consumo de energia elétrica superior à do Brasil, exigindo investimentos constantes para a expansão das redes de distribuição urbana, rural, iluminação pública, de praças esportivas e de obras necessárias a implantação de empreendimentos industriais. Estudos e gestões são necessárias para facilitar o planejamento energético do estado, permitindo a melhor utilização de fontes de energia, como o gás natural e a energia solar. O programa permite a expansão dos setores elétrico e de telecomunicações, relativos às obras não rentáveis, melhoria no planejamento energético, atendimento com energia às comunidades isoladas e a introdução do gás natural no estado, insumo fundamental para tornar o estado mais competitivo em termos industriais.

Quadro 4.21 - Programa Energia e Telecomunicações.

Eixos temáticos	Critérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
Social	Garantia do acesso universal à energia e às telecomunicações. NÃO	0	Média
	Projetos de recursos energéticos que beneficiem a população local e não somente as grandes indústrias fora da sub-região SIM		
	Apoio a Projetos de Oferta de Energia Elétrica por meio de Associações e Cooperativas Comunitárias. NÃO		
Ambiental	Intensificação e popularização do uso de alternativas energéticas que causem menos impacto negativo ambiental. SIM	0	
	Pesquisa na utilização do potencial de microbacias hidrográficas para geração de energia com uma visão integrada dos ecossistemas. NÃO		

	Preservação e Conservação Ambiental (Resgate de Passivo Sócio-ambiental relativo às Instalações em Operação).NÃO		
Econômico	Apoio e estímulo a iniciativas locais de uso de energia alternativa com menor custo.SIM	0	
	Investimento na melhoria dos processos de transmissão e distribuição de energia procurando diminuir as perdas atuais.NÃO		
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União. NAO	-1	
	Política da governança no processo de tomada de decisões, garantindo o interesse das populações locais e regional direcionando para a resolução de conflitos entre os diversos atores. NÃO		

PROGRAMA AEROPORTUÁRIO

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 1(Catalão).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Este programa busca atualizar e conservar o Sistema Aeroportuário do estado. Funciona por meio da construção de novos aeroportos e reforma dos já existentes, com melhor pavimentação das pistas, sinalização e atualização dos mesmos, em parceria com a INFRAERO. Executa e moderniza terminais de passageiros, trazendo maior conforto ao usuário. O gerenciamento e a verificação da segurança dos aeródromos são primordiais são realizadas através de constantes visitas, quando do funcionamento dos mesmos. O balizamento e a iluminação para pousos e decolagens noturnas são previstos de acordo com as normas vigentes e dentro dos padrões de cada unidade construída ou conservada. A viabilidade de implantação de novos aeródromos é verificada e estudada junto à INFRAERO, seguindo todas as especificações para o setor.

Este programa está presente no Município de Catalão e contou, na reforma do aeródromo, com uma soma financeira baixa. O aeródromo atende a aviões particulares, sem vôos comerciais regulares. Por isso, optou-se em não fazer a avaliação do programa.

PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 4 (Catalão, Cumari, Goiandira e Três Ranchos).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Este programa prevê a pavimentação de rodovias e acessos, melhoramentos das rodovias radiais e a duplicação das mesmas até a distância de 40 km da capital, execução de obras de arte especiais: pontes em concreto armado e bueiros celulares, restauração, supervisão e também a execução de projetos e obras complementares. As rodovias constituem um patrimônio de grande valor para o estado e sua expansão e manutenção, com a utilização de técnicas e procedimentos racionais e otimizados, refletem em maior vida útil da obra, propiciando um fluxo de transportes eficiente, rápido e seguro. O estado, dentro das suas possibilidades financeiras, executa os serviços dentro de uma priorização, que demanda as necessidades de desenvolvimento de cada região. A execução dos projetos e a própria construção das rodovias são realizadas dentro dos padrões técnicos, sendo gerenciados, fiscalizados e supervisionados pela AGETOP.

Quadro 4.22 - Programa Goiás Pavimentado.

Eixos temáticos	Critérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
Social	Segurança ao usuário. Infra-estrutura para o usuário-acesso a telefone, sanitários. NÃO	0	Média
	Execução de obras de arte nas rodovias. SIM		
ambiental	Execução dos projetos dentro de padrão técnico. SIM	0	
	Maior vida útil da obra. SIM		
econômico	Visa o fluxo de transporte eficiente. SIM	+1	
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União. NÃO	-1	

PROGRAMA IMPLANTAÇÃO/ AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO.

Nº de municípios presente na sub-região São Marcos: 2 (Anhangüera e Davinópolis)

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

No que se refere ao abastecimento público de água tratada, a SANEAGO opera em 222 dos 246 municípios do estado, proporcionando o atendimento de aproximadamente 3,9 milhões de habitantes, o equivalente a 85% da população urbana do Estado. Confirmando a qualidade técnica oferecida em seus serviços, a SANEAGO possui a certificação internacional NBR ISO 9002, conferida pela Fundação Vanzolini, em cinco sistemas de produção de água: Sistemas Meia Ponte e João Leite, localizados na Capital do Estado; Sistema de Anápolis; Sistema Bacalhau, na cidade de Goiás; e por último, o Sistema de Santa Helena de Goiás. Possui, também, a certificação para o Laboratório Central, que realiza testes e ensaios sobre a qualidade da água. Com a execução deste programa, pretende-se universalizar o serviço de abastecimento de água nas 100 maiores cidades do estado, sendo 14 pertencentes ao Entorno do Distrito Federal. Atualmente, 35% da população de Goiás são beneficiados com esgoto. Preocupada com a qualidade de vida da população, a SANEAGO, com o apoio do governo do estado, pretende expandir os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário nas cem maiores cidades.

Quadro 4.23 - Programa Implantação/ Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário.

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
social	Acesso da população a água de qualidade e acesso a sistema sanitário. SIM	0	Média
	Ações de saneamento em aglomerados de áreas rurais.NÃO		
ambiental	Fomento a projetos demonstrativos de uso racional da água. NÃO	0	
	Projetos para as áreas de proteção de mananciais de suas captações. NÃO		
	Melhoria das estações de tratamento de esgoto.SIM		
econômico	Investimento em tecnologia para análise e controle da água.	0	
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os Municípios, Estado e União. NÃO	-1	
	Apoio à formação de comitês de bacias.NÃO		

No Município de Catalão, o serviço de fornecimento de água tratada e de esgoto sanitário é municipalizado, via Superintendência de Água e Esgoto de Catalão.

PROGRAMA CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 2 (Catalão e Goiandira).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Este programa atua na manutenção e preservação da malha rodoviária em condições de tráfego satisfatório, garantindo a vida útil do pavimento. Objetiva proporcionar aos usuários maior segurança e conforto, possibilitando diminuição no custo de transporte, melhor escoamento da produção e redução dos investimentos na malha rodoviária a médio e longo prazos. Através da AGETOP, presta serviços de conservação preventiva, rotineira, periódica e emergencial, serviços de sinalização, administração de faixa de domínio, contando com vistorias e urbanização. As condições climáticas ou algumas ações inesperadas podem trazer danos às rodovias, sendo este Programa o que traz suporte para sanar estas dificuldades de maneira expedita e eficiente. A faixa de domínio das rodovias é de primordial importância para o seu funcionamento e este programa tem também por finalidade administrá-la, através de convênios com empresas aloca recursos que são utilizados na malha rodoviária.

Quadro 4.24 – Programa Conservação e Segurança da Malha Rodoviária

Eixos temáticos	Critérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
social	Segurança e conforto aos usuários.	+1	Média
ambiental	Pesquisa de materiais para conservação da malha rodoviária que impactem menos o meio ambiente na sua fabricação.	-1	
econômico	Conseqüência de diminuição no custo de transporte.	+1	
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União.	-1	

PROGRAMA GOIÁS COM MAIS SAÚDE E CIDADANIA.

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 1 (Goiandira).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante na sub-região? Não, mas em Três Ranchos, o Programa Melhorias Sanitárias Domiciliares do PPA Federal segue as mesmas diretrizes.

Embora já se tenha avançado nos resultados da atenção e assistência à saúde e da ampliação do acesso dos cidadãos aos serviços, o programa centra-se na busca constante de uma atenção cada vez mais resolutiva e de boa qualidade. No período 2004/2007 a ênfase das ações se deu na medicina preventiva, desta forma promoveu a saúde e evitou doenças, diminuindo o número de internações e reduzindo as taxas de mortalidade materno e infantil. A principal estratégia foi a ampliação da cobertura das equipes de saúde da família e agentes comunitários, que realizaram um trabalho de base junto às comunidades mais carentes e distantes dos centros de atendimento.

Fortalecer a atenção à saúde da população goiana, promovendo a medicina preventiva através de: Implantação de *Kit* Sanitário em residências carentes, o qual contém: banheiro com chuveiro, vaso sanitário, lavatório, pia de cozinha, tanque, caixa d'água, fossa séptica e sumidouro.

Quadro 4.25 - Programa Goiás com Mais Saúde e Cidadania.

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
social	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos. Formação de equipes para a saúde da família.	0	Baixa/Média
ambiental	Estudo de viabilização ambiental prévia a instalação do <i>kit</i> .	-1	
econômico	Implantação de <i>kit</i> sanitário.	+1	
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União.	-1	

PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS.

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 1 (Catalão).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

Este programa pretende preservar as obras civis públicas, assegurando o funcionamento das atividades. Estão previstas a ampliação e manutenção dos prédios já existentes e novas obras, se necessário. Além disso, será implantado um banco de dados sobre as condições de cada prédio público, verificando sempre as condições físicas de cada um deles. Com isso, será possível planejar melhor a reforma, ampliação e conservação de escolas, hospitais, creches, ginásios de esportes, campos de futebol e prédios administrativos. Os prédios que são de utilização exclusiva dos municípios serão paulatinamente transferidos do estado para a administração municipal. A construção de edificações públicas será implementada conforme as necessidades e um estudo de abrangência de utilização dos prédios já existentes em cada município, evitando que novas construções tenham funções e utilidades duplicadas. O gerenciamento, manutenção e conservação dos prédios existentes serão executados por regiões do estado, trazendo um constante aproveitamento otimizado dos mesmos.

Quadro 4.26 - Programa de Construção, Ampliação e Reforma dos Próprios Públicos

Eixos temáticos	CrITÉRIOS e parÁmetros	ValoraÇão	MÉdia valoraÇão
social	Prioridade a acessibilidade.	-1	Baixa/MÉdia
ambiental	Investimento em tecnologia de materiais construtivos que impactem menos o meio ambiente	-1	
econômico	Planejamento na reforma e novas construções. Tecnologia na utilização de materiais de construção mais duráveis e econômicos.	0	
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União.	0	

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO / PROGRAMA DE ATRAÇÃO E PROMOÇÃO INDUSTRIAL – INDUSTRIALIZA GOIÁS.

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos: 1 (Catalão).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

O Programa de Atração e Promoção Industrial – Industrializa Goiás desenvolverá ações junto ao empresariado nacional divulgando as vantagens e as potencialidades de desenvolvimento dos vários segmentos industriais, promovendo o estado no cenário nacional. Atua no atendimento direto a empresários, participa de feiras e eventos em outros estados, apóia os empreendedores e investidores visando atração de novos investimentos. Através da gestão dos Distritos e/ou Condomínios Industriais situados nas diversas regiões do Estado de Goiás, disponibiliza a infra-estrutura necessária para o assentamento e adequado funcionamento das empresas interessadas em desenvolver suas atividades no estado.

Quadro 4.27 - Indústria, Comércio e Serviço / Programa de Atração e Promoção Industrial – Industrializa Goiás

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
social	Contrapartida das próprias empresas beneficiadas com projetos na área social na região.	-1	Baixa
Ambiental	Contrapartida das próprias empresas beneficiadas com projetos na área ambiental na região.	0	
Econômico	Contrapartida das próprias empresas beneficiadas com projetos na área econômica na região.	-1	
político-institucional	Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União.	-1	

PROGRAMA CELEIRO NOVO

Nº de municípios atendidos da Sub-Região São Marcos – 1 (Goiandira).

Há sobreposição com outro programa com objetivos similares, do PPA federal 2004/2007, e atuante em um mesmo município na sub-região? Não.

A SEAGRO (Secretaria de Agricultura do estado) elaborou um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Agronegócio com o objetivo de estabelecer políticas consistentes que possam alavancar a produção e, conseqüentemente, gerar emprego e renda de uma forma sistemática para que, além de incrementar o volume da oferta, possam minimizar os problemas sociais, premissa maior do governo estadual.

O Programa Celeiro Novo aparece como elemento balizador da política de metas estratégicas voltadas para os grandes e médios produtores rurais, através de ações consistentes de fomento, assistência técnica, modernização, verticalização, conhecimento, motivação e ampliação de acesso aos mercados locais, regionais e internacionais.

A Agência Rural com a execução do Programa Celeiro Novo, procurará cada vez mais interagir com os demais agentes do agronegócio, na busca da eficiência da agricultura moderna, de qualidade e com produtos aptos à exportação. Tem ainda, a responsabilidade da execução da política de vigilância sanitária animal e vegetal, buscando a higidez dos produtos alimentícios ofertados à população. Visa, também, assegurar o apoio tecnológico e gerencial à agricultura familiar e trabalhar a cadeia produtiva.

Quadro 4.28 – Programa Celeiro Novo

Eixos temáticos	Crítérios e parâmetros	Valoração	Média valoração
Social	Apoio tecnológico e gerencial a agricultura familiar. Capacitação de agricultores familiares.	0	Média
ambiental	Desenvolvimento de variedade de atividades.	0	
econômico	Políticas para geração de emprego e renda sistematizadas. Interação com os demais agentes do agronegócio. Cooperação público-privada em projetos de transferência de tecnologia para o produtor rural.	+1	
político-institucional	Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo. Formulação de projetos entre as diversas agências setoriais estaduais. Sistema integrado de informações agropecuárias. Adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União	0	

4.6. Conclusão da avaliação

Dos 15 programas implementados nos municípios da Sub-Região São Marcos, cinco programas estão conjuntamente presentes nos 7 municípios que compõem a região de recorte desta pesquisa. Não há sobreposição de programas federais e estaduais com objetivos similares em um mesmo município. Em Catalão ocorre o programa federal de plantio de sementes crioulas que tem o apoio da Universidade Federal de Goiás, mas que não concorre, por assim dizer, com o Programa Agrofamiliar do governo do Estado de Goiás, não podendo ser considerada uma sobreposição de programas.

Quanto ao número de programas conveniados em cada município Catalão e Goiandira concentram o maior número, 13 e 11, respectivamente. Os demais municípios concentram 6 a 7 programas conveniados.

Os programas de maior soma em recursos financeiros liberados em cada município foram: Programa Agrofamiliar; Eixos de Desenvolvimento; Programa Goiás Pavimentado; Programa Energia e Telecomunicações; Programa Apoio aos Municípios; Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico; Programa Indústria, Comércio e Serviço.

Completada a avaliação da matriz de sustentabilidade de 13 programas de reatamento territorial do PPA 2004/2007 do governo do Estado de Goiás, organizou-se a Tabela 4.1 que lista a quantidade de programas, que tiveram o grau de sustentabilidade de baixo a alto, e a Tabela 4.2 que mostra a distribuição do grau de sustentabilidade em cada programa por eixo temático.

Tabela 4.1 – Grau de valoração final dos programas

	VALORAÇÃO FINAL	QUANTIDADE DE PROGRAMAS
13 Programas	Baixo	3
	Baixo-médio	2
	Médio	7
	Médio -alto	1
	Alto	-

Tabela 4.2 – Grau de sustentabilidade dos programas por eixo temático

	EIXO TEMÁTICO	GRAU DE SUSTENTABILIDADE	QUANTIDADE DE PROGRAMAS
13 PROGRAMAS	SOCIAL	-1 baixa sustentabilidade	5
		0 média sustentabilidade	6
		+1 alta sustentabilidade	2
13 PROGRAMAS	AMBIENTAL	-1 baixa sustentabilidade	5
		0 média sustentabilidade	6
		+1 alta sustentabilidade	2
13 PROGRAMAS	ECONÔMICO	-1 baixa sustentabilidade	3
		0 média sustentabilidade	3
		+1 alta sustentabilidade	7
13 PROGRAMAS	POLÍTICO- INSTITUCIONAL	-1 baixa sustentabilidade	9
		0 média sustentabilidade	4
		+1 alta sustentabilidade	-

As dimensões social e ambiental dos 13 programas avaliados estão equiparados, obedecem a uma média sustentabilidade. Na verdade, deve-se buscar a excelência destas dimensões nestes programas. Na dimensão social, garantindo o acesso dos excluídos à dignidade e à qualidade de vida. Na dimensão ambiental, a aplicação do princípio da precaução – que trata da garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados, prevendo medidas contra danos futuros que possam ser riscos sérios ou irreversíveis – torna-se uma proposta necessária para que o uso racional de estoques de recursos naturais e seus potenciais de renovação possam ser incorporados às atividades produtivas.

Nota-se, porém que o viés econômico dos programas é forte, pois mais de 50% destes apresentaram um grau de alta sustentabilidade na sua dimensão econômica. Mesmo em discurso, o PPA estadual é apresentado como sustentável e de equilíbrio harmônico, mas seus sub-programas não apresentam o mesmo equilíbrio ao serem analisados sob as várias dimensões da sustentabilidade. Ainda assim, é uma grande vantagem os programas que apresentarem o grau de sustentabilidade alto na sua dimensão econômica, o que evita desperdícios e mostra que não é por falta de aporte financeiro que o programa não funciona.

A dimensão político-institucional é ainda incipiente. Na maior parte dos programas, não há uma articulação entre as três instâncias governamentais nem a participação da sociedade no processo decisório ou ainda a promoção do associativismo e do cooperativismo.

Portanto, como foi apresentado no capítulo 1 desta pesquisa, uma das facetas do desenvolvimento sustentável é a integração de várias dimensões de desenvolvimento, e é através do planejamento das políticas públicas, do monitoramento e da avaliação de suas ações que pode ocorrer o aprimoramento na implementação da política. A avaliação é uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais que gera informações e analisa resultados que podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados.

Há quatro programas do governo federal, que apresentam o equilíbrio de forças das dimensões da sustentabilidade em seus vários programas: o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, os Pactos de Concertamento e a Agenda 21 Brasileira. Assim, com base na análise dos parâmetros e critérios de cada dimensão da sustentabilidade nos programas estaduais do PPA 2004/2007 avaliados e incorporando as diretrizes destes quatro programas do governo federal, podem-se fazer reorientações sobre as ações governamentais com o intuito de melhorar a concepção de um programa e sua implementação.

Segue o Quadro 4.29 que mostra os três marcos instrumentais e o marco regulatório, inseridos no PPA 2004/2007, e revela o seu comprometimento de acordo com as quatro dimensões básicas da sustentabilidade. Neste quadro alguns objetivos e características de cada um desses quatro instrumentos do PPA federal são apresentados

Quadro 4.29 – Os quatro marcos instrumentais do PPA federal 2004/2007.

Marcos instrumentais e regulatórios do PPA federal 2004/2007

Dimensões da sustentabilidade	ZEE (Paula e Sales, 2007)	PNDR (BRASIL, [2003])	Pactos de Concertamento (BRASIL, 2005)	Agenda 21 Brasileira
Social	-Favorece o bem-estar da população (ao mitigar a degradação dos recursos naturais)	-A prioridade é atribuída a áreas com menor renda e sem dinamismo econômico. Focaliza a causa da desigualdade e da pobreza em sua expressão territorial. - Microfinanças (inclusão social e apoio a pequenos produtores/empreendedores);	-Promover a redução das desigualdades regionais, o equilíbrio no acesso aos serviços essenciais e a reversão da situação de exclusão e precariedade de populações residentes em territórios em risco social e estagnação econômica.	-Análise das fragilidades - desigualdades sociais. -Instrumentos para a inclusão dos “excluídos”. -Redução das disparidades sociais.
Ambiental	- Sustentabilidade e dos recursos naturais, permitindo sua utilização sem exaustão. Assegura a qualidade ambiental	-Sintonia com planos sub-regionais de desenvolvimento sustentável e planejamento em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente.	- O envolvimento direto dos ministérios inclui a preocupação com a questão ambiental	-Planejar os sistemas e modelos ideais para o campo, através do Tema Agricultura Sustentável; para o meio urbano, com as Cidades Sustentáveis; para os setores estratégicos de transportes, energia e comunicações, questões-chave do Tema Infra-Estrutura e Integração

Econômica	-Aponta as atividades que podem e devem ser implantadas em cada porção do território ao qual se aplica.	-Promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos.	- Promove a reversão da situação de exclusão e precariedade de populações residentes em territórios em risco social e estagnação econômica.	Regional; para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais, o tema Gestão dos Recursos Naturais. -Reconhece necessária a mudança de hábitos de produção de consumo e de comportamentos.
		Dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.		-Conceber e executar um conjunto de políticas econômicas que mantenham a consistência macroeconômica
		Apoio à inovação e fortalecimento de arranjos produtivos locais.		
		-Apoio à ampliação dos ativos relacionais e oferta de crédito para as unidades produtivas.		
Político-institucional	-Aspecto político do planejamento ambiental com participação democrática.	-Práticas de políticas regionais e nacionais e visa uma análise sobre as realidades sub-	-Escala: sub-regional (agrupamento de municípios).	-Construir um planejamento para o desenvolvimento sustentável que fortaleça a participação da sociedade civil
			-Participação conforme as	

-Planejamento e informações para a implementação de políticas públicas ambientais, sociais e econômicas.	regionais. - Convergência das demais políticas federais com os objetivos da PNDR.	competências, capacidades e interesses dos participantes (subsidiariedade). -Envolvimento direto dos Ministérios.	por meio da cidadania ativa, buscando a construção da democracia participativa. - Articulação entre as políticas.
-Propicia interação entre governo e sociedade civil para estabelecer áreas prioritárias no planejamento.		-Adesão facultativa -Conciliação de interesses dos diferentes níveis territoriais – (macrorregional, estadual, sub-regional, municipal). - Elaboração de planos de desenvolvimento integrado, com ações dos três níveis de governo mais a sociedade civil.	

As características e objetivos destes instrumentos, ao menos em teoria, mostram um mesmo discurso, em cada dimensão de sustentabilidade. Por exemplo, na dimensão social, existe uma preocupação, nos quatro instrumentos, quanto à redução das disparidades sociais e a inclusão dos excluídos. Na dimensão ambiental, há uma integração entre os diversos ministérios que inclui o planejamento quanto a questão ambiental.. Na dimensão econômica, o PNDR e a Agenda 21 Brasileira mostram diversas propostas quanto à valorização da diversidade regional e a oferta de crédito. Na dimensão de sustentabilidade político-institucional há características bem claras de participação democrática e a articulação entre os três níveis de governo. Podemos apontar no Pactos de Concertamento duas características que compactuam com algumas diretrizes nesta pesquisa: a utilização de um agrupamento de municípios de uma sub-região para fins de planejamento e gestão, e o princípio de subsidiariedade, respeitando os limites de cada município.

Assim, podemos rever alguns propósitos de uma avaliação: a) tornar claro o mecanismo de melhora nas atividades atuais, futuro planejamento e no processo de decisão; b) deve considerar seus efeitos retroalimentadores sobre a sua formulação; c) que a avaliação, possa permitir o aprimoramento na implementação da política; e a implementação de políticas constantemente orienta novas políticas.

Desta forma, a matriz de sustentabilidade aplicada aos programas de PPA estadual presentes na Sub-Região São Marcos revela deficiências nas dimensão político-institucional, que são supridas pelos quatro instrumentos do PPA federal apresentados que mostram questões como participação democrática e a articulação entre os três níveis de governo. Na sustentabilidade de dimensões social e ambiental há uma integração sócio-ambiental, bem como uma integração com as outras dimensões de sustentabilidade.

O próximo capítulo apresenta as conclusões e recomendações desta pesquisa.

CONCLUSÕES

Uma sistematização do planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas no Brasil teve início com a legislação do Plano Plurianual, principalmente a partir do segundo Plano, aprovado para o período 1996/1999. As características de um planejamento a partir de uma visão intersetorial do país conjuntamente com os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, com uma referência espacial e geográfica do desenvolvimento, marcaram este Plano.

O Plano Plurianual 2004/2007, foco da avaliação desta pesquisa, teve um planejamento territorial com o Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, voltado para um período considerado de longo prazo de 2004/2011. Foi introduzida na formulação do plano uma estratégia participativa, com a incorporação de várias contribuições de organizações da sociedade civil. Foram mantidos o modelo de gestão, a organização por programas e o sistema de informações já utilizados nos PPAs anteriores. Contou com novas proposições de investimento público – privado Foi adotado um conjunto de medidas que visa a inclusão social e a desconcentração de renda, com projeções de crescimento do produto e do emprego. Intencionou o desenvolvimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; Propôs a redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse desenvolvimento sustentado e procurou promover a valorização da identidade e da diversidade cultural e o fortalecimento da cidadania e da democracia.

A abordagem das políticas públicas de reatamento territorial influencia a dinâmica do território nos aspectos de infra-estrutura, uso de recursos naturais, alocação de atividades produtivas, reforma agrária, proteção e manejo dos recursos naturais, sejam de dimensão urbana ou rural, de escala regional ou local que têm um impacto na ordenação do território.

O ordenamento do território é um método para assegurar convergência e coordenação entre várias políticas setoriais por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. No PPA 2004/2007 foram identificados marcos regulatórios e instrumentais que norteiam as experiências de planejamento territorial e de desenvolvimento regional. Cada um destes marcos entrou como programa no Plano Plurianual do governo federal de 2004/2007 ou previsto na própria lei do PPA. Sintetizando cada um dos quatro marcos, apresentam-se da seguinte forma:

- **Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE.**

É um instrumento de organização territorial a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Tem como objetivo planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o ordenamento territorial do país. Função de ordenação e ocupação do solo.

Dentre suas principais ações como programa do PPA federal 2004/2007 estão: o apoio à gestão ambiental em áreas de fragilidade físico-ambiental; a capacitação de gestores públicos em zoneamento; o fomento a projetos de gestão ambiental na orla; a implantação do sistema gerenciador de banco de dados sobre zoneamento ecológico-econômico; o macrozoneamento ecológico econômico do Brasil na escala 1:1.000.000; e o zoneamento ecológico-econômico estadual na escala 1:250.000.

- **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

É uma política do governo federal e reflete um dos megaobjetivos do Plano Plurianual 2004/2007, que é a redução das desigualdades regionais.

A PNDR está voltada também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. É um instrumento de planejamento do território voltado para as práticas de políticas regionais nacionais e visa uma análise sobre as realidades sub-

regionais. Alguns programas de desenvolvimento regional que compõem a PNDR estão inseridos como programas do PPA federal 2004/2007.

A agenda de ações dos programas regionais inclui: organização dos atores sociais e apoio à estruturação de instâncias de representação, bem como de instrumentos e mecanismos de ação sub-regional; infra-estrutura de média e pequena escala; apoio à inovação e fortalecimento de arranjos produtivos locais; capacitação de recursos humanos; apoio à ampliação dos ativos relacionais e oferta de crédito para as unidades produtivas.

- **Pactos de Concertamento**

Está previsto na lei do PPA federal 2004/2007: é um marco regulatório.

É um instrumento de gestão orientado para a conciliação de interesses dos diferentes níveis territoriais – macrorregional, estadual, sub-regional, municipal – capaz de por em prática uma política compartilhada de desenvolvimento local articulada à política nacional, baseada em estratégias de estruturação equilibrada e complementar dos múltiplos territórios, cada qual com a sua diversidade e identidade cultural. Há um envolvimento direto dos ministérios e a adesão por parte dos entes federados é facultativa.

Assim, o objetivo deste instrumento de gestão é a elaboração de planos de desenvolvimento integrado, com ações dos três níveis de governo e da sociedade civil, partindo-se de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território – PDST. Com isso, espera-se aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação pública, por meio da definição e da convergência de prioridades dos governos federal, estaduais e municipais, de modo a promover a redução das desigualdades regionais, o equilíbrio no acesso aos serviços essenciais e a reversão da situação de exclusão e precariedade de populações residentes em territórios em risco social e estagnação econômica.

O Pacto de Concertamento faz referência à necessidade de se observar que:

no conjunto de inter-relações geográfico-territoriais, qual o papel do município neste contexto, onde os demais atores têm seus próprios interesses, pois cada um destes municípios tem suas próprias estratégias de desenvolvimento e políticas de atuação sobre os territórios que lhes são

afetos, as quais podem estar alinhadas ou não com os objetivos do município em particular (BRASIL, 2005).

Pode-se estabelecer uma relação entre a estratégia de desenvolvimento de um município enfocado, as demais estratégias dos municípios vizinhos e as dos outros entes federados. Esta questão propicia a oportunidade para um novo pensar sobre o planejamento das políticas públicas municipais, enquanto elemento da cooperação intergovernamental, respeitadas as competências e atribuições de cada ente. As ações de mais de um ente público sobre um mesmo território selecionado e com objetivos similares podem maximizar os resultados para a comunidade daquele território (BRASIL, 2005).

O Pacto de Concertamento orienta uma atuação cooperada de implementação de políticas públicas por meio de diversos atores não-governamentais atuantes no município, denominado de capital social. A conciliação de interesses de diversos níveis territoriais põe em prática uma política compartilhada de desenvolvimento regional e nacional, “baseada em estratégias de estruturação equilibrada e complementar dos múltiplos territórios, cada qual com a sua diversidade e identidade cultural, que compõem o Brasil”. Amplia-se assim o diálogo, de forma sistemática, entre os entes federativos,

em torno de programas e estratégias comuns, que assegurem a continuidade e a efetividade das ações e coloquem, numa linha coerente, as intenções de prosperidade regional e a estratégia de desenvolvimento nacional e inserção internacional (BRASIL, 2005).

É essencial que esta síntese de vontades comuns seja exercida no nível sub-regional, como agrupamento de municípios, ponto de encontro dos compromissos assumidos pelos entes federativos. A sub-região seria “o pivô da coerência territorial” (BRASIL, 2005).

- **.Agenda 21 Brasileira**

A Agenda 21 Brasileira é processo e instrumento de planejamento participativo que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta

consulta à população brasileira, tendo sido construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global.

Tem por objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, a partir de um processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade.

A escolha dos seis temas centrais da Agenda 21 Brasileira foi feita de forma a abarcar a complexidade do país, dos estados, municípios e regiões dentro do conceito da sustentabilidade ampliada e definiu a necessidade de proposição de novos instrumentos de coordenação e acompanhamento das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

A metodologia de trabalho para a Agenda 21 Brasileira selecionou as áreas temáticas permitindo planejar os sistemas e modelos ideais para o campo, através do Tema Agricultura Sustentável; para o meio urbano, com as Cidades Sustentáveis; para os setores estratégicos de transportes, energia e comunicações, questões-chave do Tema Infra-estrutura e Integração Regional; para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais, o tema Gestão dos Recursos Naturais; para reduzir as disparidades sociais, o tema Redução das Desigualdades Sociais; e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Os eixos temáticos tiveram como princípio para sua definição não só a análise das potencialidades, mas, também, fragilidades reconhecidas historicamente no nosso processo de desenvolvimento, ou seja, as desigualdades sociais.

Cada um dos eixos temáticos apresenta estratégias de implementação das ações, abrangendo princípios de articulação entre as políticas (no nível das três esferas governamentais e entre as políticas setoriais), de subsidiaridade, de governança e ética.

Após sua implementação em 2003, a Agenda 21 Brasileira foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual federal 2004/2007. Como programa deste PPA, seu objetivo é promover a internalização dos seus princípios e estratégias na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo – sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

As dimensões da sustentabilidade

A fim de incorporar o desenvolvimento sustentável nos planos e políticas, deve-se primeiramente reconhecer a sustentabilidade como um sistema dinâmico, um conjunto de forças, e suas dimensões também dinâmicas e interdependentes entre si. A sustentabilidade, com suas várias dimensões, social, ambiental, econômica, territorial, político-institucional, cultural, temporal e ética, é um processo contínuo de equilíbrio de forças. A dimensão temporal estabelece o princípio da precaução, bem como a necessidade do planejamento de longo prazo. A dimensão ética indica que uma sociedade efetiva depende de um conjunto de valores ou princípios éticos que definem o que é um comportamento aceitável entre indivíduos e o que motiva as pessoas a trabalharem juntas por um interesse comum. Estas duas dimensões, a temporal e a ética, têm uma abordagem transversal, devem estar inseridas no planejamento de propostas, programas, planos e ações.

As dimensões da sustentabilidade apresentadas devem ser vistas como sistemas articulados, cuja integração comporta elementos que se antagonizam ou concorrem entre si, o que torna a construção social do desenvolvimento sustentável um processo de gestão de conflitos sociais pluridimensionais. Esta diversidade de dimensões da sustentabilidade pode servir de base para a formulação e a análise de planos e programas de reatamento territorial, desde que sejam estabelecidos critérios e parâmetros que tornem estas dimensões valoradas em grau de eficiência.

Na avaliação dos programas do PPA estadual, sob a ótica das dimensões da sustentabilidade, foi feito um balanço entre as considerações de cunho social, ambiental, econômico e político-institucional, consideradas como dimensões básicas da sustentabilidade na avaliação destes programas.

Analisando-se os três marcos instrumentais que destacamos na política nacional, que são Zoneamento Ecológico Econômico, Plano Nacional de Desenvolvimento Regional e Agenda 21 Brasileira, e o marco regulatório Pactos de Concertamento, fica evidente que todos têm incorporadas as dimensões da sustentabilidade em seus objetivos e ações.

As características de sustentabilidade destes quatro marcos apontados na tabela 4.29. têm um discurso teórico bem fundamentado. Mas, estes instrumentos não foram

colocados em prática nos 7 municípios que compõem o recorte da Sub-Região São Marcos. Aponta-se em Catalão a implantação do Arranjo Produtivo Local – APL, que é um programa em si do PPA Federal 2004/2007, como também faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Por meio de parceria entre o Ministério da Integração Nacional e SENAI, os cursos de APL de Catalão foram voltados para as áreas de produção, como o de costureira em moda íntima, e para a área de administração. O objetivo foi elevar o nível de profissionalização das pessoas que atuam no segmento de confecções do município, visando dar mais dinamismo aos pólos locais de *lingerie* e de moda em geral.

Quanto aos resultados da avaliação dos programas de reatamento territorial do PPA do Estado de Goiás 2004/2007, sob a ótica das quatro dimensões da sustentabilidade, de caráter social, ambiental, econômica e político institucional, os critérios e parâmetros adotados para cada programa indicam que os programas estão bem fundamentados quanto à dimensão econômica. Nesta dimensão há potencialidades como: economia solidária por meio de cooperativas de crédito, recursos a fundo perdido para projetos de infra-estrutura local, inserção competitiva no mercado, melhoria dos fatores da competitividade, desenvolvimento de base tecnológica de apoio às empresas, parceria com o setor privado e políticas para geração de emprego e renda sistematizadas. A] Como limitações, assinalamos que alguns programas nesta dimensão não apresentaram ações associadas ao desenvolvimento local e geração de renda ou parceria com o setor privado.

Na dimensão social há potencialidades nas ações propostas nos programas: desenvolvimento social através da transferência de conhecimentos e tecnologias. E, nesta dimensão social, há limitações como: ações que levem em conta as necessidades da região e sua vocação na ampliação da infra-estrutura econômica, incluindo a melhoria da qualidade de vida da população; acesso dos excluídos socialmente e economicamente às ações do programa; acesso à informação, por parte da população, para a sua contribuição na melhoria da qualidade de vida.

A dimensão ambiental nos programas estaduais revelou as seguintes potencialidades: projetos que não causam forte impacto sobre os ecossistemas direcionando para uma agropecuária sustentável; pesquisa ambiental, política de qualidade ambiental, gestão e proteção dos recursos hídricos; implementação de áreas de proteção integral /parque

ecológico; preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais; intensificação e popularização do uso de alternativas energéticas que causem menos impacto negativo ambiental; fomento a projetos demonstrativos de uso racional da água. E as seguintes limitações: processo de organização territorial baseado no Zoneamento Ecológico Econômico. Controle através de ações preventivas e normativas dos impactos territoriais e seus efeitos de degradação na construção de novas moradias ou na regularização das habitações. Intensificação das pesquisas de tecnologia limpa. Conservação das espécies da fauna ameaçada de extinção. Preservação e conservação ambiental (resgate de passivo sócio-ambiental). Investimento em tecnologia de materiais construtivos que impactem menos o meio ambiente na sua fabricação. Estudo de viabilização ambiental prévia à instalação do *kit* sanitário. Contrapartida das próprias empresas beneficiadas com projetos na área ambiental na região.

A dimensão político-institucional na avaliação dos programas apresentou um baixo grau de sustentabilidade em geral. Suas fortalezas, em poucos programas, são: adoção de estratégias na constituição de parcerias entre os municípios, estado e União; fortalecimento de mecanismos democráticos de participação.

Quanto aos aspectos ainda deficientes desta dimensão ocorre nos programas a não adoção de estratégias entre as várias instâncias governamentais, o não fortalecimento de mecanismos democráticos de participação que possam investir na organização associativa de consórcios, associações e comitês de bacias. Projetos e ações que fortaleçam a integração regional e intraregional na perspectiva do avanço da ciência e tecnologia; estabelecer a vinculação entre as diversas políticas setoriais.

Ocorre que na avaliação dos programas do PPA estadual, as políticas públicas nos seus aspectos social, ambiental, econômico e político-institucional estão totalmente desarticuladas entre si e desconectadas de uma integração estratégica do governo estadual. Há uma deficiência de se planejar as políticas como um conjunto integrado e considerando as dimensões de sustentabilidade em cada programa de reatamento territorial.

Desta forma, tem-se comprovada a hipótese desta pesquisa: que os programas são limitados e não atendem a critérios e parâmetros das quatro dimensões de sustentabilidade. Os resultados de grau de sustentabilidade, analisada na matriz de

sustentabilidade de cada programa, apontam para a dimensão econômica com um maior grau de sustentabilidade em relação às outras dimensões. Este resultado torna claro o modelo que se reflete na sociedade atual – a importância ao enfoque econômico. Não se pode minimizar a importância do dinamismo da economia, mas considerar as dimensões articuladas entre si. Por outro lado, a dimensão político-institucional foi a que apresentou grau de sustentabilidade mais baixo que as outras dimensões. Esta dimensão está relacionada diretamente à participação democrática, a governança, a aplicação da subsidiaridade e a articulação entre os três níveis de governo.

Quanto à análise de um recorte para a região do Sudeste Goiano, levou-se em conta a identidade territorial regional formada pelo agrupamento de 7 municípios nesta região. Esta identidade compreende as realidades geográficas físicas e sociais que assumem uma identidade comum histórica e cultural em um local, região. Envolve um conjunto de relações e interesses que atuam no território, de atores sociais que definem suas práticas espaciais e se unem por meio de sua organização e programas e políticas governamentais para ações que acabam transformando este território. Portanto, delimitou-se um sub-recorte espacial para fins de aplicação nesta pesquisa: a região representada pelo agrupamento de municípios – Catalão, Goiandira, Cumari, Anhangüera, Ouidor, Davinópolis e Três Ranchos – denominada de Sub-Região São Marcos.

As características de cooperação e participação entre os entes federativos municipais que compõem uma identidade territorial regional podem formar uma atuação cooperada de implementação de políticas públicas na conciliação entre os interesses das diversas instâncias governamentais com a participação do capital social. Desse modo uma sub-região agindo conjuntamente torna-se mais fortalecida e próspera na implantação de suas políticas públicas do que cada município isoladamente. Embora haja diversos conflitos, choque de interesses entre grupos sociais, econômicos e políticos para a tomada de decisões, deve-se refletir que a riqueza de propostas no processo de consultas pode maximizar os resultados para a comunidade da região, além de se ter uma melhor governabilidade. O que temos de pensar é no equilíbrio de forças e não na destruição de um dos termos da tensão.

Portanto a aplicação deste recorte específico, ou seja, a identificação de uma sub-região, permite um planejamento mais integrado, criando condições para a construção de uma

rede de cooperação entre municípios solidários, na busca de consensos, botando em prática uma política regional articulada a exemplo de 2 projetos piloto, de sub-regiões – São Joaquim-SC e Baixo Jaguaribe-CE, criados a partir do instrumento federal Pactos de Concertamento.

A contribuição desta avaliação para a Sub-Região São Marcos é mostrar que, primeiro, há múltiplos programas tanto do PPA federal, como estadual, que, potencialmente, podem ser aplicados na região. Segundo, a avaliação do grau de sustentabilidade destes programas pode reorientar a própria formulação dos mesmos para os próximos PPAs municipais.

Recomendações

Abaixo são apresentadas algumas recomendações relativas a futuros trabalhos:

- Bases para a criação de um PPA para a Sub-Região São Marcos.
 - Aplicação da Matriz de Sustentabilidade quanto à eficácia, eficiência e efetividade dos programas do PPA estadual.
 - Aplicação da Matriz de Sustentabilidade para programas do PPA federal presentes na região. E compará-los ao PPA estadual do mesmo período
 - Desenvolver outros métodos de avaliação dos programas do PPA.
-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). Dicionário **Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm/dhbb_apresentacao.htm>. Acesso em: 23 fev 2007

ACCARINI, José Honório. **Planejamento econômico no Brasil: ainda um desafio**. Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 12, n. 4, p. 165-181, março 2003.

ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 27-56.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira de planejamento econômico: uma breve síntese histórica**. Brasília, 4 junho 2004, 29 p. Versão ampliada do trabalho. Volume XXIV, tomo primeiro Trabalhos do Ano de 2004 (janeiro-dezembro de 2004) nº 1277. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>> Acesso em: 20 fev 2007

ALMEIDA, G.S.; VIEIRA, P. A.; RAMOS, P.. **Os Programas de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste Brasileiro e suas Consequências: Anos 60 e 70**. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006, Quito. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural. Quito: ALASRU, 2006.

AMARAL, W.A.N. et al. **Políticas públicas em biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade**. International Studies on Law and Education, FFCL - USP, Harvard Law School Association., v. 01, p. 23-29, 2000. Disponível em <http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm> Acesso em: 25 mar 2007.

ANPUR **Boletim da ANPUR** n.7 Novembro 2006. Disponível em : www.anpur.org.br/boletim/BOLETIM_DA_ANPUR_7.pdf. Acesso em: 21 jun 2008

BAHIA, Andréia. **Fomentar & Produzir: Vilão ou herói**. Jornal Opção Online. Goiânia, 20 a 26 jan. 2008. Destaques. Disponível em: < <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques1&idjornal=273>> Acesso em: 25 fev 2008

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 2 ed. 268 p.

BECKER, B. K. **Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? Parcerias estratégicas**. Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

BECKER, Bertha K. (coord); Figueiredo, Adma Hamam de; Stenner, Cláudio Mariana H. P. de. Logística e Ordenamento do Território. Relatório Técnico 1.4 in: Projeto “**Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT**”. Nunes, B; Scardua, F.P. (Orgs). Brasília MI/IICA; Consórcio UNB/CDS/Abipiti.. 2006. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp> > Acesso em: 16 de agosto de 2006.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade; uma análise comparativa**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2005.265p.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. BURSZTYN, Marcel (Coordenadores). **Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.223 p

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 13 fev 2007.

_____, **DECRETO Nº 4.297**, DE 10 DE JULHO DE 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2002/D4297.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. Ministério da Integração Nacional – MI /Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR /Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR (**Sumário Executivo**). MI, [2003]

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007: pactos para a gestão territorial integrada** - texto para discussão / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2005 a. 40p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007: áreas estruturantes para uma articulação federativa baseada nos PPAs estaduais e PPAs municipais** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2005 b. 94p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Relatório anual de avaliação do plano plurianual 2004-2007 - exercício 2006 - ano base 2005**: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. - Brasília: MP, 2006 a .

_____, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo para subsidiar a abordagem da dimensão territorial do desenvolvimento nacional no plano plurianual 2008-2011 e no planejamento governamental de longo prazo**. Documento de referência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília (DF). 2006 b

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual de Avaliação - Plano Plurianual 2004-2007**. Exercício 2007: ano base 2006. Disponível em: < www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/Manual_Avaliacao_base2006.pdf - >. Acesso em: 22 jun 2007

BRESSER PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar.1968

_____ **País sempre mercantil**. Folha de S.Paulo. São Paulo. 4 fev 2007.Caderno Mais!

BRITO A.F.; BONELLI R. **Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas sub-nacionais no Brasil**.Planejamento e Políticas Públicas. Nº. 15, Junho. Brasília, D. F.: IPEA,1997.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.180 p.

CANO, W. **Questão Regional e Política Econômica Nacional**. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002, v.3, p.275 -307.

CARDOZO, Soraia Aparecida. **Continuidades e discontinuidades na articulação do espaço econômico nacional - 1930 aos anos 90: uma análise a partir das políticas tributária, monetária e de desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia. Unicamp. Campinas. 2004.

CASTRO, I. E. de. **A região como problema para Milton Santos**. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>. Acesso em: 28 jan 2008.

CIDADE, L.C.F; Vargas, G.M; Jatobá, S.U; Delorme, J.P. **Políticas de Ordenação do Território – A contribuição de experiências nacionais e internacionais**. Relatório Técnico 1.3 in Projeto “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT”. Nunes, B; Scardua, F.P. (Orgs). Brasília MI/IICA; Consórcio UNB/CDS/Abipiti.. 2006. Disponível em: <

<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp>
Acesso em: 16 de agosto de 2006.

CIÊNCIA & tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Maria do Carmo de Lima Bezerra e Marcel Bursztyn (Coordenadores). — Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004

CORRÊA, R. L. **Geografia, Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.207-238

COSTA F.L.; CASTANHAR, J.C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5. Rio de Janeiro pp.969-92, set./out. 2003.

CUNHA, Carla Giane Soares da . **The Theory and Operation of a Modern National Economy**, George Washington University. Programa Minerva, 2006. Disponível em: <[http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Avaliacao de Politicass Publicas e Programas Governamentais.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Avaliacao_de_Politicass_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf)>. Acesso em:22 jun 2007

CUNHA, L. A. G. . **Sobre o conceito de região**. Revista de Historia Regional, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.

DAHL, Arthur Lyon..**Social crises and their connections to global environmental problems**. Seminars at Ukranian Academy of Sciences for National Progress, Institute for Spiritual Foundations of World Civilization, Kiev, 16-19 May 1994. Disponível em:<<http://www.bcca.org/ief/ddahl94a.htm>>. Acesso em:15 mar 2008.

_____**Spiritual Dimensions of Sustainable Development**. In: WORKSHOP ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND INTERNATIONAL COOPERATION. Bucharest, România. 22-23 March 1996. Disponível em: <http://bahai-library.com/?file=dahl_spiritual_dimensions_development.html>. Acesso em: 27 mar. 2005.

_____**The Big Picture: Comprehensive Approaches** - Introduction. Chapter 2, p. 69-83 in MOLDAN, B; BILLHARZ, S and MATRAVERS, R. (eds). Sustainability Indicators: A Report on the Project on Indicators of Sustainable Development. Scientific Committee on Problems of the Environment, SCOPE 58. John Wiley & Sons, Chichester. 1997.

_____**Values as the foundation for sustainable behaviour**. Paper presented at 5th Annual Conference of the International Environment Forum, 19-21 October 2001, Hluboka nad Vltavou, Czech Republic.2001. Disponível em;<<http://www.bcca.org/ief/ddahl01b.htm>.. Acesso em:5 mai 2007.

_____ **The Challenge of Sustainable Development and Prosperity**, European Bahá'í Business Forum (EBBF) 2002 Disponível em:<http://www.ebbf.org/sustainable_development0.html>. Acesso em: 5 mai 2007.

_____ **Leading the Transition to Sustainability: Global Challenges and Individual Action**. Paper presented at the 8th Annual Conference of the International Environment Forum, Thessaloniki, Greece, 15-17 October 2004. Disponível em:<<http://www.bcca.org/ief/ddahl04c.htm> >. Acesso em: 19 out 2006

_____ **Ethical Challenges of Climate Change**. Paper presented at the 11th Annual Conference of the International Environment Forum, Ottawa, Canada, 12-14 October 2007. Disponível em: <<http://www.bcca.org/ief/doc/ddahl07b.htm>>. Acesso em: 5 mai 2007

DINIZ, Clélio Campolina. **Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos** In Painel: Distribuição de Renda: redução de disparidades regionais. Desenvolvimento em Debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro II. Castro, A.C. (org.). Rio de Janeiro: Mauad:BNDES,2002.v.3.p239-274. Disponível em<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/3DistrRendaRed.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2007.

DINIZ, Eli. **Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais**. In: Repensando o Estado Novo. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 21-38 . Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20 fev 2007.

_____ **Planejando o Desenvolvimento: a centralidade da dimensão político-democrática**; 2003; Seminário; Brasil em Desenvolvimento; IE/UFRJ; FCC/UFRJ; Rio de Janeiro. 29/9/2003, 16p.

_____ **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil da Era Vargas**. In: Seminário Internacional Getúlio Vargas, Da Vida para a História: O Legado de Getúlio Vargas, 2004, Porto Alegre. Anais do Seminário Internacional Getúlio Vargas. Porto Alegre, 2004. p. 01-10.

DINIZ FILHO, L. L.; BESSA, V. C. **Território e Política: as Mutações do Discurso Regionalista no Brasil**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 27-38, 1995.

DUARTE, Ana Tereza Sotero. **O ordenamento territorial como base para uma nova política de desenvolvimento regional para o semi-árido**. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Fevereiro, 2002.

EGLER, Cláudio A. G. **Questão regional e gestão do território no Brasil** Publicado como capítulo em CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. & EGLER, C. A. G. ; MATTOS, Margarida M C L . Federalismo e gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento. In: V Encontro Nacional da ANPEGE, 2003, Florianópolis. ANPEGE - Contribuições Científicas. São Paulo: ANPEGE, 2003. p. 426-434.

GARTENKRAUT, Michal. **Brasil: uma análise do Plano Plurianual-PPA 2000/2003**. Relatório técnico. Brasília: Ipea. 2002. 85 p.

GOIÁS. **Revista Economia & Desenvolvimento** .nº13.outubro - dezembro 2003.Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás- Seplan. 2003

GUIMARÃES, E. N. ; RIBEIRO, Rosana Aparecida . **A nova fronteira industrial do sudeste de Goiás**. Multiciência (UNICAMP), v. 6, p. 22, 2006.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses S. **Gestão Ambiental Urbana – Da reflexão global à ação local**. Dissertação(Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. 2000.

KEINER M. (ed.). **The Future of Sustainability**. Springer. Netherlands. 2006.pp 1–15

KOGA, D.H.U; NAKANO, A.K. **Perspectivas territoriais e regionais para as políticas públicas brasileiras**. Caderno ABONG, Brasília, p. 68-74, 2005.

LEMOS, Mauro Borges. **Projeto Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro** Relatório Regionalização: Análise da Experiência Brasileira Recente .Face/Cedeplar-Ufmg Belo Horizonte, Setembro de 2004.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **Administração pública burocrática e gerencial**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 21, 31/05/2005 [Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=503>. Acesso em: 22 fev 2007..

MASAN, Patrícia. **Sudeste Goiano discute Desenvolvimento Sustentável**. Agência Sebrae de Notícias- Goiás. 10 ago.2005. Disponível em: <www.sebraego.com.br/site/site.do?idArtigo=924> Acesso em: 24 mai 2007.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2002. Disponível em: www.teses.usp.br/teses Acesso em: 20 de fevereiro de 2007.

MELO, Marcus André. **Desenvolvimento Urbano: Cidades Sustentáveis e Qualidade de Vida**. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: Manaud/BNDES, 2002, v.3, p.337 -362.

MMA- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Workshop **.Dez Anos do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil: avaliação e perspectivas..** Brasília: CD-Rom, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro** Relatório: A

questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil Contemporâneo CEDEPLAR-UFMG. Belo Horizonte, fevereiro de 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico** Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial : anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.

NADIN, Vincent. **Spatial Planning and Sustainable Development**. European Regional Sustainable Development Network Policy Seminar Asturias, 3-4 April 2003. Disponível em: < www.sustainable-euregions.net/documentbank/Vincent%20Nadin%20Exec%20Summary%20Spatial%20Planning.doc> Acesso em: 18 mar 2007.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: Um Novo Modelo de Civilização**. in Caderno de Debates Agenda 21 e Sustentabilidade. MMA – Ministério do Meio Ambiente Brasília. 2003.

PASCHOAL, Júlio. **Políticas Públicas: O Desenvolvimento Regional em Goiás**. Jornal Opção Online. Goiânia. 16 a 22 de out. 2005. Economia. Disponível em: < <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Economia&subsecao=Colunas&idjornal=155>> Acesso em: 8 fev 2008

PAULA, F. S. ; SALES, M. C.L. **O Zoneamento Ecológico-Econômico como Instrumento do Planejamento Ambiental**. II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica João Pessoa - PB .2007. Disponível em: < http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080213_113441_MEIO-127.pdf> Acesso em:

RIBAS, O.T. **A sustentabilidade das cidades: instrumentos de gestão urbana para a construção da qualidade ambiental**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

RÜCKERT, Aldomar A. **A política nacional de ordenamento territorial, Brasil: uma política territorial contemporânea em construção** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales vol. xi, núm. 245 (66), 1 de agosto de 2007. Universidad de Barcelona. Barcelona 2007. Disponível em: < www.ub.es/geocrit/sn/sn-24566.htm>. Acesso em: 9 jun 2007.

SACHS, Ignacy .**Estratégias de transição para o século XXI : desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Estúdio Nobel/ Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).1993.

_____. **Development and Ethics: whither Latin America?** National Development Strategies in the Globalization Age. Paper prepared for the IDB meeting on Ethics and Development, Buenos Aires, September 5-6, 2002. Disponível em: < [/www.iadb.org/Etica/Documentos/ar2_sac_desar-i.pdf](http://www.iadb.org/Etica/Documentos/ar2_sac_desar-i.pdf)>. Acesso em: 22 jun 2007

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Coleção Espaços. São Paulo: Nobel, 1985. pag. 65-68.

_____. **O Retorno do território**. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. ; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território, Globalização e fragmentação, 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCARDUA, Fernando Paiva; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida .

Descentralização da política ambiental no Brasil. Revista Sociedade e Estado, v. 18, n. 1/2, p. 291-314, 2003.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Regiões de Planejamento do Estado de Goiás-2006 **Portal SEPIN** – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. 2007. Disponível

em: <www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=5100&id_not=1>. Acesso em: 1 abr 2007.

SERRA M. A.; FERNANDEZ, Ramón Garcia. **Perspectivas de Desenvolvimento da Amazônia: Motivos para o Otimismo e para o Pessimismo**. Economia e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 107-131, 2004.

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia. 2002.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. **Avaliação de políticas públicas na América do Sul**. A avaliação de programas públicos: uma estratégia de análise. V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0038402.pdf>> Acesso em: 31 mar 2007

SILVA, P; MELO, M. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Campinas: NEPP, Caderno 48. 2000.

SILVA, Solange Teles da. **Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade Urbana**. In; Hileia-Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, v.1, nº1/agosto dezembro 2003. p.127-145. Disponível em: <www.pos.uea.edu.br/data/direitoambiental/hileia/2003/1.pdf> Acesso em: 24 abr 2007

STEINBERGER, M. . **Região Centro-Oeste: uma Visão Geopolítica. Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 31-49, 2000. Disponível: <www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/455> Acesso em: 4 fev 2008

UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation**. New York, 1990. Disponível em: <<http://www.preval.org/documentos/00473.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2008

VEIGA, J. E. **O papel do território: uma visão histórica.** In: Estratégias de combate à pobreza rural no Brasil: Situação atual e perspectivas. 2005, Campinas, SP. Anais do Seminário Estratégias de combate à pobreza rural no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

_____**Territórios para um desenvolvimento sustentável.** Ciência & Cultura, S.Paulo, vol. 58 nº 1. pp. 20 - 24, jan. 2006.

_____**A face territorial do desenvolvimento.** In: XXVII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 1999, Belém, PA. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia, 1999. pp. 1301-1318.

ANEXO

Quadro 6.1 – Programas do PPA 2004/2007 federal de rebatimento territorial – 80 programas.

Quadro 6.2 – Programas do PPA 2004/2007 do governo estadual de Goiás de rebatimento territorial – 30 programas.

Tabela 6.1 – Temas territoriais, legenda para os Quadros 6.1 e 6.2

a - infra-estrutura (energia, rodovia,hidrovia, portos, ferrovias, aeroportos)

b- proteção do meio ambiente – unidades de conservação

c- habitação

d- reforma agrária

e-saneamento

f-uso dos recursos naturais (recursos hídricos, macro drenagem, florestas)

g- caráter regional

h- planejamento e ordenamento territorial

i-rebatimento territorial indireto: contribuição a descentralização e/ou participação

- caráter urbano e/ou conservação de patrimônio histórico

- desenvolvimento econômico

Quadro 6.1-Programas do PPA 2004-2007 federal de rebatimento territorial – 80 programas selecionados.

Número e nome do programa	Objetivo	Público alvo	Ações/Projetos/Atividades	Ministério responsável	Classificação
0352 Abastecimento Agroalimentar	Contribuir para a expansão sustentável da produção por meio da geração de excedentes para a exportação e da atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais e formar e manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira	Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista	-Apoio à Implantação do Parque Multi-Funcional do Produtor Rural, Estado de Mato Grosso do Sul -Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	h g
1169 Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços	Associações rurais e cooperativas	-Capacitação de Técnicos e Cooperados em Autogestão -Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	i
0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de	Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau mediante o desenvolvimento	Produtores e trabalhadores rurais das regiões	-Desenvolvimento de Tecnologia para Quantificação do Seqüestro de Carbono na Lavoura Cacaueira	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecim	f

Cacau	e verticalização da atividade agropecuária regional.	produtoras de cacau		ento	
0360 Gestão da Política Agropecuária	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária.	Governo	-Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias -Estudos para a Organização e Integração das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	i
0368 Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal	Sociedade	-Fomento a Práticas de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura -Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	f i
0643 Calha Norte	Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região	População da região da Calha Norte	-Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região -Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte - Conservação de Rodovias na Região - Manutenção da Infra-estrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região -Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região	Ministério da Defesa	g h a
0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infraestrutura aeroportuária brasileira	Usuários do sistema aeroportuário brasileiro	-Construção de pista de pouso e decolagem de aeroportos -Modernização, adequação e ampliação de aeroportos -Manutenção da Infra-	Ministério da Defesa	a

			<p>estrutura aeroportuária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de pistas de pouso -Ampliação de aeródromos -Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Catalão-GO -Ampliação de aeroportos 		
0151	Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas	Sociedades indígenas	<ul style="list-style-type: none"> -Fomento a Projetos de Gestão Ambiental em Áreas Indígenas -Regularização e Proteção de Terras Indígenas na Amazônia Legal - PPTAL (Programa-Piloto) -Avaliação de Estudos de Impacto Ambiental e Cultural de Empreendimentos em Terras Indígenas -Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas -Demarcação de Terras Indígenas -Fiscalização de Terras Indígenas -Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) -Fomento a Projetos Especiais Implementados em Terras Indígenas -Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas 	Ministério da Justiça	b d

			<p>-Funcionamento de Postos Indígenas</p> <p>-Gestão Ambiental em Terras Indígenas no Brasil</p> <p>-Regularização Fundiária de Terras Indígenas</p>		
1295	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir as suas gestões para os governos locais	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa, Natal e Teresina	<p>-Implantação de novos trechos no sistema de trens urbanos</p> <p>-Apoio à implantação e ampliação de linhas e trechos nos sistemas de trens urbanos – nacional</p>	Ministério das Cidades	a
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros					Caráter urbano
1321	Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional	Famílias com renda superior a 5 salários mínimos	<p>- Antecipação de Recebíveis Imobiliários (ConstruGiro)</p> <p>- Financiamento Imobiliário</p> <p>- Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard)</p>	Ministério das Cidades	c
Financiamento Imobiliário Habitacional					
1136	Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial	Prefeituras municipais	<p>-Apoio a Ações de Planejamento e de Capacitação Técnica de Municípios</p> <p>-Apoio à Capacitação de Municípios e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano</p> <p>-Apoio à Gestão Metropolitana e ao Consórcio Municipal para o Desenvolvimento Urbano</p> <p>-Apoio à Implementação dos Instrumentos</p>	Ministério das Cidades	c
Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana					h
					i
					Caráter urbano

			<p>Previstos no Estatuto das Cidades e à Elaboração de Planos Diretores</p> <p>-Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar-Brasil)</p>		
0310	<p>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito</p>	Governo	<p>-Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos - SMAPP</p> <p>-Implantação do Sistema Nacional de Informações de Desenvolvimento Urbano</p> <p>-Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento</p> <p>-Estudos e Pesquisas para Formulação de Modelos de Regularização e Regulação dos Serviços Urbanos</p> <p>-Formulação da Política Nacional de Trânsito</p> <p>-Formulação e acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano</p> <p>-Funcionamento do Conselho das Cidades</p> <p>-Levantamento de Informações da Infra-estrutura Física para o Planejamento Urbano e Territorial</p> <p>-Seleção e Difusão das Experiências Bem-Sucedidas em Desenvolvimento Urbano</p>	Ministério das Cidades	h i
9991	<p>Ampliar o acesso à terra urbanizada, à</p>	Famílias com	<p>-Apoio ao Poder Público para Construção</p>	Ministério das	c

Habitação de Interesse Social	moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural	renda familiar até 5 salários mínimos	Habitacional para Famílias de Baixa Renda -Subsídio à Habitação de Interesse Social (MP nº 200, de 288.192.456 2004)	Cidades	
9989 Mobilidade Urbana	Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.	População urbana nas metrópoles e grandes cidades	-Apoio a Estudos e Projetos de Melhoria em Sistemas de Transporte Urbano -Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano -Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados -Apoio ao Tratamento de Conflitos Intermodais na Circulação Urbana	Ministério das Cidades	h Caráter urbano
0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização e tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda	Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil	-Melhoria da Qualidade e Produtividade de Materiais, Componentes, Serviços e Obras -Apoio a Projetos de Assistência Técnica à Autoconstrução e ao Mutirão	Ministério das Cidades	c
1137 Reabilitação de Áreas Urbanas	Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas, de forma a otimizar a	População residente ou usuária das áreas reabilitadas	-Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais -Apoio a Projetos de Infra-estrutura e	Ministério das Cidades	c h Caráter

Centrais	infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica, conservando o patrimônio cultural e imobiliário	as	Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais -Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias e Técnicas Adequadas à Reabilitação de Edificações		urban o
0122 Saneamento Ambiental Urbano	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte	-Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes -Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos -Saneamento básico para controle de agravos	Ministério das Cidades	e
0222 Trilhos Urbanos	Contribuir para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas	População das regiões metropolitanas atendidas por sistemas estaduais ou municipais próprios	-Apoio à Implantação do Sistema de Trens Urbanos -Elaboração de Projetos de Implantação de Transporte Ferroviário Urbano -Implantação de novos trechos no sistema de trens urbanos -Apoio à implantação e ampliação de linhas e trechos nos sistemas de trens urbanos – Nacional -Apoio a Projetos de Revitalização de Ramais Ferroviários Ociosos para o Transporte de Passageiros -Apoio a Projetos de Urbanização de Áreas Lindeiras de Corredores	Ministério das Cidades	a h

			Ferrovários		
1128	Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade	Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários	<p>-Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários</p> <p>-Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários</p> <p>-Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas</p> <p>-Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/Prosanear)</p> <p>-Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/Prosanear)</p> <p>-Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar - Brasil)</p>	Ministério das Cidades	c d caráter urbano
0476	Desenvolver tecnologias relacionadas ao setor energético em institutos de pesquisa e transferi-las ao setor produtivo, visando a expansão e a modernização do parque industrial brasileiro	Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética	<p>-Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética</p> <p>-Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos</p> <p>-Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica</p> <p>-Apoio a projetos de licenciamento e aproveitamento de minerais para a produção de fertilizantes agrícolas</p> <p>-Fomento a Projetos Aplicativos de Tecnologias de Energia</p> <p>-Apoio a implantação de</p>	Ministério de Minas e Energia	h desenv econ.

			<p>projetos para utilização de energia de biodiesel</p> <p>-Apoio a projetos de licenciamento e aproveitamento de minerais para a produção de fertilizantes agrícolas</p>		
1044 Energia Alternativa Renovável	Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais	Concessões, permissivas e agentes produtivos	<p>-Implantação de Projetos para Utilização de Energia de Biomassa</p> <p>-Implantação de Projetos para Utilização de Energia Solar</p> <p>-Implantação de Usinas Eólicas para Geração de Energia Elétrica</p>	Ministério de Minas e Energia	a
0273 Energia Cidadã	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento d'água, empreendimentos nacionais no desenvolvimento de Equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural	<p>-Ampliação de Rede Rural de Distribuição</p> <p>-Atendimento de Energia Elétrica às Comunidades Isoladas</p> <p>-Oferta de Energia Elétrica para Atendimento às Comunidades Isoladas por meio de Fontes Alternativas</p> <p>-Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (Prodeem)</p> <p>-Energização Rural</p> <p>-Implantação de Projetos-piloto de Mecanismo de Atendimento das Necessidades Energéticas em Áreas Remotas (PRODEEM)</p> <p>-Implantação de sistemas energéticos com base em energia renovável e de linhas de transmissão de pontos isolados com pch</p> <p>- Implantação do PROJETO CLAREAR -</p>	Ministério de Minas e Energia	a f h i

			<p>100% de eletrificação rural</p> <p>-Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda (Luz no Campo).</p> <p>-Levantamento do Potencial Hidráulico de Pequenos Cursos d'Água.</p> <p>-Apoio a Projetos de Oferta de Energia Elétrica por meio de Associações e Cooperativas Comunitárias (PRODEEM).</p>			
0294	Energia na Região Nordeste	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste	Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste	<p>-Ampliação da Capacidade de Usinas Termelétricas</p> <p>-Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica.</p> <p>-Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste</p> <p>-Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica</p>	Ministério de Minas e Energia	a
0297	Energia na Região Norte	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional	Consumidores de energia elétrica da Região Norte	<p>-Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica</p> <p>-Expansão de Sistema de Transmissão</p> <p>-Implantação de Sistema de Transmissão</p> <p>-Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica.</p>	Ministério de Minas e Energia	a g
0295	Energia na Região Sul	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado	Consumidores de energia elétrica da Região Sul	<p>-Implantação de Sistemas de Transmissão de Energia Elétrica.</p> <p>-Implantação de usina termelétrica</p> <p>-Adequação Ambiental</p>	Ministério de Minas e Energia	a g

	Nacional		<p>da Usina Termelétrica</p> <p>-Ampliação da Capacidade de Usina Térmica</p> <p>-Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica</p> <p>-Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica.</p>		
0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional	Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste	<p>-Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica.</p> <p>-Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica</p> <p>-Modernização de UHE</p> <p>-Preservação e Conservação Ambiental (Resgate de Passivo Socioambiental relativo às Instalações em Operação)</p> <p>Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica</p> <p>-Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ).</p> <p>-Reforços no Sistema de Transmissão</p> <p>-Ampliação da rede de energia elétrica urbana na Região Sudeste</p> <p>-Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Mato Grosso do Sul.</p>	Ministério de Minas e Energia	a g
1042 Energia nos Sistemas Isolados	Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de	Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre,	<p>-Ampliação da Capacidade de Geração Termelétrica</p> <p>-Ampliação de Rede Urbana de Distribuição</p>	Ministério de Minas e Energia	a

	energia elétrica	Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima	<p>de Energia Elétrica</p> <p>-Implantação de Oleodutos e Instalação de Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas da CEAM</p> <p>-Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica</p> <p>Transformação das Unidades Geradoras de Energia Elétrica para Utilização do Gás Natural em Manaus (AM)</p> <p>Manutenção de Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica</p> <p>Implantação de UHEs</p>		
0276	Gestão da Política de Energia	Governo	<p>-Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistema de Geração e de Transmissão na Região Amazônica</p> <p>-Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica</p> <p>-Elaboração de Plano Regional e Local de Recuperação e Desenvolvimento das Comunidades afetadas por Empreendimentos do Setor Elétrico</p> <p>-Elaboração do Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico</p> <p>-Estudos Socioambientais para o Setor Energético</p> <p>Formulação da Política Energética Nacional</p> <p>-Planejamento de Médio</p>	Ministério de Minas e Energia	h

			e Longo Prazos (Matriz Energética Nacional)		
			-Planejamento dos Setores de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis		
1069	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de mineração	Governo	-Capacitação para a Mineração Sustentável -Estudos para o Planejamento do Setor Mineral	Ministério de Minas e Energia	h
0288	Ampliar e modernizar o parque nacional de refino de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso de matéria prima nacional	Consumidores de derivados do petróleo.	-Implantação de Refinaria -Modernização e Adequação do Sistema de Produção de Refinaria -Manutenção da Infra-estrutura Operacional do Parque de Refino -Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino	Ministério de Minas e Energia	a
0289	Prover infraestrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados adequada ao incremento da demanda e a restrições ambientais mais severas	Consumidores de petróleo e derivados	Implantação de Melhorias na Infra-estrutura de Dutos e Terminais - Implantação de Oleoduto - Manutenção da Infra-estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados Manutenção dos - Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário	Ministério de Minas e Energia	a
0351	Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção	Agricultores familiares	-Capacitação de Agricultores Familiares -Capacitação de Produtores Familiares nos	Ministério do Desenvolvimento	desenv. econ.

PRONAF	competitiva nos mercados de produtos e fatores		<p>Perímetros Públicos de Irrigação</p> <p>-Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar</p> <p>-Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares</p> <p>-Fomento a Projetos de Assistência Técnica e Extensão para Agricultura Familiar</p> <p>-Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar</p> <p>-Apoio a Projetos Municipais de Infra-estrutura e Serviços em Agricultura Familiar</p> <p>-Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas</p> <p>-Contribuição ao Fundo de Aval de Empréstimo à Agricultura Familiar</p>	Agrário	
0135 Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	Promover a democratização do acesso à terra, garantindo a soberania alimentar e a geração de emprego e renda	Trabalhadores rurais sem-terra	<p>-Assistência Técnica e Capacitação de Assentados</p> <p>- Implantação de Projetos de Assentamento Rural</p> <p>- Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária</p> <p>- Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas</p>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	d
1116 Crédito	Promover o acesso a terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem	Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros	-Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários (Combate à	Ministério do Desenvolvimento	d

Fundiário	nos preceitos da desapropriação por interesse social	s, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares	Pobreza Rural) - Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras	Agrário	
0137 Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	Proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.	Famílias assentadas	-Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária -Mecanização Agrícola em Assentamentos Rurais -Assistência Técnica e Capacitação de Assentados -Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias. -Gestão e Administração do Programa Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural. -Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais	Ministério do Desenvolvimento Agrário	d
1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia.	Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e	-Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	desenv. econ.

		assentados pela reforma agrária.			
0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.	Governo	-Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar. -Formulação e Avaliação da Política de Desenvolvimento Agrário. -Promoção da Igualdade de Raça, Gênero e Etnia no Desenvolvimento Rural	Ministério do Desenvolvimento Agrário	d i
0138 Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social	Detentores de imóveis rurais, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola e comunidades vulneráveis ligadas ao meio rural	-Implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR -Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos -Regularização Fundiária de Imóveis Rurais -Georreferenciamento de Imóveis Rurais -Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural -Sistema de Cadastro Rural -Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos -Pagamento de Indenização aos Proprietários de Terra no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	Ministério do Desenvolvimento Agrário	d
1015 Arranjos	Promover o desenvolvimento integrado de	Micro, pequenas e médias	-Implantação de central de negócios	Ministério do Desenvolvimento	desenv econ.

Produtivos Locais	arranjos produtivos locais, elevando a competitividade local em consonância com a estratégia de desenvolvimento do Brasil	empresas situadas em arranjos produtivos locais	-Capacitação de Multiplicadores da Metodologia dos Arranjos Produtivos Locais -Apoio à Instalação de Incubadoras de Empresas nos Arranjos Produtivos Locais	mento, Indústria e Comércio Exterior	
1020 Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana - AP	-Expansão da Infraestrutura do Distrito Agropecuário -Implantação do Projeto-Piloto de Colonização em Grupo no Distrito Agropecuário de Manaus -Manutenção da Infraestrutura do Distrito Agropecuário -Fomento a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana- AP	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	desenv econ.
0392 Pólo Industrial de Manaus	Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo	Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus	-Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus -Implantação do Complexo de Armazenagem e Comercialização de Mercadoria na Zona Franca de Manaus -Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus -Manutenção da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus -Apoio à Construção do Novo Porto no Distrito Industrial de Manaus	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	a

1102 Agenda 21	Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável	Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local	<p>-Elaboração e Implementação das Agendas 21 Locais</p> <p>-Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais</p> <p>-Formação Continuada em Agenda 21 Local</p> <p>-Implementação da Agenda 21 Brasileira</p>	Ministério do Meio Ambiente	i
0502 Amazônia Sustentável	Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais	Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica	<p>-Fomento a projetos de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal</p> <p>-Fomento a Projetos de Infra-Estrutura Econômica e Social na Região de Influência da Transamazônica</p> <p>-Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto)</p> <p>-Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto)</p> <p>-Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia</p> <p>-Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na</p>	Ministério do Meio Ambiente	g h

			<p>Amazônia (Programa-Piloto)</p> <p>-Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Programa-Piloto)</p> <p>-Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa- Piloto)</p>		
0499	Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes	População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação	<p>-Adequação de Infra-estrutura para Uso Público em Unidades de Conservação Federais</p> <p>-Capacitação para Gestão de Áreas Protegidas</p> <p>-Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico</p> <p>-Criação de Unidades de Conservação Federais</p> <p>-Fomento a Projetos Orientados ao Manejo e Consolidação de Áreas Protegidas</p> <p>-Gestão de Unidades de Conservação Federais</p> <p>-Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais</p> <p>-Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação</p>	Ministério do Meio Ambiente	b h
1080	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação	População do semi-árido brasileiro	<p>-Elaboração do Plano de Ação Nacional para Combate à Desertificação (PAN)</p> <p>-Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação</p> <p>-Fomento a Projetos de Combate à Desertificação</p>	Ministério do Meio Ambiente	b g
1145	Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de	Comunidades	-Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de	Ministério do Meio	g i

Tradicionalis	comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental	representativas de populações tradicionais	Produtos Extrativistas na Amazônia -Capacitação de Comunidades Extrativistas na Amazônia -Capacitação de Comunidades Tradicionais -Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais -Gestão Ambiental em Terras Quilombolas -Apoio às Organizações Extrativistas da Amazônia	Ambiente	
1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	Conservar e recuperar os biomas brasileiros da Mata Atlântica e Campos Sulinos, do Cerrado e Caatinga e da Zona Costeira e Marinha	Sociedade	-Implantação de Corredores Ecológicos -Monitoramento da Ação Antrópica -Recuperação de Áreas Degradadas -Apoio a Projetos para o Uso Sustentável dos Biomas	Ministério do Meio Ambiente	b
1304 Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	Melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas	Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas	-Preservação de Mananciais de Abastecimento de Água à População Urbana -Estudo para a Gestão Sustentável do Sistema Aquífero Guarani -Implantação de Sistema de Geoprocessamento da Bacia dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo -Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades desenvolvidas em Terra na Bacia do Rio São Francisco (Parceria GEF)	Ministério do Meio Ambiente	e f

			<p>-Avaliação de Recursos Hídricos Superficiais</p> <p>-Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos</p> <p>-Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas</p> <p>-Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água</p>		
0508	<p>Conhecer e conservar a diversidade biológica e promover a utilização sustentável de seus componentes</p>	<p>e Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional</p>	<p>-Conservação do Acervo Botânico Especializado</p> <p>-Expansão da área do arboreto do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro</p> <p>-Implantação do pólo tecnológico da Mata Atlântica</p> <p>-Banco Genético de Espécies de Peixes da Região Nordeste</p> <p>-Conservação das Coleções Botânicas Científicas de Referência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro</p> <p>-Conservação das Coleções Vivas do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro</p> <p>-Conservação das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção</p> <p>-Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura</p> <p>-Controle e</p>	Ministério do Meio Ambiente	b i

			<p>Monitoramento da Captura, Coleta, Transporte, Importação e Exportação de Recursos Genéticos</p> <p>-Controle, Manejo e - Monitoramento de Fauna Invasora e em Desequilíbrio</p> <p>-Controle, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres</p> <p>-Fiscalização de Fauna Silvestre</p> <p>-Fomento a Projetos de Conservação e Manejo Sustentável da Flora e da Fauna</p> <p>-Fomento a Projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO)</p> <p>-Fomento a Projetos de Manejo de Recursos Faunísticos por Comunidades Tradicionais</p> <p>-Licenciamento para Manejo de Espécies da Fauna com Potencial de Uso</p> <p>-Proteção, Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora</p>		
0498	Promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema	População residente na Bacia do Alto Paraguai	<p>-Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio a Ações Socioambientais em Terras Indígenas na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio a Atividades Econômicas Ambientalmente</p>	Ministério do Meio Ambiente	b e g h i desen v. econ.

			<p>Sustentáveis na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio à Estruturação da Polícia Ambiental e do Corpo de Bombeiros na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio à Gestão Estadual de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio à implantação de corredores ecoturísticos e ambientais no Pantanal</p> <p>-Apoio à Implantação de Estradas-Parque e Cênicas na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio à Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Bacia do Alto Paraguai</p> <p>-Apoio a Projetos de Ordenamento do Uso de Solos, Agrotóxicos e Recursos Minerais na Bacia do Alto Paraguai</p>		
0052	Estimular e apoiar processos de educação ambiental, na construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejado	<p>-Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental</p> <p>-Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e Controle Ambiental nas Áreas Marítimas e Portuárias</p> <p>-Educação Ambiental para Recursos Hídricos</p> <p>-Educação para Conservação da Biodiversidade</p> <p>-Fomento a Projetos Integrados de Educação</p>	Ministério do Meio Ambiente	i

		res diretos de recursos ambientais	Ambiental -Formação de Educadores Ambientais		
0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente	Governo.	-Formulação de Políticas para Preservação do Meio Ambiente -Implantação do módulo de controle de documentos do sistema de informações ambientais -Obras de Revitalização do Rio Vermelho -Planejamento de Ecoturismo para a Amazônia (PROECOTUR) -Formulação de Política para o Carbono Sustentável -Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Resíduos -Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental -Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)	Ministério do Meio Ambiente	b
0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos	Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas	-Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos -Estudo para Formulação de Diretrizes para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos Transfronteiriços -Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais	Ministério do Meio Ambiente	f

			de Gerenciamento de Recursos Hídricos		
0500 Nacional de Ecoturismo	Promover o ecoturismo associado à conservação de bens e serviços ambientais	Sociedade	-Implantação de Sistema de Informações Georreferenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo -Capacitação e Assistência Técnica em Pólos de Ecoturismo na Amazônia (Proecotur) -Apoio à Implantação de Infra-estrutura nos Pólos Ecoturísticos	Ministério do Meio Ambiente	a b g h
0506 Nacional de Florestas	Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas públicas e privadas e a expansão sustentável da base florestal plantada	Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal	-Implantação de Pólos de Reflorestamento -Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal -Manejo e Conservação Florestal -Modernização dos Sistemas de Licenciamento -Controle de Atividades Florestais -Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos. -Extensão Florestal para a Ampliação das Iniciativas de Florestamento e Manejo Florestal -Fomento a Projetos de Extensão Florestal -Manejo Sustentável de Florestas Nativas e Plantadas -Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória -Pesquisa e Desenvolvimento	Ministério do Meio Ambiente	f i

			<p>Florestal</p> <p>-Apoio à Gestão dos Recursos Florestais</p> <p>-Apoio a Projetos de Manejo Comunitário Florestal</p> <p>-Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas</p>		
1210	Prevenir riscos e combater emergências ambientais	Sociedade	<p>-Elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Resposta a Emergências e Acidentes Ambientais</p> <p>-Implantação do Centro de Monitoramento Ambiental</p> <p>-Enfrentamento de Emergências Ambientais</p> <p>-Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes</p> <p>-Licenciamento Ambiental das Atividades da Indústria de Petróleo e Gás</p> <p>-Licenciamento Ambiental das Atividades dos Setores de Energia Elétrica e Transporte</p> <p>-Mapeamento de Áreas Sensíveis ao Derramamento de Óleo</p>	Ministério do Meio Ambiente	f
0503	Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros	Sociedade	<p>-Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia (Proarco)..</p> <p>-Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.</p> <p>-Monitoramento de Queimadas e Prevenção</p>	Ministério do Meio Ambiente	f

			de Incêndios Florestais -Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais.		
1270 Proambiente	Promover o desenvolvimento rural integrado, por meio do controle social, gestão participativa, ordenamento territorial, mudanças qualitativas de uso da terra e prestação de serviços ambientais	Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais)	-Implantação de Unidades de Gestão Ambiental Rural (Gestar) -Fomento a Projetos de Preparação e Execução dos Pólos do Proambiente -Apoio à Implantação de Pólos Pioneiros do Proambiente na Amazônia Legal -Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Microbacias do Semi-Árido	Ministério do Meio Ambiente	b
1107 Probacias	Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas	Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas	-Implantação de Sistema de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas -Implantação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água -Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos -Elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União -Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos -Fomento à Criação de Comitês e Agências em Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da	Ministério do Meio Ambiente	f

			<p>União</p> <p>-Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica de Rios com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos</p>		
8007	Incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, e promover a inserção social de catadores por meio da eliminação dos lixões e do trabalho infantil no lixo.	População urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	<p>-Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes</p> <p>-Implantação de Comitês Gestores Locais (Lixo & Cidadania)</p> <p>-Apoio à Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População Superior a 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas</p> <p>-Apoio a Projetos de Aproveitamento Energético das Emissões de Metano resultante de Resíduos Sólidos</p> <p>-Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 habitantes</p> <p>-Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos</p>	Ministério do Meio Ambiente	h
1305	Revitalizar a Bacia Hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a	Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco,	-Criação de Banco de Experiências Tecnológicas de Baixo Custo e Alto Impacto Social relacionadas à Recuperação Ambiental de Bacias Vulneráveis	Ministério do Meio Ambiente	b f

de Degradação e	prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias	Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul	<p>-Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água</p> <p>-Fomento a Projetos de Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas</p> <p>-Implantação de Banco de Dados Ambientais da Bacia do Rio Francisco</p> <p>-Obras de Revitalização e Recuperação de Rios e Bacias</p> <p>-Reflorestamento de Nascentes, Margens e Áreas Degradadas de Bacias</p>		
0512 Zoneamento Ecológico-Econômico	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o ordenamento territorial do País	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)	<p>-Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico</p> <p>-Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na Escala 1:1.000.000</p> <p>-Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000</p> <p>-Fomento a Projetos de Gestão Ambiental da Orla Marítima</p> <p>-Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinheiros</p> <p>-Levantamento de Informações Técnicas e Estratégicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico</p> <p>-Zoneamento Ecológico de Áreas Ambientalmente Sensíveis</p> <p>-Apoio à Gestão Ambiental em Áreas de Fragilidade Físico-</p>	Ministério do Meio Ambiente	h

			Ambiental		
1166 Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e diversificação da oferta turística brasileira	Turistas domésticos e trade turístico	-Adequação da Infra-estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para a Utilização Turística -Implantação de Centros de Informações Turísticas	Ministério do Turismo	Caráter urbano
0237 Corredor Araguaia-Tocantins	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás	Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás	-Dragagem de Aprofundamento no Porto de Belém -Execução de Obras de Infra-estrutura no Porto de Belém -Melhoramentos no Porto de Vila do Conde -Recuperação da Infra-estrutura do Terminal de Combustíveis de Miramar (PA) -Adequação de contornos rodoviários -Construção da Ferrovia Norte-Sul -Construção de Contornos Rodoviários no Estado de Goiás -Construção de rodovias federais no Estado do Tocantins -Construção de trechos rodoviários no Estado de Goiás -Melhoramentos da Hidrovia Araguaia-Tocantins	Ministério dos Transportes	a
0238 Corredor Fronteira Norte	Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre com os países da fronteira norte do Brasil	População da fronteira norte e oeste do País	-Ampliação da Infra-Estrutura Portuária no Estado do Amapá -Construção de Trechos Rodoviários na Região Norte -Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do	Ministério dos Transportes	a

			<p>Amapá</p> <p>-Recuperação do Porto de Santana no Estado do Amapá</p> <p>-Revitalização de Área Portuária no Estado do Amapá</p>		
0230 Corredor Leste	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro	Usuários de transporte nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro	<p>-Construção de Acessos Rodoviários ao Porto</p> <p>-Construção de terminal de carga</p> <p>-Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Sepetiba</p> <p>-Dragagem do Canal de Acesso da Bacia de Evolução do Porto de Sepetiba</p> <p>-Implantação do Sistema de Gestão Ambiental nos Portos do Rio de Janeiro</p> <p>-Recuperação e modernização da infraestrutura portuária</p> <p>-Adequação de Trechos Rodoviários em BRs nos Estados</p> <p>-Construção de contornos ferroviários nos Estados</p>	Ministério dos Transportes	a
0233 Corredor Mercosul	Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul	Usuários do sistema de transportes da Região Sul do país	<p>-Adequação e Restauração de Rodovias Federais</p> <p>-Adequação de rodovias federais no Estado de Santa Catarina</p> <p>-Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado do Rio Grande do Sul</p> <p>-Adequação de Trechos Rodoviários nas rodovias federais no Estado do Paraná</p>	Ministério dos Transportes	a

			<p>-Ampliação da Infra-estrutura Portuária</p> <p>-Construção de Pontes Internacionais sobre o Rio Uruguai</p> <p>-Construção de rodovias federais no Estado do Paraná</p>		
0235 Corredor Nordeste	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	<p>-Ampliação e recuperação dos portos do Estado do Rio Grande do Norte</p> <p>-Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió</p> <p>-Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal</p> <p>-Construção de Terminal Turístico no Porto de Fortaleza</p> <p>-Construção de Cais para Terminal Pesqueiro no Porto de Natal</p> <p>-Derrocagem no Porto de Fortaleza</p> <p>-Adequação de trechos rodoviários nas rodovias federais</p>	Ministério dos Transportes	a
0229 Corredor São Francisco	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais	Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais	<p>-Construção, ampliação e modernização da infraestrutura portuária no Estado da Bahia</p> <p>-Melhoramentos da infraestrutura portuária</p> <p>-Melhoramentos da infraestrutura portuária no Porto de Salvador</p> <p>-Melhoramentos no canal de navegação da hidrovía do rio São Francisco</p> <p>-Obras complementares na hidrovía do São</p>	Ministério dos Transportes	a

			Francisco -Restauração de rodovias federais		
0232 Corredor Sudoeste	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste	Usuários da malha de transportes na região	-Adequação de Hidrovias na Região Centro-Oeste -Adequação de Portos no Rio Paraguai no Estado do Mato Grosso do Sul -Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul -Construção de Contornos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul -Construção de Trechos Ferroviários no Estado de Goiás -Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso	Ministério dos Transportes	a
0236 Corredor Oeste-Norte	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	Usuários de transportes nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	-Construção do Porto de Guajará-Mirim -Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso do Porto de Santarém -Recuperação do Píer nº 1 do Porto de Santarém -Adequação de trechos rodoviários em rodovias federais -Construção de Pontes em Rodovias Federais - Construção de portos	Ministério dos Transportes	a
0231 Corredor Transmetropol	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado	Usuários de transportes nos Estados de São	-Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais -Obras Complementares	Ministério dos Transportes	a

itano	de Minas Gerais	Paulo e sudoeste de Minas Gerais	na Hidrovia Tietê-Paraná no Estado de São Paulo -Obras de Melhoramentos na Hidrovia do Rio Paraná -Construção do Rodoanel de São Paulo -Construção de Trechos Rodoviários no Estado de Minas Gerais -Construção de Trechos Rodoviários no Estado de São Paulo		
1138 Drenagem Urbana Sustentável	Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas	População urbana, especialmente a residente em municípios com áreas sujeitas a inundações periódicas	-Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária -Obras de Drenagem -Apoio a Estados e Municípios para Elaboração de Projetos de Drenagem Urbana Sustentável -Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis	Ministério da Integração Nacional	
0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda	Produtores e trabalhadores do setor primário	-Construção da adutoras e barragens -Estudos para aproveitamento hidroagrícola -Implantação de projetos e obras de irrigação -Implantação do perímetro de irrigação em rios e bacias	Ministério da Integração Nacional	
1028 Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno	Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e seu entorno	População residente em 22 Municípios dos Estados de Goiás e de	-Apoio a Implantação de Infra-estrutura Urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE -Elaboração do Plano de	Ministério da Integração Nacional	

		Minas Gerais, no entorno do Distrito Federal	<p>Ordenamento Físico e Territorial do Distrito Federal e Entorno</p> <p>-Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável da RIDE-DF</p> <p>-Capacitação de Agentes para a Gestão do Desenvolvimento da RIDE</p> <p>-Gestão e Administração do Programa</p> <p>-Mobilização de Comunidades mediante o Associativismo e o Cooperativismo na RIDE</p>		
0120 Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira	População residente nos municípios da faixa de fronteira	<p>-Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira</p> <p>-Apoio a Fóruns Estaduais da Faixa de Fronteira</p> <p>-Apoio à Implantação de Infra-estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira</p>	Ministério da Integração Nacional	
1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca	Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca	<p>-Ampliação do Abastecimento de Água</p> <p>-Ampliação, Recuperação e Automação dos Sistemas Integrados (Proágua Semi-Árido)</p> <p>-Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Semi-Árido</p> <p>-Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semi-Árido</p> <p>-Construção de Barragens e pequenas barragens</p>	Ministério da Integração Nacional	

			<p>-Construção de Cisternas</p> <p>-Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste</p> <p>-Dessalinização de Água - Projeto Água Boa</p> <p>-Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido</p> <p>-Estudos e Projetos de Obras de Infra-estrutura Hídrica na Região do Semi-Árido</p> <p>-Implantação de Adutoras</p> <p>- Implantação de Sistemas Adutores</p> <p>-Implantação de Poços Públicos</p> <p>-Implantação de Pólo de Desenvolvimento na Região do Cariri</p> <p>-Implantação de Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto em Diamantina no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)</p> <p>-Implantação de Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto</p> <p>-Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água de Pequenas Localidades de Acordo com o Padrão Central no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)</p> <p>-Sistema Integrado de Saneamento Rural no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)</p>		
--	--	--	---	--	--

<p>1025</p> <p>Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO</p>	<p>Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais</p>	<p>Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores</p>	<p>-Ações de Desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - Região Sul</p> <p>-Construção de obras de infra-estrutura</p> <p>-Implantação de Centro de Beneficiamento de Produtos Apícolas</p> <p>- Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escola Pública</p> <p>- Capacitação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável em Espaços Sub-regionais Selecionados</p> <p>- Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais</p> <p>-Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo</p> <p>- Organização Social e da Gestão Participativa de Sub-regiões Selecionadas.</p> <p>- Apoio a Arranjos Produtivos Locais.</p> <p>-Apoio a Projetos de Desenvolvimento Social na Amazônia.</p> <p>-Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado.</p> <p>-Apoio ao desenvolvimento rural.</p>	<p>Ministério da Integração Nacional</p>	
<p>1022</p> <p>Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões -</p>	<p>Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de</p>	<p>Investidores potenciais, pequenos e médios</p>	<p>-Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade.</p> <p>- Fomento a Projetos de Transformação da</p>	<p>Ministério da Integração Nacional</p>	

PROMOVER	atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.	empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.	Biodiversidade Amazônica. - Promoção de "clusters" Potencialmente Competitivos na Região Nordeste. - Apoio a Arranjos Produtivos Locais.		
0757 Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	Governo	- Avaliação de Resultados das Políticas, dos Programas e da Utilização dos Instrumentos de Desenvolvimento Regional. -Estruturação de Sistema de Informações para o Desenvolvimento Regional. - Formulação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba –PLANAP. -Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. -Capacitação para o Subsetor Agricultura Irrigada. -Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. -Rede de Desenvolvimento Regional de Políticas Públicas. -Programas e Ações Relevantes para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.	Ministério da Integração Nacional	

Quadro 6.2- Programas do PPA 2004-2007 do governo estadual de Goiás de rebatimento territorial – 30 programas selecionados

Número e nome do programa	Objetivo	Público alvo	Ações/Projetos/Atividades	Secretaria responsável	Classificação
1048 PROGRAMA GOIÁS IRRIGAR	Promover o desenvolvimento planejado da agricultura irrigada, viabilizando a implantação dos projetos de irrigação de interesse de Goiás	Pequenos proprietários rurais assentados pelo INCRA, Cooperativas, Associações, empresários e pequenos proprietários rurais.	-Projeto Irrigação Flores de Goiás -Implantação de Novos Projetos de Irrigação -Projeto Irrigação Três Barras - Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia -Plano Diretor de Irrigação	SEPLAN-Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento	f
1047 PROGRAMA EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	Incrementar a competitividade e aos setores produtivos do Estado	Setores produtivos da economia goiana.	-Adequação de trechos-rodoviários na BR-153/Go adequação de trechos rodoviários na BR-060/Go -Implantação do ramal do gasoduto até Goiás -Implantação da Ferrovia Norte-Sul -Fomento ao cooperativismo -Eixos e pólos de desenvolvimento -Fortalecimento das cadeias produtivas -Operacionalização do FCO	SEPLAN-Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento	a i desenv. econ.
1016 PROGRAMA DE ATRAÇÃO E PROMOÇÃO INDUSTRIAL-INDUSTRIALIZA GOIÁS	Atrair novos investimentos que estimulem o desenvolvimento e o crescimento industrial do Estado. Para isso, negocia com empresários e empresas a instalação de seus	Empreendedores, investidores e empresas que demonstrem a intenção de instalar seus empreendimentos em território goiano.	-Arranjos produtivos locais -Promoção e suporte à industrialização dos municípios -Instalação de empresas com apoio governamental -Desenvolvimento de infraestrutura em distritos industriais	SIC- - Secretaria de Indústria e Comercio	a desenv. econ.

	empreendimentos nos vários distritos industriais localizados nos municípios goianos				
1020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PRODUIZIR	Contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial do Estado de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.	Indústrias que venham a realizar implantação, expansão, modernização tecnológica, gestão ambiental, realocação ou revitalização de unidade industrial	-Apoio às empresas de distribuição - CENTROPRODUIZIR -Apoio às empresas importadoras e exportadoras - COMEXPRODUIZIR -Apoio às empresas operadoras de logística - LOGPRODUIZIR -Apoio às empresas de telecomunicações - TELEPRODUIZIR -Apoio ao pólo de serviços tecnológicos avançados - TECNOPRODUIZIR	SIC-Secretaria de Indústria e Comercio	h
1034 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA REDE MULTIMODAL DE TRANSPORTE	Alinhar políticas e ações públicas, inclusive regulatórias e de obras, devidamente priorizadas, necessárias para adequar o setor de transportes às correntes comerciais relevantes para o Estado, visando mais competitividade, menores custos	Todo o Estado	-Implantação de anéis viários em grandes cidades -Implantação de novos modais de transporte -Implantação do novo terminal de passageiros do aeroporto de Goiânia -Implantação de obras de arte em rodovias municipais e estaduais -Melhoria do transporte intermunicipal de passageiros -PDTG - Plano Diretor de Transporte de Goiás	SEINFRA - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	a

	logísticos, acessos à cidadãos e ao escoamento da produção.				
1005 PROGRAMA ASFALTO NOVO	Fortalecer os municípios através da implantação de obras de infraestrutura urbana	População urbana dos municípios do Estado	-Pavimentação urbana	AGETOP - Agência Goiana de Transport e e Obras	a carát er urba no
1039 PROGRAM A ENERGIA E TELECOMU NICAÇÕES	Disponibilizar energia elétrica e informações do setor elétrico para promover o bem estar social, fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, bem como viabilizar a melhoria do planejamento energético de Goiás.	População em geral.	-Ampliação do parque gerador de energia elétrica -Introdução do gás natural no-estado -Implantação da rede de distribuição de gás natural -Instalação de sistemas fotovoltaicos em comunidades isoladas -Implantação de redes de distribuição urbana -Telecomunicações para todos	SEINFR A- Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	a
1011 PROGRAM A CONSERVA ÇÃO E SEGURANÇ A DA MALHA RODOVIÁ RIA	Conservar, Sinalizar e Manter a Malha Rodoviária	Usuários do transporte rodoviário estadual	-Conservação emergencial, -Sinalização e fiscalização da malha rodoviária -Restauração de estradas federais	AGETOP - Agência Goiana de Transport e e Obras	a
1002 PROGRAM A AEROPORT UÁRIO	Implantar, pavimentar, melhorar e conservar as obras aeroportuárias do Estado.	Usuário do transporte aeroportuário do Estado de Goiás	-Obras especiais nos aeroportos e seus terminais Implantação/pavimentação/co nervação dos aeroportos e terminais -Construção do aeroporto de Ceres -terminal de passageiros de São Miguel do Araguaia e Uruaçu -Balizamento noturno de	AGETOP - Agência Goiana de Transport e e Obras	a

			Pirenópolis e São Miguel do Araguaia		
1042 PROGRAMA A ESTRADA NOVA - APOIO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE OBRAS - CIMO'S	Ampliar e conservar a rede rodoviária municipal, propiciando a melhoria das condições dos produtores rurais, bem como levar o desenvolvimento a todas as partes do Estado.	População dos municípios beneficiados, mais precisamente os produtores rurais	-Abertura e manutenção de estradas municipais	AGETOP - Agência Goiana de Transport e e Obras	a
1066 PROGRAMA A MELHORA MENTO E GERENCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL - BIRD	Reabilitar, pavimentar, melhorar e gerenciar a malha rodoviária do Estado	Usuários que trafegam nas rodovias do Estado	- Pavimentação de rodovias e outras obras complementares - BIRD -Reabilitação de rodovias - BIRD -reforma do estado - BIRD -Fortalecimento institucional da AGETOP - BIRD -Gerenciamento ambiental - BIRD	AGETOP - Agência Goiana de Transport e e Obras	a
1019 PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E GERÊNCIA DE PRÓPRIOS PÚBLICOS	Construir e manter em perfeito estado de conservação as obras civis públicas	Usuários dos serviços públicos	-Planejamento e programação de obras -Municipalização de próprios públicos -Reforma, manutenção e gerência de próprios públicos -Construção e ampliação de próprios públicos	AGETOP - Agência Goiana de Transport e e Obras	caráter urbano

1064 PROGRAMA LUZ PARA GOIÁS	Dotar o sistema elétrico da CELG de condições de qualidade e confiabilidade condizentes com as exigências da ANEEL, além de permitir o crescimento do mercado vegetativo no período 2004-2007.	Todos os consumidores de energia elétrica dentro da área de concessão da CELG	<ul style="list-style-type: none"> -Eletrificação de propriedades rurais -Construção de linhas de transmissão desde 34,5 kv até 230 kv -Construção de desmembramento de redes de baixa tensão -Construção de alimentadores e linhas de distribuição de média tensão -Ampliação da capacidade de transformação para baixa tensão -Ampliação da capacidade de transformação para alta tensão - Rede subterrânea em cidades turísticas 	CELG- Companhi a Energétic a de Goiás	a
1028 PROGRAM A DE INFRA ESTRUTUR A TURÍSTICA	Oferecer infraestrutura turística adequada a cada região de forma a atender às necessidades de orientação e conforto dos visitantes e da comunidade, possibilitando que estes se transformem em agentes multiplicadores na divulgação das belezas naturais de nosso Estado.	Regiões turísticas e/ou com potencial turístico que necessitam de infraestrutura para viabilizar seus produtos no mercado nacional e internacional	<ul style="list-style-type: none"> -Implantação de centros de convenções em Caldas Novas e Cidade de Goiás -Implantação de centros culturais e turísticos -Elaboração de estudos e projetos turísticos -Implantação e implementação de infraestrutura turística -Fomento e implementação do memorial do turismo de Goiás -Implantação de terminais turísticos em Goiás 	AGETUR - Agencia Goiana de Turismo	a dese nv econ.
1023 <u>PROGRAM</u> <u>A DE</u> <u>DESENVOL</u> <u>VIMENTO</u> <u>SUSTENTÁ</u> <u>VEL DO</u> <u>ENTORNO</u>	Possibilitar ao Governo do Estado de Goiás conduzir o crescimento harmônico e equilibrado da região com qualidade de	A população dos municípios do entorno de Brasília.	<ul style="list-style-type: none"> -Asfaltamento de vias de transporte coletivo na região do entorno do DF -Reestruturação do transporte coletivo na região do entorno do DF -Desenvolvimento institucional e ordenamento territorial no DF 	SEPLAN- Secretaria do Planejam en to e Desenvol vimento	a

<u>DO DF</u>	vida para todos, articulando parcerias com a União e o Distrito federal com o objetivo de ampliar investimentos nos municípios do entorno de Brasília.		<ul style="list-style-type: none"> -Gerenciamento do programa do entorno do DF -Projetos especiais do entorno do DF -Apoiar a formação e gestão de consórcios intermunicipais no DF -Elaboração e execução de projetos de desenvolvimento regional no DF -Implantação de infraestrutura no entorno do DF -Construção de lagos artificiais no entorno do DF -Centro integrado de esporte, lazer e cultura no entorno do DF 		
<p><u>1079</u></p> <p><u>PROGRAMA A REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – METRÓPOLIS E CONTEMPORÂNEA</u></p>	<p>Dotar o Governo do Estado de instrumentos adequados para a implementação de sua política de desenvolvimento urbano e regional para a RMG, promovendo junto às Administrações Municipais, aos agentes e atores políticos e à sociedade civil organizada, o desenvolvimento econômico sustentável de forma planejada, integrada e principalmente voltada à cidadania e melhoria da qualidade de vida da população metropolitana.</p>	<p>Toda população da RMG, formada por 11(onze) municípios, em torno de 1.700.000 habitantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Pavimentação da GO 040 - Goiânia/Aragoiânia (duplicação) -Acesso ao centro empresarial de Aparecida de Goiânia -Duplicação Goiânia/Nerópolis -Teleporto - torre principal e urbanização -Melhoria dos serviços de transporte ofertado ao usuário -Desenvolvimento institucional e ordenamento territorial – RMG - Construção de lagos artificiais na RMG -centro integrado de esporte, lazer e cultura na RMG - Projeto lago de Bela Vista 	<p>SEPLAN-Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento</p>	<p>a</p>

<p><u>1024</u> <u>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE GOIANO</u></p>	<p>O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano tem como objetivo corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a às demais regiões do Estado, impulsionando o setor produtivo e o aproveitamento das potencialidades existentes, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população</p>	<p>A população dos municípios pertencentes às Microrregiões de Porangatu e de São Miguel do Araguaia no Norte Goiano.</p>	<p>-Trecho Novo Planalto/ Cruzeiro / Bonópolis -Conclusão dos trechos Porangatu/Mutunópolis e Porangatu/Montividiu -Entroncamento GO 237 - Pavimentação GO 132 km 37,6 -Colinas do Sul -Pavimentação GO 132, km 18,8/ km 37,6 – Niquelândia -Pavimentação GO 164 – São Miguel do Araguaia divisa GO/TO -Apoiar a formação e gestão de consórcios intermunicipais no norte -Implantação de infraestrutura no norte goiano -Construção de lagos artificiais no norte goiano -Centro integrado de esporte, lazer e cultura no norte goiano</p>	<p>SEPLAN-Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento</p>	<p>a f g</p>
---	---	---	---	--	----------------------

<p><u>1035</u> <u>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE GOIANO – NORDESTE NOVO</u></p>	<p>Corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a às demais regiões do Estado, impulsionando o setor produtivo através do aproveitamento das potencialidades existentes visando a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.</p>	<p>População do Nordeste Goiano</p>	<p>-Implantação de estradas vicinais na comunidade Kalunga -Pavimentação Iaciara / Flores -Pavimentação São Jorge/ Colinas -Construção dos trechos:Posse/Iaciara e Iaciara/Nova Roma -Balizamento, term. de pass. e combate à erosão do aerop. Alto Paraíso -Construção e/ou balizamento dos aeroportos de Campos Belos e Posse -Apoiar a formação e gestão de consórcios intermunicipais no nordeste -Implantação de infraestrutura no Nordeste</p>	<p>SEPLAN-Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento</p>	<p>a f g i</p>
--	--	-------------------------------------	--	--	----------------------------

			Goiano -Construção de lagos artificiais no Nordeste Goiano		
1069 <u>PROGRAMA MORADA NOVA</u>	Reduzir o déficit habitacional da população carente e melhorar as condições de habitabilidade de moradias existentes	População com renda familiar entre Zero e 12 SM	-Habita Goiás -Aquisição e doação de terrenos -Habitar Legal -Quitação de financiamentos habitacionais para a população carente -Cheque moradia rural -Cheque moradia urbano -Construção e doação de moradias -Pesquisa e tecnologia de materiais na habitação	SEHASA N- Secretaria de Habitação e Saneamento	c
1033 <u>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E URBANÍSTICO</u>	Promover o desenvolvimento local integrado sustentável dos municípios de pequeno porte e o desenvolvimento urbanístico das cidades de médio e grande porte de Goiás.	Municípios de pequeno porte e Regiões Especiais de Planejamento	-Implementação e sustentabilidade do programa -obras de ação -Projetos especiais -Plano diretor AGDR projeto executado -Construção de lagos artificiais -Centro integrado de esporte, lazer e cultura	AGDR- Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	h caráter urbano

<p>1030</p> <p><u>PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL</u></p>	<p>Implementar as bases necessárias para que o Estado realize seu desenvolvimento de forma economicamente viável, embasado no equilíbrio ambiental e na justiça social, garantindo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Serão, dentre outras atividades, estabelecidos indicadores de desenvolvimento sustentável e certificação ambiental de produtos, de modo a inserir o Estado no <i>eco-business</i>.</p>	<p>População do estado de Goiás</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Implementação de áreas de uso sustentável -Uso sustentável dos recursos hídricos -Fomento à produção sustentável -Consolidação dos sistemas de gestão ambiental - Desenvolvimento do mercado verde 	<p>SEMAR H-Secretaria do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Habitação</p>	<p>F desenv econ.</p>
<p>3014</p> <p><u>PROGRAMA GESTÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL</u></p>	<p>Este Programa tem por objetivo proteger o ambiente natural das ações antrópicas, fomentando a recuperação, preservação e conservação do Bioma Cerrado, de forma a manter</p>	<p>População do estado de Goiás</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Proteção dos ecossistemas frágeis -Preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais -Gestão e proteção dos recursos hídricos -Gestão e proteção ambiental SEMARH Meio Ambiente -Fortalecimento do processo de gestão e integração ambiental -Implementação de áreas 	<p>SEMAR H-Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Habitação</p>	<p>b</p>

	resguardados os sistemas ecológicos que garantem a sustentabilidade da vida.		<p>de proteção integral /parque ecológico</p> <ul style="list-style-type: none"> -Informação ambiental -Promoção institucional - compromisso com a sociedade -Recuperação ambiental do rio Meia Ponte -Fortalecimento do sistema estadual do meio ambiente e rec hidricos -Política de desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental -gestão dos recursos faunísticos -política e extensão florestal -Cultura, educação e pesquisa ambiental 		
1004 <u>PROGRAMA</u> <u>ÁGUA VIDA</u>	Atender pequenas cidades com o sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água e atender pequenas comunidades rurais (vilas, povoados e distritos), com abastecimento de água através de captação superficial ou de poço profundo de modo que atenda as necessidades dos moradores, facilitando a interação desses povos com a sede dos municípios e contribuindo	Moradores dos aglomerado urbanos e pequenas localidades rurais.	<ul style="list-style-type: none"> -Implant/conclusão dos sistemas sanitário e de tratamento de água -Água para os pequenos aglomerados -Pesquisa e tecnologia em saneamento 	SEHASA N- Secretari a de Habitacã o e Saneame nto	e

	para melhoria da qualidade de vida na região atendida.				
1001 <u>PROGRAMA ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA GRANDE GOIÂNIA</u>	Garantir o abastecimento de água na cidade de Goiânia e sua região metropolitana até o ano de 2025, na busca da universalização do atendimento de água tratada para a população urbana.	População urbana de Goiânia e região metropolitana.	-Reforma est.tratam.água Jaime Câmara e outras construções do setor -Construção da barragem ribeirão João Leite - Construção da adutora de água bruta	SANEA GO-Saneago de Goiás S A	f g

1055 <u>PROGRAMA IMPLANTACÃO DA ETE DE GOIÂNIA E MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</u>	Atender 68,7% da população da cidade de Goiânia com coleta e tratamento de esgoto. Promover a recuperação ambiental do Rio Meia Ponte com a continuidade do trabalho de despoluição e revegetação de suas matas ciliares, melhorando índices relacionados à saúde e à satisfação da população de toda a bacia do rio, que compreende 36 municípios, abrangendo cerca de 2	População urbana de Goiânia	-Ampl.do Ses de Goiânia, incluindo Est.de Tratam.,Transporte e Coleta -Ampliação da Estação de -Tratamento de Esgoto de Goiânia -Construção da Estação de Tratamento de Esgoto De Goiânia (1ª Fase)	SANEA GO-Saneago de Goiás S A	e g
---	---	-----------------------------	--	-------------------------------	--------

	milhões de habitantes.				
1056 <u>PROGRAMA</u> <u>IMPLANTA</u> <u>ÇÃO</u> / <u>AMPLIAÇÃO</u> <u>DOS</u> <u>SISTEMAS</u> <u>DE</u> <u>ABASTECI</u> <u>MENTO DE</u> <u>ÁGUA E</u> <u>ESGOTO</u> <u>SANITÁRIO</u>	Atender 100% da população urbana do Estado de Goiás com água tratada e 50% da população urbana do Estado de Goiás com coleta e tratamento de esgoto. Reduzir os impactos negativos nas áreas urbanas decorrentes do lançamento dos esgotos sem tratamento nos cursos d'água	População urbana do Estado de Goiás	-ampliar o abastecimento de água nos municípios do entorno do DF -implantar/ampliar sist coleta esgoto nos maiores municípios de Goiás -assumir e implantar o abast de água no município de Águas Lindas -Ampliar o abastecimento de água nos maiores municípios do estado -Implantar/ampliar sist coleta e de tratam.esgoto nos municípios entorno DF -Implantar/ampliar sist trat.esgoto nos maiores municípios de Goiás	SANEA GO- Saneago de Goiás S A	e f
1003 PROGRAMA AGROFAMI LIAR	Estimular e fortalecer a expansão das atividades agropecuárias , desenvolver a agroindustrial ização, agregar renda, gerar emprego e diversificar a produção rural familiar.	Mini e Pequenos Produtores Rurais	-Regularização fundiária, Assentamentos e Reforma Agrária -PRÁ FICAR VERDE - Florestamento da Propriedade familiar - alimentos orgânicos - desenvolvimento da Agricultura de orgânicos -infra-estrutura/servi ços/capacitação/crédito -assistência técnica e extensão Rural - agrofamiliar -lavoura comunitária - Produção comunitária de alimentos -hortas comunitárias Produção/abastecimento de	SEAGR O - Secretari a de Agricultu ra Pecuária e Abaste cimento	d desenv econ

			<p>Olerícolas e frutícolas</p> <p>-pesquisa agropecuária - para</p> <p>Agricultura familiar</p> <p>-pró-indústria rural - estímulo</p> <p>e apoio à agroindustrialização</p> <p>-kits de irrigação - aquisição e distribuição de kits de irrigação</p>		
1072	<p>Conservar, preservar e restaurar bens de valores históricos, arqueológicos, etnográficos, paisagísticos, paleográficos, bibliográficos e artísticos existentes em nosso Estado, bem como conservar, reformar e construir entidades culturais e unidades desta Agência.</p>	Setores e Instituições Culturais	<p>- preservação do patrimônio histórico e artístico tombado</p> <p>-reformas, restaurações e construções de imóveis e centros culturais</p>	AGEPEL - Agencia Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	caráter urbano e/ou cons. de patrimônio histórico
1046	Fortalecer a atenção à saúde da população, buscando a melhoria do acesso e a integralidade das ações	População do Estado de Goiás	-implantação de kits sanitários	SES-Secretaria da Saúde	e

<p>1009</p> <p>PROGRAMA CELEIRO NOVO</p>	<p>Aumentar a produção, a produtividade e qualidade de grãos, desenvolver e fortalecer as demais atividades agropecuárias de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia.</p>	<p>Produtores Rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - inspeção/vigilância/control e/combate das doenças e pragas dos animais -pró-pasto- recuperação e manejo de pastagens - inspeção/vigilância/control e/combate das doenças e pragas dos vegetais -pesquisa agropecuária -novas oportunidades - desenvolvimento de outras atividades -assistência técnica e extensão rural - Celeiro Novo -desenvolvimento e fortalecimento da pecuária de corte -desenvolvimento da produção agrícola sustentada -viveiro de mudas mais abastecimento – produção e abastecimento de frutícolas -portal do agronegócio na SEAGRO -portal do agronegócio na Agência Rural -portal do agronegócio na CEASA -eventos do agronegócio -desenvolvimento e fortalecimento da pecuária de leite 	<p>SEAGR O- Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento</p>	<p>desenv. econômico</p>
--	---	--------------------------	--	--	------------------------------